

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha Orientadora e Professora Dra. Teresa Cravo pela paciência, persistência e tempo que dispôs em guiar esta tese e por me ter acompanhado não apenas ao longo deste Mestrado mas também durante a minha Licenciatura nesta instituição. O seu trabalho e método de ensino são de facto inspiradores para mim.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer também o apoio e orientação dada pelas docentes do seminário de acompanhamento, nomeadamente a Dra. Marisa Borges e a Dra. Raquel Freire, que tiveram um papel excelente no apoio à realização das teses por parte dos alunos.

Em terceiro lugar, os meus agradecimentos vão para os meus pais e família, que foram sempre um pilar bastante importante de apoio durante o meu percurso académico e profissional. Se não fosse por eles, nunca teria seguido Relações Internacionais nem teria chegado, onde cheguei hoje.

Em quarto lugar, gostaria ainda de agradecer a Dra. Júlia Alinho por me ter ajudado e aconselhado com a minha dissertação durante o meu tempo de estágio e trabalho no Centro Regional de Informação das Nações Unidas, nomeadamente em abrir-me os horizontes para os estudos dos meios de comunicação social.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus colegas de Mestrado e de Licenciatura que comentaram o meu trabalho e deram sugestões, tal como aos meus amigos que nunca desistiram de mim e me apoiaram nos tempos mais difíceis.

Um Grande Obrigado a Todos.

RESUMO

O crescimento das redes sociais nos últimos anos trouxe novas oportunidades de comunicação entre instituições e os seus públicos-alvo. Ao mesmo tempo, entidades estatais viram estas plataformas como um meio para levar a cabo as suas estratégias de comunicação com os seus cidadãos. De que forma podem estas redes ser utilizadas como mais um meio ou complemento para fins de propaganda político-militar durante um conflito armado? Como podem estas novas plataformas servir de instrumento adicional a processos de securitização? A Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança propõe um quadro de análise para estudar processos de securitização através da construção de um ato discursivo. Porém, deixa por analisar a influência dos meios de comunicação nos processos de securitização e os efeitos destes nas suas audiências alvo. Recorrendo às teorias do Agendamento e Enquadramento em Comunicação Social, já é possível analisar o impacto mediático de determinado assunto na opinião pública.

Em 2014, durante a Guerra de Gaza, ou Operação “Protective Edge”, Israel utilizou as redes sociais como meio para legitimar e justificar as suas ações militares. As Forças de Defesa Israelitas (FDI), construíram um discurso securitário com a ajuda de novas ferramentas online como o Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e entre outras. Esta dissertação analisa a construção desse discurso à luz do quadro proposto pela Escola de Copenhaga, medindo também o seu impacto mediático no público-alvo. Procedeu-se à análise de conteúdos publicados com base numa amostra que corresponde a três das plataformas geridas pelas FDI em língua inglesa: o Facebook, Twitter e Youtube de forma a perceber como o processo de securitização foi construído no decorrer do conflito. Foram contabilizados no total 1718 tweets, 359 posts no Facebook e 182 vídeos no Youtube, num período de análise entre 7 de junho a 26 de setembro de 2014, englobando o período do conflito, um mês antes e um mês depois. Procedeu-se à análise do volume de publicações por ordem cronológica e à categorização de palavras por temas com base nos termos de unidades de análise da Escola de Copenhaga de forma a entender melhor como o processo de securitização foi levado a cabo. Para medir o impacto mediático, recorreu-se a plataformas de estatística online que avaliam o desempenho de redes sociais através do feedback dos seus utilizadores.

Foram feitas comparações do desempenho das páginas relativamente a outro conflito, a Operação “Pillar of Defense” de 2012 e a um ano sem intervenções militares: 2013. Por fim, procedeu-se à medição do impacto do processo de securitização na população israelita com base em inquéritos realizados pelo think tank “Israel Institute of Democracy” e por jornais nacionais sobre a aprovação da operação militar e do executivo de Benjamim Netanyahu, governo no poder durante o período em análise.

Conclui-se que as FDI apostaram nas redes sociais enquanto meio para difusão da sua estratégia militar, registando um aumento de atividade online e de audiências. São tiradas ilações sobre a forma como estes novos meios de comunicação podem reforçar a divulgação de uma mensagem específica em relação aos existentes em processos de securitização.

Palavras-chave: Israel, Escola de Copenhaga, Redes Sociais, Comunicação Social, Estudos de Segurança.

ABSTRACT

The increase of social media use in the last years has brought new opportunities of communication between institutions and their audiences. At the same time, State institutions looked at these platforms as ways to pursue their communication strategies with their citizens. How can these networks be used as an additional tool for political and military propaganda during an armed conflict? How can these new platforms be used as additional instruments of a securitization move? The Copenhagen School of Security Studies developed a framework to study securitization moves through the construction of a speech act. However, it does not go further in analyzing the influence of the media in securitization moves and the effects of these in the target audiences. By using the Agenda-Setting and Framing Theory of Mass Communication studies, it is possible to study the effects of a specific issue in public opinion.

In 2014, during the Gaza War or Operation Protective Edge, Israel used social media as way to legitimize and justify its military actions. The Israel Defense Forces (IDF), have built a security speech with the aid of new online tools such as Facebook, Instagram, Twitter, Youtube and others. This thesis analyses the construction of that speech by using the Copenhagen School theoretical framework and measures also the media impact on its audience. I analyzed social media publications based on sample of three social networks used by the IDF in English: Facebook, Twitter and Youtube in order to study how the securitization process was built throughout the conflict. I counted 1718 tweets, 359 Facebook posts and 182 Youtube videos, during the analysis period between 7th of June and 26th of September 2014, including the conflict and a month before and after. Then I analyzed the volume of publications in a chronological order and through a categorization of themes based upon the Copenhagen School analysis units to understand better how the securitization process was constructed. In order to measure the media impact, I used online statistics tools that evaluate social media performance through the feedback of its users.

Then I compared the performance of the pages with another conflict, Operation Pillar of Defense of 2012 and a year without military interventions- 2013. At last, I measured the impact of the securitization process through surveys carried by the Israel Institute of Democracy think tank and Israeli newspapers on the approval of the military intervention and approval rates of the Benjamin Netanyahu's government, the one in office during the analysis period.

I conclude that the IDF put an effort on using social media as a way to diffuse their military strategy, by the increase of online activity and on the audiences. I also talk about these new tools can be used to reinforce the communication of a specific message along with the already existing ways used to carry a securitization move.

Keywords: Israel, Copenhagen School, Social Media, Media Studies, Security Studies.

Índice

Introdução.....	5
Capítulo 1: A Escola de Copenhaga nos Estudos de Segurança em Relações Internacionais.....	13
Capítulo 2: O papel dos Media nos Conflitos: a Teoria do Agendamento.....	28
Capítulo 3: Contextualização do Conflito Israelo-Palestiniano:.....	44
Capítulo 4: O papel das redes sociais na agenda político-militar de Israel: a ofensiva militar em Gaza de 2014.....	60
Conclusão.....	110
Referências Bibliográficas.....	113

Introdução

Os meios de comunicação têm servido como ferramentas importantes durante os tempos de conflito: “Se as guerras começam nas mentes humanas, estas não terminam até terem cessado nas mesmas” (...) Hoje mais do que nunca, as mentes humanas são expostas a modos de influência política que são mais persuasivos, insinuantes e sofisticados do que aquilo que era imaginado há cerca de meio século atrás. E os media são os meios principais e agentes desta influência” (Thompson e Price, 2002: 1).

Os novos meios de comunicação digitais “são meios acessíveis e baratos que oferecem ao cidadão comum, uma oportunidade de participar no debate público”. (Baham, 2013: 609). A web representa também uma “oportunidade de obter fontes de notícias sem ter que depender das interpretações dos media tradicionais” (Ibid: 609).

Recentemente, enquanto se assiste ao crescimento das tecnologias enquanto meio de capacitação da voz de cidadãos comuns em zonas de guerra, estas também são cada vez mais utilizadas pelos Estados para propaganda durante os tempo de guerra, sendo que lhes permite uma comunicação direta com os seus cidadãos (Ibid:612).

No verão de 2014, Israel iniciou uma ofensiva militar de 49 dias (7 de julho a 26 de agosto), que ficou conhecida como Operação “Protective Edge” contra a organização Hamas em Gaza, com o intuito de neutralizar “túneis utilizados para fins terroristas” e como resposta “ao disparo sucessivo de rockets que comprometia a segurança de milhões de israelitas” (IDF, 2015).

Um dos aspetos mais marcantes do conflito, mais um na história do conflito israelo-palestiniano, foi o confronto entre as partes através das redes sociais. As Forças de Defesa Israelitas (FDI) foram uma das entidades que utilizaram as suas plataformas sociais como o Facebook, Twitter e Youtube não só para responder a provocações do inimigo, o Hamas (Wall Street Journal, 2014-07-23), mas também para desenvolver uma estratégia de comunicação pensada, que lhes permitia chegar a um público mais vasto que utilizava este tipo de plataformas (CNBC, 2014).

O conflito atraiu bastante atenção mediática dos meios de comunicação tradicionais ao mundo digital (Al-Jazeera, 2014-10-11) resultando na morte de mais de 2 mil palestinianos (UNOCHA, 2014) e cerca de 70 do lado israelita (YnetNews, 2014). A

postura militar israelita foi fortemente criticada online (Mason, 2014), por parte da comunidade internacional com a ONU a condenar Israel mais tarde por crimes de guerra (Telesur, 2015-07-03), os Estados Unidos, Reino Unido e França a condenar “o massacre de crianças e civis em Gaza” (DailyMail, 2014-08-04) e países da América Latina a suspenderem as suas relações diplomáticas (Vermelho, 2014-09-13).

Independentemente das críticas, estudos do Israel Institute for Democracy determinaram que a maioria da população judaica israelita apoiou a ofensiva militar, com um número acima dos 80% a achá-la “justificável” e números entre os 44 e 57% a considerar que o seu exército não estava a utilizar força militar suficiente contra o Hamas (IID, 2014).

Perante o forte aparato do discurso militar das FDI durante a Operação “Protective Edge”, esta dissertação visa analisar a estratégia de comunicação securitária das mesmas nas redes sociais de forma a entender se estes novos meios de comunicação passaram a ter um papel importante no seio da sua estratégia geral de propaganda durante conflitos.

Dessa forma, esta dissertação tem como objetivo analisar a utilização das redes sociais enquanto um novo meio para a realização de um processo de securitização e para fins de propaganda durante conflitos armados. O objetivo final é entender o que as redes sociais acrescentam aos meios existentes para efeitos de legitimação de guerras.

Tendo em conta os objetivos desta tese, foi elaborada uma pergunta inicial que servirá de fio de condutor a toda a investigação: **“De que forma é que as FDI utilizaram os novos meios sociais, em particular o Facebook, Twitter e Youtube, como plataforma para securitizar a ameaça, mobilizar a opinião pública e legitimar as ofensivas militares em Gaza no Verão de 2014?”**.

Para abordar esta questão enquanto estudo de caso, recorreu-se numa primeira fase à Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança em Relações Internacionais para analisar os atos discursivos e a construção da linguagem de segurança. As redes sociais aqui servem como instrumento de comunicação e como meio para atingir esse fim. Numa segunda fase, com a necessidade de medir o impacto na opinião pública, recorre-se às teorias do Agendamento e Enquadramento enquanto lentes teóricas do estudo de comunicação de massas.

1. Enquadramento teórico

a) A Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança

De acordo com os autores fundadores desta Escola, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde na sua obra conjunta “Security: A New Framework for Analysis” (1998), segurança não é um conceito objetivo, mas sim um ato discursivo que é construído socialmente através da linguagem. Este processo, denominado de “movimento de securitização” (Ibid.: 23-26) consiste na passagem de um assunto (ameaça existencial) de uma esfera política para uma esfera de segurança, através de um discurso que vai tentar legitimar perante uma audiência que algo ou alguém (objeto referente) tem a sua segurança comprometida. Este discurso é feito por um ator securitizador que, tendo uma

posição social credível (Ibid.: 32), poderá convencer a audiência de que devem ser tomadas medidas extraordinárias (ação de emergência) para resolver o problema.

Este processo consiste em três etapas (Ibid.: 26): 1) identificação de uma ameaça existencial; 2) ação de emergência e 3) efeitos nas interunidades após um quebrar das regras. Seguindo estes três passos apresentados pela Escola de Copenhaga, um processo de securitização vai consistir primeiramente na identificação de uma ameaça existencial por parte do ator securitizador. Este ator vai construir um discurso onde essa ameaça coloca em perigo um determinado objeto de referência (quem ou o que está a ser ameaçado) (Ibid: 33). A segunda parte consiste em levar a cabo uma ação de emergência de forma a responder ou a conter essa mesma ameaça, onde se passa de uma política normal a uma política de emergência. Uma política de emergência consiste na tomada de decisões extraordinárias que não seriam necessárias durante um período de política normal (Ibid: 26), como por exemplo uma guerra. A terceira e última etapa consiste no impacto da ação de emergência na audiência para qual o ato discursivo de segurança foi destinado.

Porém é nesta última fase que se encontram os principais limites da Escola de Copenhaga em termos de análise. Alguns autores, nomeadamente McDonald (2008: 70-71), criticaram o quadro de análise da Escola de Copenhaga por deixar algumas questões em aberto como: “Como medir o sucesso de um processo de securitização?”; “Qual é a audiência a ser convencida de que determinada ameaça merece uma ação de emergência?”; “Existem outras formas de linguagem que podem ser utilizadas num processo de securitização para além do discurso?”.

Precisamente no que concerne a mais formas de linguagem, Williams (2003) vai ainda mais longe, afirmando que o trabalho da Escola de Copenhaga ignora o poder das imagens televisivas e do papel dos meios de comunicação num mundo que cada vez mais os utiliza para discursos políticos (Ibid.: 524).

É a partir deste ponto que se tornou essencial recorrer a outras lentes teóricas para analisar o impacto do discurso securitário utilizado por Israel na guerra de Gaza de 2014, pois permitiam analisar o impacto do processo de securitização nas audiências e também entender o papel dos media, neste caso as redes sociais, enquanto meio para atingir um fim num processo de securitização. Dessa forma, recorreu-se às teorias do Agendamento e Enquadramento dos estudos da comunicação de massas como complemento para este estudo.

b) Teoria do Agendamento e do Enquadramento em Comunicação de Massas

Enquanto ferramentas de análise de opinião pública, a Teoria do Agendamento (McCombs e Shaw, 1972) e do Enquadramento (Goffman, 1974), abordam a forma como a construção de peças de notícias ou artigos por parte de um agente de notícias, vai influenciar o que o público vai pensar sobre determinado assunto e como fazê-lo. “Ambas estas abordagens focam-se na forma como os media vão atrair a atenção do público para um tópico em específico” (Davie, 2011).

Estas teorias servem então de complemento teórico para a realização desta tese, funcionando como ferramentas de análise adicionais para compensar os limites da Escola de Copenhaga em analisar a influência dos media em processos de securitização. Dessa forma, estas teorias oferecem uma forma de analisar o impacto mediático causado por uma estratégia de comunicação, ou de um determinado assunto mediático.

Sendo o estudo de caso sobre redes sociais, estes enquadramentos teóricos serão aplicados para analisar o “efeito do agendamento” nas mesmas. Os estudos sobre o agendamento nas redes sociais ainda não estão muito desenvolvidos, mas alguns autores já se debruçaram sobre este tema. McCombs (2005: 545) argumenta que a Internet pode fazer o efeito do agendamento desaparecer devido à liberdade de criação de conteúdos. Já Grzywińska e Borden (2012), Matei e McDonald (2010) e Syre et al. (2010) afirmam que não se pode medir a influência do efeito de agendamento nas redes sociais sem ter em conta o papel que os meios de comunicação tradicionais ainda desempenham. Para efeitos desta dissertação, analisaremos especificamente a utilização das redes sociais como uma nova plataforma do processo de securitização na opinião pública israelita.

2. Metodologia

2.1 Estudo de caso

A presente dissertação foi desenvolvida através de uma análise de um estudo de caso. De acordo com Kacowicz (2004: 107), uma abordagem de apenas um estudo de caso em Estudos de Segurança permite um melhor teste de uma Teoria das Relações Internacionais através da sua validação empírica. Este processo passou pela aplicação das lentes de teóricas da Escola de Copenhaga em Relações Internacionais e da Teoria do Agendamento e Enquadramento em Comunicação Social com o fim de analisar o processo de securitização em si e o seu impacto mediático.

Ao procurar entender o uso das redes sociais enquanto meio para a realização de um processo de securitização, foi selecionado como estudo de caso a estratégia de comunicação levada a cabo pelas FDI nas redes sociais Facebook, Twitter e Youtube, durante a sua Operação “Protective Edge” num período de análise de 7 de junho a 26 de setembro de 2014. Este conflito não só suscitou atenção mediática devido às ações militares das partes beligerantes, nomeadamente Israel, tal como foi destacado por se realizar também no mundo virtual através das redes sociais (Wall Street Journal, 2014-07-23).

Ao analisar o processo de securitização utilizando estas redes sociais, estamos a analisar os discursos primários oficialmente emitidos por uma entidade estatal que são as FDI. Outros grupos como o Hamas, levaram a cabo uma estratégia semelhante nas redes sociais no decorrer deste conflito. Porém, esta dissertação vai se concentrar na análise das FDI enquanto ator securitizador e no caso israelita.

De forma a analisar o processo de securitização levado a cabo por Israel nas redes sociais durante o conflito de Gaza de 2014, foi necessário contextualizar em primeiro

lugar o conflito israelo-palestino. Sendo esta uma tese que pretende aplicar o modelo teórico da Escola de Copenhaga, esta análise tornou-se essencial para entender a forma como Israel construiu a sua máquina de segurança e como foi olhando para as ameaças existenciais que percebeu ao longo dos anos. Através deste processo e tendo em conta o estudo de caso, escolheram-se dois atores para analisar: as FDI e o Hamas. Relativamente ao estudo de caso do conflito de 2014, as primeiras vão desempenhar o papel de ator securitizador não só por gerirem a estratégia de comunicação nas redes sociais no decorrer da guerra, mas também pela sua relevância na segurança e sociedade israelita. Dessa forma respeitam, as condições favoráveis de um processo de securitização bem-sucedido, que de acordo com Buzan et. Al (1998: 31-32) requer um ator securitizador com uma posição social forte. O Hamas, identificado como a principal causa da Operação “Protective Edge” (IDF, 2015) será a ameaça existencial. Por estas razões, tornou-se essencial explorar a relação das FDI com o setor da segurança em Israel e entender como foram construídas as relações com o Hamas enquanto ameaça ao longo dos anos. Por fim, antes de se proceder à análise do estudo de caso, fez-se uma contextualização dos meios de comunicação em Israel e da influência do setor securitário nestes, nomeadamente da censura militar e do envolvimento das FDI nas redes sociais em conflitos anteriores de forma a situar o presente estudo de caso.

2.2 Métodos de análise

Para analisar o estudo de caso, recorreu-se a duas formas de análise: uma qualitativa e outra quantitativa. A primeira consistiu na análise discursiva dos conteúdos publicados nas redes sociais pelas FDI de forma a entender como o processo de securitização foi construído ao longo do conflito. Esta análise baseou-se nas três etapas da Escola de Copenhaga, tal como foi referido anteriormente. A análise quantitativa, consistiu na contagem de conteúdos publicados nas redes sociais por ordem cronológica e dividindo-os por temas conforme as unidades de análise de Escola de Copenhaga (ameaça existencial, objeto referente) como forma de complemento à análise discursiva. Esta permitiu acompanhar a construção do processo de securitização do conflito e categorizar os seus elementos discursivos mais importantes ao mesmo tempo que se contabilizava a sua presença online.

Optar apenas por uma análise qualitativa seria por um lado limitativo, pois não permitiria analisar a atividade as redes sociais enquanto meio para a realização de um processo de securitização. Por outro lado, uma análise meramente quantitativa não permitiria explicar de forma profunda a construção do discurso securitário nas redes sociais. A primeira oferece a informação necessária de como o processo de securitização foi construído, a segunda permite medir com dados a forma como a movimentação online (número de publicações) acompanhou esse processo cronologicamente, oferecendo ainda dados que permitem situar as unidades de análise da Escola de Copenhaga dentro do processo de securitização e saber quantas vezes foram mencionadas.

Por fim, de forma a medir o impacto mediático do processo de securitização através das redes sociais, recorreu-se a ferramentas de análise estatística online sobre redes sociais e a inquéritos realizados a população relativamente à aprovação da operação militar e do governo no poder.

2.3 Recolha de dados

Procedeu-se à análise do estudo de caso através de 1718 tweets, 359 publicações de Facebook e 182 vídeos de Youtube durante o período de 7 de junho a 26 de setembro de 2014. A Operação “Protective Edge” tem início a 7 de julho e termina a 26 de agosto de 2014. O período de análise teve início no dia 6 de junho de 2014, um mês antes do início do conflito com o fim de entender os eventos que levam à escalada de tensões e para englobar o período que corresponda a uma identificação da ameaça existencial (Hamas) por parte do ator securitizador (FDI). Após o início do conflito é analisada a fase da ação de emergência para entender como as ações militares vão sendo justificadas e legitimadas pelas FDI (7 de julho a 26 de agosto). A última fase que corresponde ao período de 27 de agosto a 26 de setembro, serviu para verificar se o discurso securitário se manteve.

Relativamente ao universo de análise as FDI estavam presentes em 2014 em várias redes sociais, nomeadamente o Facebook, Flickr, Google+, Instagram, Pinterest, Twitter e Youtube, em pelo menos seis línguas (IDF Blog, 2015). Deste universo, tendo em conta o número de fãs, seguidores, subscritores e visualizadores de cada página em janeiro de 2016, foi selecionada uma amostra com base nas redes sociais mais populares, fazendo uma comparação entre as páginas nas várias línguas: inglês, francês, hebraico, russo, espanhol e árabe. Verificou-se que as plataformas mais populares foram as de língua inglesa e eram o Facebook (Cerca de 1 milhão e 730 mil fãs), Twitter (cerca de 516 mil seguidores) e Youtube (cerca de 59 milhões e 337 mil visualizações e 108 mil subscritores). Outro fator a ter em conta na seleção destas contas de língua inglesa para a amostra é o facto de as FDI terem tornado público os objetivos claros de comunicação com as redes sociais: chegar a audiências maiores e mais variadas e a funcionários estatais e à diáspora (Bunchman, 2012), sendo que a população judaica fora de Israel vive maioritariamente em vários países de língua oficial inglesa como os Estados Unidos (5 milhões e 700 mil), Canadá (385 mil e 300), Reino Unido (290 mil) e Austrália (112 mil e 500) (Jewish Library, 2014).

Tendo em conta estes fatores, procedeu-se à análise da linguagem de segurança presente nos conteúdos publicados por estas três redes sociais durante o período de análise. Após uma análise do discurso com base no enquadramento da Escola de Copenhaga dividiu-se o número de posts de Facebook, tweets e vídeos de Youtube por ordem cronológica em semanas para obter o número de conteúdos publicados conforme a evolução do processo de securitização, ou seja desde a identificação da ameaça existencial (Hamas) especificamente neste conflito, passando pela ação de emergência (Operação “Protective Edge”), De seguida foi elaborado um quadro com categorizações por temas onde se inserem as unidades de análise da Escola de Copenhaga desde o número de

vezes que a ameaça existencial é mencionada ao número de vezes que os conteúdos fazem referência ao objeto referente e à ação de emergência. Esta contabilização permitiu tornar mais clara a forma como o processo de securitização foi levado a cabo.

Por fim, recorre-se ao impacto do efeito mediático do processo de securitização na audiência alvo, passando pela avaliação numa primeira fase do desempenho destas três páginas das FDI nas redes sociais em termos de crescimento, conforme o número de fãs, visualizações, subscritores.

Para o Facebook, utilizou-se a plataforma de estatísticas FanPageKarma de forma a comparar o desempenho da página durante o período de análise de 2014, com um conflito anterior: Operação “Pillar of Defense” (2012) e um ano sem intervenções militares (2013). O mesmo processo é repetido para o número total de “gostos”, partilhas e comentários.

Relativamente ao Twitter, recorreu-se às plataformas Tweetstats e Tweetchup, para obter estatísticas sobre o volume de publicações da conta durante o período de análise, comparativamente a anos anteriores e ao feedback em termos de retweets e número de favoritos durante o período de análise. Não foi possível fazer comparações com anos anteriores devido a uma falta de disponibilização de dados por parte do Twitter relativamente à conta das FDI (@IDFSpokesperson).

No caso do Youtube, foi utilizada a plataforma SocialBlade para obter o número de visualizações de vídeos durante o período de análise e o número de subscritores ganhos pela conta das FDI. Neste caso também se fez uma comparação com a Operação “Pillar of Defense” de 2012 e com um ano sem intervenções militares (2013).

A comparação de o período de análise com a Operação “Pillar of Defense” de 2012 e com um ano sem intervenções militares como 2013, permitiu analisar a evolução da aposta das FDI nas redes sociais como meio de difusão da sua estratégia militar, tal como avaliar o desempenho e crescimento das suas páginas ao longo dos anos.

Por fim de forma a determinar o impacto na audiência em termos de efeitos do processo de securitização, recorreu-se a um estudo levado a cabo pelo Israel Institute of Democracy para obter dados sobre o apoio popular à intervenção militar e a inquéritos levados a cabo por jornais israelitas para determinar as taxas de aprovação do executivo de Benjamin Netanyahu durante o período de análise.

Esta dissertação visa o estudo das redes sociais enquanto meio utilizado pelas FDI para expandir a sua estratégia de comunicação e fazendo dessa forma uma correlação com o processo de securitização em geral levado a cabo por várias instituições governamentais israelitas durante o conflito de Gaza de 2014, através dos vários meios de comunicação ao seu dispor para esse efeito. Pretende-se apenas correlacionar os efeitos desta estratégia nas redes sociais dentro de um processo geral de securitização realizado pelo Estado de Israel durante a Operação Protective Edge. As redes sociais são vistas aqui como uma nova oportunidade de comunicação e de propaganda para expandir uma

linguagem de segurança a novas audiências. O argumento vai ter em conta os antecedentes que levaram a este conflito, nomeadamente o facto do Hamas já se encontrar securitizado e percecionado como uma ameaça. Este tipo de relação entre Israel e o Hamas será melhor desenvolvida no terceiro capítulo. O estudo de caso de o conflito de 2014, integrará uma estratégia militar desenvolvida pelas FDI ao longo dos anos, tendo o seu salto para as redes sociais a partir de 2008. O estudo de caso servirá para evidenciar a aposta por parte das FDI nestes novos meios de comunicação como parte integrante da sua estratégia militar em geral e os seus efeitos mediáticos, correlacionando-os com os seus objetivos gerais na realização de um processo de securitização e respetivos efeitos na sua audiência alvo. O objetivo passa por mostrar o papel que estes novos meios de comunicação social podem complementar os existentes na concretização da agenda política e militar dos Estados e a reforçar a difusão da suas mensagens junto da suas audiências.

3. Estrutura

Os dois primeiros capítulos consistem na exploração da parte teórica da dissertação incluindo em primeiro lugar a Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança e as suas principais críticas para depois proceder à análise da Teoria do Agendamento e Enquadramento. Neste segundo capítulo, será explorado o efeito do agendamento nas redes sociais, o debate do potencial das redes sociais em regimes democráticos para passar a uma análise do papel dos media em tempos de conflito.

O terceiro capítulo consiste na análise do conflito israelo-palestiniano e a construção da máquina da segurança em Israel. A história do Hamas também será destacada aqui com as suas implicações para a segurança israelita. Por fim, serão analisados os meios de comunicação em Israel, o papel das FDI nos media e a censura militar em Israel.

O quarto e último capítulo consiste na análise do discurso securitário das FDI no Facebook, Twitter e Youtube. Serão analisados os conteúdos publicados durante o período de análise de 7 de junho a 26 de setembro, para depois passar a uma contabilização do volume de publicações por ordem cronológica e divisão por temas. Por fim são tiradas ilações do impacto do processo de securitização com base nos inquéritos realizados à população israelita e que demonstram a aprovação da intervenção militar e do governo e do respetivo papel das redes sociais.

Capítulo 1: A Escola de Copenhaga nos Estudos de Segurança em Relações Internacionais

Ao longo da história da humanidade, foi criada uma problemática em torno da definição do termo “segurança”. Ao tentar procurar a definição de “segurança”, o leitor não vai só encontrar apenas uma definição, mas várias. Porém, a ambiguidade deste conceito não se aplica apenas a uma mera definição de um dicionário como também vigora no mundo acadêmico, que através de vários tipos de ciências e áreas distintas tenta estudar um fenómeno bastante complexo e mesmo imprescindível a vários aspetos da vida humana.

A ambiguidade do conceito e o facto de ser abstrato pode gerar “várias definições com diferentes significados para diferentes pessoas” (Williams, 2008:1). O facto de ser abstrato e neste caso, não dispor de uma única definição consensual, faz com que haja “sempre posições sobre a matéria mais dominantes do que outras, consoante um debate que *per se* não é definido no abstrato” (Williams, 2008:5).

Se olharmos para as Relações Internacionais ou Ciência Política enquanto campos que estudam segurança e se procurar definir o termo “como uma redução de ameaças aos valores estimados”, não é possível desassociar-se segurança de política (Williams, 2008:1). Já Stephen Walt, (1991) embora considere que a “fronteira das disciplinas intelectuais seja permeável”, considera que a literatura dos Estudos de Segurança se sobrepõe à de Relações Internacionais, tendo esta um foco principal em guerras ou questões militares (Walt,1991:212). Sendo a presente dissertação na área das Relações Internacionais, irá ser dada ênfase aos estudos realizados nesta área para observar o fenómeno da segurança. Porém, há que reconhecer que outras ciências sociais e exatas podem desempenhar um papel importante no estudo da segurança. Numa primeira fase, será feita uma breve contextualização dos Estudos de Segurança em Relações Internacionais, numa segunda, será explorada a Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança e a sua pertinência para esta dissertação. Esta escola de pensamento será a ferramenta teórica mais adequada para a análise do estudo de caso devido ao seu enfoque na segurança enquanto um processo discursivo e de linguagem, o que será útil para entender a forma como o processo de securitização foi realizado por parte das autoridades israelitas nas redes sociais na guerra do verão de 2014. Por fim, será feita uma breve análise às suas principais críticas e limitações que explicarão a necessidade

de outros contributos científicos das áreas da comunicação social para a realização desta dissertação.

1.1 Breve Contextualização dos Estudos de Segurança em Relações Internacionais

Em Relações Internacionais, os Estudos de Segurança tiveram a sua consolidação durante o século XX, sendo que até à Segunda Guerra Mundial, com um carácter bastante militar, estes eram quase exclusivos de profissionais da mesma área (Duque, 2009). Civis envolveram-se no processo de estudo deste campo durante a Segunda Guerra, “desenhando o caminho para a denominada Era Dourada dos Estudos de Segurança” (Walt, 1991).

A “Era Dourada” (período de 1950 a 1960) dos Estudos de Segurança surge após a transição para o período de Guerra Fria e do surgimento de armas nucleares. É nesta altura que vários autores de vários campos de perícia começam a escrever sobre segurança (Walt, 1991: 215) sendo estes maioritariamente norte-americanos devido ao clima de insegurança que se vivia na guerra fria (Duque, 2009).

Embora fosse a primeira vez que vários académicos se dedicaram ao estudo da segurança, a sua análise baseava-se na resposta à seguinte pergunta: *“how could states use weapons of mass destruction as instruments of policy, given the risk of any nuclear Exchange”* (Baldwin, 1995:123). A partir desta questão desenvolveram-se trabalhos que resultaram na teoria da dissuasão nuclear em relações internacionais (Baldwin, 1995:123) e uma análise focada nos problemas da coerção, escalada nuclear e alternativas estratégicas (Walt,1991: 214). Entre os principais autores que contribuíram para a Era Dourada e para estas teorias estão:¹ Thomas Schelling, Glenn Snyder, William W.Kauffman, Herman Kahn, Albert Wohlsletter, Henry Kissinger entre outros (Baldwin,1995: 123).

No entanto esta “Era Dourada” dos Estudos de Segurança não foi poupada a críticas por se focar bastante em questões relacionadas com dissuasão nuclear, tal como por exemplo a perspectiva de Think Tanks como a Rand Corporation, era bastante militar devido à sua relação próxima com o Departamento de Estado dos E.U.A. (Walt,1991:215). Uma definição restritiva de política e meramente centrada em questões de foro doméstico eram predominantes (Walt, 1991: 215).

Na década de 60, termina o primeiro período da “Era Dourada” com alguma perda de interesse pela área não só devido ao envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietname, mas também a um arrefecimento de tensões entre os mesmos e a URSS (Duque, 2009).

¹ Ver por exemplo obras: Schelling, 1960 “The Strategy of Conflict”; Schelling, 1966 “Arms and Influence; Snyder, 1961 “Deterrence”; Kissinger (1957), “Nuclear Weapons and Foreign Policy” ou (Walt,1991); (Baldwin, 1995).

Já só na década de 1970 é que o foco se volta a centrar nos estudos de segurança e estratégicos. Importante será de referir que foi nesta década que Kenneth Waltz lança a sua obra “Theory of International Politics” (1979), introduzindo a teoria neorrealista das Relações Internacionais. Esta teoria vai recolocar o realismo no debate *mainstream* em Relações Internacionais (Walt, 1991). Waltz afirma que o sistema internacional é composto por uma estrutura e unidades de interação. Esta estrutura, de natureza anárquica vai obrigar estas unidades de interação, sendo estas semelhantes ou diferenciadas umas das outras, a procurarem a sua sobrevivência. Esta obra fomentou o debate em relações internacionais, não só acrescentando contributos ao próprio neorrealismo ou realismo estrutural como, mais tarde, permitiu o surgimento do neoliberalismo com a obra de Robert Keohane “*Neorealism and its critics*” (1986).

O período de Guerra Fria foi caracterizado por este paradigma realista da política e por uma visão centrada nos quatro S dos Estados (*States*)- *State, Strategy, Science & Status Quo*, não havendo muitos autores a dedicarem-se à sua contestação exceto autores que trabalhavam questões relacionadas com a paz e terceiro mundo (William, 2008: 3). É nesta mesma altura, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 que são criados Institutos de Estudos para a Paz em países do Norte da Europa como a Noruega e a Suécia. De destacar o contributo de um dos fundadores dos Estudos para a Paz, Johan Galtung com o seu artigo “Violence, Peace and Research” (1969) lançando a base de pesquisa e desenvolvimento para este campo que se pretendia opor aos estudos de segurança e guerra (Barash e Webel, 2014: 26). Já no campo de estudos do Terceiro Mundo, autores² como Caroline Thomas (1987); Mohammed Ayoob (1983) entre outros, dedicaram a sua análise a questões negligenciadas pelos grandes poderes durante a guerra fria, podendo os seus contributos serem considerados uma resposta à descolonização, mas acabando por não influenciar o campo *mainstream* dos Estudos de Segurança de forma profunda (Buzan e Hansen, 2009: 86).

O paradigma realista vai ser contestado por Barry Buzan nos anos 1980 com a sua obra “People, States & Fear”, afirmando que a segurança não se aplicava apenas a Estados como a todas “as colectividades humanas” (Williams, 2008: 3). De acordo com Buzan a segurança afetava as colectividades humanas em cinco sectores principais: militar, político, económico, societal e ambiental. Através desta categorização em sectores, Barry Buzan não só pretendia “mapear o terreno do conceito, as suas características gerais e perigos visíveis. Tal mapa não só iria revelar os custos de trabalhar com o conceito estreito, mas também traria vantagens ao aplicar uma visão mais abrangente” (Buzan, 1983). A perspetiva de Buzan parte de alguns pressupostos neorrealistas na medida em que ele considera a existência da anarquia internacional, mas no fundo a sua análise é construtivista (Stone, 2009: 2). O que o conceito de segurança de Barry Buzan apresenta de novo é uma análise com vários ângulos que explora o conceito de segurança desde o nível micro ao macro (Stone, 2009: 2). Porém, na primeira edição do

² Ver Thomas, 1987 “In The Search of Security: The Third World in International Relations; Ayoob, (1983) “Security in The Third World: The Worm about to Turn?”;

livro, o Estado continua a ser o principal objeto de análise, mantendo-se “atrelado ao realismo” (Tanno, 2003). A segunda edição do seu livro “People, States & Fear”, lançada após o fim da Guerra Fria no início da década de 1990, já pretende quebrar este paradigma estatocentrista. A obra desafia a preocupação e foco dos Estudos de Segurança na força militar e tenta colocar “esses assuntos dentro dos seus contextos políticos, económicos e sociais” (Williams, 2008: 4), através da categorização em setores. Os cinco setores de segurança de Buzan independentemente da sua categorização, não devem ser isolados uns dos outros, mas sim “interligados numa só teia” (Buzan, 1991: 483). A ideia de Buzan era analisar a forma como os Estados e sociedades conseguiram “se ver livres de ameaças” através das relações dos cinco setores de segurança³, através de uma ação combinada entre ameaças e vulnerabilidades. Para o autor, segurança é um conceito versátil. Outro contributo que não tinha tido muita atenção anteriormente ao trabalho de Barry Buzan era o aspeto regional da segurança (Stone, 2009: 6). Buzan questiona de que forma a periferia ou o “Terceiro Mundo” iriam ser influenciados pelas decisões e ações do Centro (Grandes Potências) mas pela criação do conceito de segurança regional e complexo de segurança (1991: 433). Segundo Buzan, a segurança é “relacional” e é feita através das relações entre Estados, com base numa relação de amigo/inimigo não só influenciada pelos equilíbrios de poder mas também por questões ideológicas e identitárias (Stone, 2009: 6). Este tipo de relação vai levar à criação de complexos de segurança, devido à relação interdependente destes Estados no que concerne a “problemas primários de segurança que se aproximam suficientemente uns dos outros, fazendo com que as suas realidades de segurança nacionais não possam ser desassociadas umas das outras” (Buzan, 1991b: 190).

Outro contributo importante também durante a década de 1990 e que mais tarde viria a ser crucial para a criação da Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança, foi o de Ole Waever com os seus conceitos de “securitização” e “dessecuritização” (Waever, 1995). Opondo-se ao paradigma tradicional do campo, Waever considera que segurança é um conceito e uma palavra, logo não deve ser aceite como algo adquirido. Contrariamente à visão tradicionalista e partilhando a visão de Barry Buzan, Waever também considera que a análise de segurança deve ser alargada a mais campos da vida social e assuntos como o ambiente, bem-estar social, imigração e refugiados. Por fim, argumenta que a segurança deve ser considerada um ato discursivo:

“What then is security? With the help of language theory, we can regard “security” as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise, naming a ship). By uttering “security,” a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it.” (Waever, 1995).

³ Ver Buzan (1991), *People, States, and Fear*, 2nd ed.: An Agenda for International Security in the Post-ColdWar Era; Buzan (1991), “New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century”

Desta forma, a segurança é construída através de atos discursivos, que por sua vez constituem um processo de securitização. Por processo de securitização entende-se passar um assunto ou ameaça para a esfera de segurança através de um ato discursivo para mais tarde tomar as medidas necessárias para conter essa mesma ameaça. Este conceito será desenvolvido com maior profundidade à frente. Nesta lógica, o autor argumenta que segurança é um conceito com conotação negativa, pois quanto mais um assunto for securitizado mais medidas extraordinárias serão necessárias para responder ou bloquear uma ameaça. Waever considera assim que “insegurança” e “segurança” não são conceitos que constituem uma oposição binária: *"Security" signifies a situation marked by the presence of a security problem and some measure taken in response. Insecurity is a situation with a security problem and no response. Both conditions share the security problematique.*” (Waever, 1995).

Buzan e Waever vão desenvolver os seus trabalhos através da criação daquela que ficou conhecida como a Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança. Esta escola de pensamento representou uma tentativa de criar um quadro de análise de tradição construtivista, tendo como principal preocupação a forma como a “segurança funciona na política mundial (McDonald, 2008: 68). O seu desenvolvimento após a Guerra Fria não passou apenas por uma tentativa de ampliar as definições de segurança através da inclusão de setores e áreas até aqui negligenciadas pelos tradicionalistas como direitos humanos, ambiente e pobreza e ao mesmo tempo estabelecer limites analíticos para o conceito. A Escola de Copenhaga, na tentativa de desenhar um quadro de análise para os Estudos de Segurança, vai trazer algumas ferramentas de apoio à teoria construtivista em Relações Internacionais como aos próprios Estudos de Segurança em si, tornando-se um campo distinto na área (Williams, 2003: 511; Smith, 2005: 32). A Barry Buzan e Ole Waever junta-se Jaap de Wilde na obra de 1998 “Security: a New Framework for Analysis” onde será feita uma tentativa de criar um quadro analítico para o conceito de segurança através de uma abordagem construtivista social, onde a segurança é vista como um processo de construção social através do ato discursivo e dos processos de securitização e dessecuritização. O debate da Escola de Copenhaga será analisado na secção seguinte, onde será feita uma ponte entre o Construtivismo e o pensamento da Escola de Copenhaga. Serão exploradas as suas principais características e por fim, as suas principais críticas que permitirão fazer a ponte com outros contributos da área de comunicação social de forma a analisar o estudo de caso da presente dissertação com maior profundidade.

1.2 Construtivismo e Segurança: A Escola de Copenhaga

Tal como outras abordagens teóricas em Relações Internacionais, o Construtivismo procurou explicar a segurança e questionar as limitações de abordagens *mainstream* do sistema internacional como o neorealismo (McDonald, 2008: 60). Esta abordagem permite “um entendimento mais sofisticado e completo das dinâmicas tradicionalmente

associadas com a segurança”, desde a natureza de poderes (Barnett e Duval, 2005)⁴ ao dilema de segurança e equilíbrio de poderes (Hopf, 1998)⁵ (McDonald, 2008: 60). Alexander Wendt (1992) afirma que o construtivismo consegue adaptar-se melhor às mudanças estruturais no sistema, que são levadas a cabo por atores estratégicos na política mundial. A sua famosa frase “Anarchy is what States make of it”, título da mesma obra editada em 1992, contraria a visão estruturalista do sistema internacional e que a anarquia internacional é algo inevitável ou permanente. Wendt afirma que as “estruturas fundamentais da política internacional são sociais em vez de rigorosamente materiais” (Wendt, 1995: 71). A visão de Wendt contrasta os argumentos realistas de John Mearsheimer na sua obra “The False Promise of International Institutions” (1995). Para Wendt, as estruturas moldam as identidades e interesses dos atores em vez de apenas os seus comportamentos (1995: 71). Wendt também diverge dos argumentos estruturalistas sobre dilemas de segurança. Segundo a definição de John H. Herz (1950: 157), um dilema de segurança acontece quando um grupo de indivíduos com receio de ser atacado, dominado ou subjugado por outros grupos e indivíduos, vão intensificar a sua segurança através da “aquisição de mais poder para escapar ao impacto do poder dos outros”. Os outros por consequência de insegurança vão fazer o mesmo para se preparem. Na perspetiva neorrealista, com base no trabalho de Kenneth Waltz (1979) e posteriormente desenvolvido por Mearsheimer (1995), os Estados ao viverem sob a anarquia internacional nunca podem ter a certeza sobre as intenções dos outros. Sendo o seu objetivo a sobrevivência ao sistema anárquico, todos os Estados procuram maximizar o seu poder, causando dessa forma o dilema de segurança.

Wendt argumenta que contrariamente aos argumentos realistas, os Estados entram em dilemas de segurança devido tanto ao agente e à estrutura, sendo que as relações de uns com os outros afeta a estrutura social em que estão inseridos numa lógica de reciprocidade (Wendt, 1995:76). Dessa forma se um Estado se militarizar, os outros sentindo-se ameaçados, vão fazer o mesmo, criando dilemas de segurança onde serão definidas identidades e interesses egoístas. Contrariamente ao pressuposto realista, dilemas de segurança “não são nenhum ato de Deus, mas sim um efeito de práticas” (Wendt, 1995: 77). A noção de dilema de segurança será importante para mais à frente analisar a relação do Estado de Israel com a segurança e a história do conflito israelo-palestiniano, servindo de base para posteriormente proceder a análise do estudo de caso desta dissertação.

Com base no argumento de Wendt, pode-se afirmar que o construtivismo defende que a segurança é uma construção social. As construções sociais são formuladas pelos processos de interação social entre atores, que variam conforme o seu contexto. Neste caso, “as ameaças são trazidas à sua existência, em vez de respeitarem um conjunto de critérios abstractos que contam como assuntos securitários” (McDonald, 2008: 63). Dessa forma, “também é possível argumentar que a segurança é construída na medida

⁴ Ver Barnett e Duval, 2005 “Power in International Politics”

⁵ Ver Hopf, 1998 “The Promise of Constructivism in International Relations”

em que atores diferentes se comportam de acordo com diferentes discursos, ou *frameworks of meaning* de segurança” (McDonald, 2008:63). Exemplo disso, foi a forma como os EUA lidaram com a crise de refugiados derivada dum golpe de Estado no Haiti, que teve menos a ver com a noção de “ameaça” mas com entendimento de segurança do governo dos EUA com base nos diferentes discursos de segurança na altura (Doty,1998).

A segurança trata-se de uma construção social dentro de um contexto específico. Para os construtivistas é mais importante dar atenção ao significado que é dado à segurança dentro destes contextos e analisar as implicações que esta tem na prática em política em vez de criar definições abstratas do conceito (McDonald, 2008: 64).

A Escola de Copenhaga surge devido ao “interesse académico de formular uma contribuição original para os debates teóricos na área de segurança internacional” (Huymans,1998: 482) e ao” interesse de natureza empírica em relação à tendência verificada nas agendas de segurança da Europa de considerar as questões não militares como questões de segurança” (Ibid 482)

Em 1985 é fundado o Centre for Peace and Conflict Research, mais tarde conhecido como Escola de Copenhaga devido à continuidade e coerência dos trabalhos dos principais autores (Barry Buzan e Ole Waever), sendo que o contributo da Escola se baseia na parceria dos dois autores cujos trabalhos anteriores, “possuíam respetivamente inclinações mais associadas ao realismo e ao construtivismo” (Duque, 2009).

Pegando no trabalho anteriormente desenvolvido por Barry Buzan (1983, 1991) nos sectores de segurança, ao definir o conceito da mesma, o autor questiona “o que é que qualifica algo como um assunto de segurança em relações internacionais?(...) em relações internacionais, porque, neste contexto, o termo não é idêntico ao que usamos na nossa linguagem do dia a dia” (Buzan et al, 1998:21). Ao dar a resposta à questão colocada, o autor explora o tradicionalismo dos estudos de segurança, afirmando que se pode basear no prisma político-militar da questão ou mesmo em sobrevivência. A nível estatal ou mesmo a nível de outros atores ou instituições que compõem a sociedade, “a natureza especial de uma ameaça securitária justifica a utilização de medidas extraordinárias para as resolver” (Buzan et al, 1998: 21). Esta afirmação vai de encontro com as noções de ato discursivo e processo de securitização desenvolvidas por Ole Waever (1995) que afirma ao se falar tradicionalmente de segurança, um representante do Estado declara uma situação de emergência, alegando assim ter o direito de usar os meios que forem necessários para bloquear o desenvolvimento de uma ameaça(Ibid).

É com base neste aspeto de que a segurança não é algo que existe *per se*, mas sim um processo de construção discursiva, processo esse que vai dar uma conotação securitária a um determinado assunto, uma vez elaborado um ato discursivo que visa securitizar determinado assunto ou uma ameaça. Dos principais trabalhos frutos do pensamento dos três autores de Copenhaga (Buzan, Waever e De Wilde) compilados em 1998 na Obra “Security: A New Framework for Analysis”, destacam-se a “divisão por sectores securitários”; “Teoria dos Complexos Regionais de Segurança” e a “Teoria de

Securitização” (Buzan et al, 1998). Para a presente dissertação, a teoria com mais importância para o estudo será a Teoria de Securitização e todo o quadro de análise criado pela Escola de Copenhaga à volta dela.

Com “*People, States & Fear*” (1983) Barry Buzan lançou a sua teoria dos multisetores da segurança. Como já foi referenciado anteriormente, esta foi a primeira tentativa de separar o conceito de segurança de uma vertente meramente militar. Em 1991 com a segunda edição do livro dedicado aos Estudos de Segurança no pós Guerra Fria o autor tenta expandir a sua ideia aplicando-a aos desafios securitários de um mundo multipolar e posteriormente em 1998, Buzan vai aprofundar ainda mais o seu argumento através do desenvolvimento dos contributos da Escola de Copenhaga, com aprofundamento da sua Teoria dos Complexos Regionais de Segurança⁶ (1998, 2003) e juntamente com um desenvolvimento e criação de um quadro de análise para a Teoria de Securitização de Ole Waever (1995).

É neste sentido que Buzan, Waever e De Wilde vão desenvolver a Teoria de Securitização e o seu quadro de análise, que vai permitir estudar a forma como um assunto ou tópico é securitizado. Nesta lógica, para ocorrer um processo de securitização é necessário que existam unidades de análise de segurança (Buzan et al, 1998: 36). Por estas, entende-se: objeto referente, agente securitizador e agente funcional. O objeto referente consiste no objeto que está a ser ameaçado, que necessita que sejam tomadas medidas extraordinárias para que se contenha essa mesma ameaça. Este pode ser tanto o Estado como outra entidade. Cabe aos agentes securitizadores declararem a ameaça ao objeto referente (Buzan et al, 1998: 36). Por agente securitizador, entende-se a entidade que irá fazer um discurso que utiliza a retórica da segurança para convencer um público-alvo da necessidade de tomar medidas extraordinárias e dessa forma conter uma ameaça existencial, uma entidade política ou alguém com uma posição socialmente relevante para o fazer: “a segurança é um campo estruturado onde alguns atores estão posicionados pelo poder da virtude a serem geralmente aceites como vozes da segurança, por terem o poder de definir a segurança” (Bigo 1994,1996 apud Buzan et al 1998:31). Por fim, o agente funcional caracteriza-se por alguém que influencia as decisões na área de segurança, ou em qualquer um dos setores da mesma.

De que forma passa uma ameaça à esfera da segurança? Segundo esta escola, através do processo de securitização. “Esta pode ser vista como uma versão mais extrema da politização” (Buzan et al, 1998:23). Um processo de politização ocorre quando um determinado assunto público numa sociedade não se encontra na agenda política do Estado, não é debatido publicamente nem são tomadas decisões públicas relativamente ao mesmo (não politizado) e ganha destaque público passando a ser um assunto relevante na agenda estatal, requerendo decisões do governo e alocação de recursos (politização). Para ser securitizado, o assunto politizado tem de ser considerado uma ameaça (Buzan et al, 1998: 24). Neste caso, se pensarmos no Estado como objecto

⁶ Ver Buzan e Waever, 2003 “Regions and Powers”

referente, “A quem é que a securitização vai servir?” (McDonald, 2008). A Segurança é dessa forma, uma prática auto-referencial, porque é nesta prática que o assunto se torna um assunto securitário (Buzan et al, 1998:24). “A definição e critério de securitização são constituídos por um estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com saliência suficiente para ter efeitos políticos”(Buzan et al, 1998:25). De que forma é feito este processo? Através de um ato de discurso que vai apresentar determinado assunto como uma ameaça existencial – um movimento de securitização (Buzan et al, 1998:25). Este ato vai ser apresentado perante uma audiência que irá à partida aceitar o assunto como ameaça, sendo que a securitização não pode apenas ser imposta, envolvendo um processo que ocorre em algumas fases, sendo esse processo construído socialmente por práticas intersubjetivas.

Resumidamente, para ocorrer um processo de securitização, os agentes securitizadores (as entidades que vão tomar a iniciativa de utilizar a retórica da segurança para mobilizar a atenção de uma audiência para uma ameaça que vai requerer medidas extraordinárias para o conter) vão utilizar um ato do discurso (este vai ter que ser bastante estruturado e pensado de forma a convencer o público alvo a aceitar a ameaça e dessa forma levar a sua agenda política avante) para securitizar determinado assunto, ou ameaça. Este passa estar na esfera da segurança, uma vez que esteja securitizado. O objeto referente entra no processo como sendo a entidade ou unidade que está a ser ameaçado. O processo inverso, denomina-se por “dessecuritização” e representa o processo inverso de retirar o objeto securitizado da esfera de segurança (Buzan et al. 1998).

O fator de sucesso do processo de securitização vai depender do objecto de referência, a forma como este vai ser realizado, as posições sociais dos agentes securitizadores e também de “condições facilitadoras” ou eventos que possam facilitar este processo. Por exemplo, um dos estudos de caso onde pode ser utilizado o quadro de análise criado pela Escola de Copenhaga é o 11 de setembro de 2001 e a conseqüente guerra contra o terror, onde o terrorismo é percebido como uma ameaça (existencial) ao Estado Norte-Americano (objeto referente).

O conceito de securitização leva à passagem da política normal para aquilo que Barry Buzan define como uma “política de pânico”, ou seja, através da passagem de um determinado assunto politizado para o plano da segurança, as medidas extraordinárias que vão ser necessárias para conter essa ameaça vão quebrar “as regras da normalidade” da sociedade e desencadear essa política de “pânico”(Buzan et al, 1998: 23-26). A “política de pânico” tem por si um valor negativo, o que não só constrói sobre a ideia de Waever (1995) de segurança ter uma conotação negativa mas também contraria as teorias tradicionalistas dos Estudos de Segurança, que consideram a segurança algo positivo (Ibid: 29).

Uma securitização bem realizada e estruturada pode legitimar o uso da força em alguns casos, o que não poderia acontecer sem o processo de securitização em sociedades democráticas liberais (Buzan et al. 1998:24), onde a opinião pública tem peso. Torna-se

portanto necessário que o agente securitizador ao realizar um “movimento de securitização” convença a sua audiência de que um determinado assunto ou ameaça que comprometem um objeto referente (o Estado ou outra unidade) é suficientemente relevante para justificar um conjunto de medidas extraordinárias que não aconteceriam normalmente sob normas e um processo de tomada de decisão democrático, onde a segurança vai obter o significado que o agente securitizador lhe vai conferir (Taureck, 2006: 54).

Um processo de securitização bem-sucedido passa então por três fases (Buzan et al, 1998: 6): 1) identificação de uma ameaça existencial; 2) ação de emergência e 3) quebrar de regras nas relações entre as interunidades, ou seja a audiência a qual o processo de securitização se destina (Ibid,6). É com estes passos que se consegue securitizar um assunto em específico (Ibid: 6).

Por outro lado, outro fator que determina o sucesso de um processo de securitização são as “condições facilitadoras”. Sendo um processo de securitização um ato discursivo, o seu sucesso irá depender de alguns fatores como : 1)” as exigências internas do discurso de seguirem uma gramática de segurança”; 2) “as condições sociais relativamente à posição de autoridade do agente securitizador”, ou seja a relação entre o orador e audiência e a probabilidade desta audiência aceitar os argumentos do orador; 3) “as características da alegada ameaça que podem facilitar ou impedir o processo de securitização” (Buzan et al, 1998:33).

Embora a Escola de Copenhaga apresente um esforço de criar um quadro analítico original nos Estudos de Segurança, não deixa de ser passível a várias críticas por vários autores de outras escolas dos Estudos de Segurança. Para Buzan e Waever, existem três vertentes dos Estudos de Segurança: tradicionalista, crítica e abrangente. A primeira enfatiza o uso da força e as questões militares, sendo que tem uma perspetiva objetivista no que concerne a análise de ameaças. A segunda considera que as ameaças e objetos de segurança são feitos através de uma construção social, A terceira, onde se encontra a Escola de Copenhaga, amplia o conceito (Buzan, 1997). Uma ponte entre o tradicionalismo e o construtivismo origina a Escola de Copenhaga (Duque, 2009). De seguida, serão exploradas as principais críticas e limitações desta escola de pensamento, passando não só pelas vertentes definidas por Buzan mas também pelas limitações do quadro de análise criado pela Escola de Copenhaga.

1.3 Principais Críticas à Escola de Copenhaga e as suas Limitações

Nesta secção serão apresentadas as principais críticas e limitações da Escola de Copenhaga. O intuito é perceber o impacto do trabalho da Escola academicamente e saber quais as são as suas principais lacunas apenas como base de contextualização para esta dissertação e como ferramenta de análise do seu estudo de caso. Dessa forma, esta

dissertação não visa a aprofundar nem continuar o debate teórico da Escola de Copenhaga, apenas mapear os principais argumentos de outros autores, que por sua vez servirão de base para os capítulos seguintes e para a análise do estudo de caso .

Várias são as críticas feitas por autores das vertentes que Buzan classificou como tradicionais e críticas. A Escola de Copenhaga não tardou em responder aos argumentos dos vários autores, envolvendo-se num debate com os mais tradicionalistas sobre a sua ênfase em aspetos militares da segurança, o carácter objetivista das ameaças e uma visão fortemente centrada no Estado (Duque, 2009). No entanto é na vertente crítica, constituída por construtivistas, que surgem as principais críticas à Escola de Copenhaga (Duque, 2009).

No seu capítulo da obra editada de Ken Booth, “Critical Security Studies”, Steve Smith, considera a Escola de Copenhaga um quadro de referência nos Estudos de Segurança, adequado à sua altura nos anos 90, inserida num período de pós Guerra-Fria, onde afirma que a segurança societal, de acordo com a lógica dos setores foi a predominante, sendo que o seu objeto referente era a identidade. A sua principal crítica ao trabalho de Copenhaga, passa por uma concentração do objeto referente no Estado, o que quando aplicado ao caso do 11 de setembro de 2001 limita a sua capacidade de analisar outras partes importantes dos eventos ocorridos (Smith, 2005).

Entre os principais críticos da Escola de Copenhaga está Bill McSweeney (1996, 1999) que também vai olhar para as questões de identidade e sociedade inseridas na lógica de segurança societal. Para McSweeney, a definição de sociedade segundo a Escola de Copenhaga não está de acordo com as definições mais tradicionais da sociologia para o conceito e peca por ser demasiado objetivista e redutor (McSweeney, 1996: 83). O mesmo acontece com a definição de identidade que não pode ser vista como uma realidade objetiva, ou um facto social pois esta é um processo de negociação entre pessoas e grupos de interesse (McSweeney, 1996: 90). McSweeney afirma ainda no que concerne ao setor societal de segurança, que é limitativo considerar apenas a identidade um objeto referente e que a sociedade não pode ser considerada um facto social com a mesma objetividade e ontologia que o Estado (McSweeney, 1996: 90).

Torna-se assim difícil assumir que a sociedade contenha apenas uma identidade ou interesse (McSweeney, 1996: 90), o que obscura as outras identidades sociais e apoia o crescimento de identidades intolerantes (McSweeney, 1999: 72). Resumidamente as críticas de Bill McSweeney à Escola de Copenhaga passam pelo carácter limitativo, normativo e positivista desta Escola no que concerne os conceitos de identidade e sociedade no setor societal de segurança, um dos grandes destaques do trabalho de Buzan em 1991 e posteriormente desenvolvido pela escola.

John Eriksson (1999), não se foca nas questões de identidade e sociedade mas vai questionar a natureza da segurança enquanto construção social. Para ele: *“since it is a social construct, there are no objective threats, only attempts to saddle issues with security implications. Thus anyone who classifies an issue as a “security problem” makes it a political rather than an analytical decision”* (Eriksson, 1999:315). Eriksson

indica que há uma contradição entre a agenda de segurança ser ampliada e alguém tomar o papel de defensor de que esta deve ser ampliada, acabando por sua vez a agir como políticos ou securitizadores (Eriksson, 1999:316). Contrariamente ao argumento de McSweeny onde afirma que os autores de Copenhaga são objetivistas e positivistas, Eriksson afirma que “num esforço de guardar e sintetizar anteriores noções de segurança, os autores de Copenhaga foram obrigados a ser pragmáticos e ecléticos, sendo este um dos aspetos mais interessantes mas ao mesmo tempo problemáticos da sua abordagem” (Eriksson, 1999: 315). No entanto, para o autor o principal problema reside em tentar adotar uma perspectiva de securitização e ao mesmo tempo ser responsável por alargar a agenda de segurança com a teoria dos multisetores (Eriksson, 1999: 315).

Outras críticas são feitas ao quadro de análise relativamente estreito da Escola de Copenhaga (McDonald, 2008: 71). Lene Hansen (2000) critica o trabalho de Copenhaga através do conceito de ato discursivo. A autora fala de “segurança enquanto silêncio” o que acontece quando não se dá voz à insegurança, ou quando certo assunto não pode ser constituído como um assunto securitário. No geral, a sua crítica passa pelas questões de género que são deixadas de fora do enquadramento criado pela Escola de Copenhaga. O seu argumento passa por afirmar que o contributo da Escola de Copenhaga favorece as vozes dominantes da sociedade, deixando marginalizadas aquelas que já não são ouvidas (Ibid).

Matt McDonald (2008b: 1-2) também aponta para as limitações do quadro de análise da Escola de Copenhaga como sendo muito estreito em três aspectos:

- 1) O autor considera que o ato de construção de segurança dá uma ênfase ao discurso de atores dominantes como políticos e foca-se nos discursos de entidades institucionalmente legítimas como o Estado. Esta focagem no discurso de atores dominantes exclui outras formas de representação como imagens ou práticas materiais (McDonald, 2008b: 1). De notar a falha de incluir outras formas de representação como as imagens no processo de construção de segurança. No último capítulo, desta dissertação serão utilizadas imagens enquanto parte do discurso de securitização e de todo o processo de construção de segurança por parte das FDI através das redes sociais no verão de 2014.
- 2) O contexto do ato de construção de segurança é definido de forma vaga, apenas dando atenção ao momento de intervenção, sendo negligenciado o processo de construção de segurança ao longo do tempo (McDonald, 2008: 2). O trabalho da Escola de Copenhaga concentra-se na segurança apenas no exato momento em que surge uma ameaça e é necessário realizar um movimento de securitização. Porém ignora os antecedentes históricos que um objeto referente pode ter com a respetiva ameaça, o que é o que acontece no estudo de caso desta dissertação,

onde o Estado de Israel enquanto objeto referente, sempre viveu um dilema de segurança⁷.

- 3) A natureza do ato de construção de segurança é definida apenas com base nas ameaças, ignorando a importância desta ser entendida noutros contextos. Se esta apenas adquire significado através de representações de perigo e de ameaça, leva a uma conceptualização negativa e reativa da política de segurança (McDonald, 2008:2)

Matt McDonald aponta ainda para as questões que a Escola de Copenhaga deixa em aberto: “De que forma sabemos se um assunto foi securitizado com sucesso? Qual audiência necessita de ser convencida da legitimidade de um movimento de securitização? Podem outras formas para além do ato de discurso atuarem como movimento de securitização?” (McDonald, 2008: 70-71). As questões que McDonald aqui coloca são particularmente interessantes e pertinentes. O quadro de análise da Escola de Copenhaga não permite saber o grau de sucesso de securitização de um assunto em particular. Também não indica qual é o público-alvo que irá ser abordado com discursos securitários, nem o impacto que o processo de securitização teve neste, podendo mesmo até falar em opinião pública. Outra questão que será explorada nesta dissertação será outras formas de discurso para além do discurso falado. Por outras formas de discurso entende-se imagens, vídeos e até mesmo *posts* das redes sociais que podem servir de interlocutores de uma linguagem de segurança. A questão-chave aqui não será explorar outras formas para além do discurso atuarem enquanto movimento de securitização mas sim que ferramentas podem ser utilizadas para enriquecer um discurso de securitização.

Por fim e falando mais uma vez no processo de securitização enquanto um ato de discurso, alguns autores se debruçaram sobre esta questão, nomeadamente Michael Williams (2003), que através de uma ponte crítica entre alguns aspetos realistas e construtivistas da Escola de Copenhaga, fala da importância dos meios de comunicação para a mesma e para o ato de discurso enquanto meio de securitização. Será dada mais ênfase à crítica de Williams sobre os meios de comunicação sendo que esta representa uma ponte para o próximo capítulo desta dissertação e para a abordagem do estudo de caso.

Williams argumenta de que para além de a Escola de Copenhaga adotar uma forma de construtivismo social, tem algumas raízes na tradição realista, sendo que o conceito de securitização está relacionado com “*realpolitik*” de Carl Schmitt (Williams, 2003: 512). O autor discute que a Escola de Copenhaga tem uma visão estreita nos atos de discurso enquanto “forma chave de ação comunicativa em práticas de segurança” e deve confrontar o facto de que a comunicação política contemporânea está cada vez mais ligada a imagens televisivas. Michael Williams ainda argumenta que a Escola de Copenhaga deve desenvolver um entendimento mais amplo das estruturas dos media e instituições contemporâneas de comunicação política se deseja abordar adequadamente

⁷ Ver capítulo 3.

questões de explicação empírica e de avaliação ética nas práticas de segurança (Williams, 2003: 512).

Williams compara a Escola de Copenhaga às raízes do realismo da teoria de Carl Schmitt na medida em que a passagem do plano da política normal para uma política de pânico coincide com o que Schmitt destaca como a ênfase na decisão e política de emergência. Outro aspeto passa pelo ato discursivo, que segundo o autor “no trabalho da Escola de Copenhaga é sustentado por um entendimento das políticas de hostilidade, decisão e emergência de Schmitt” (Williams, 2003: 515). Para Carl Schmitt, o que torna um assunto político é a relação particular intensa que certos atores vão sentir relativamente a este, em vez da sua própria natureza. Ou colocando nas palavras do autor: “Todas as antíteses religiosas, morais, éticas ou outras transforma-se numa antítese política se for suficientemente forte para um grupo de humanos de acordo com as perceções de amigo e inimigo” (Schmitt, 1932 apud Williams, 2003: 515). A conceção de político passa por um antagonismo extremo e intenso que depende assim das perceções dos atores de amizade e hostilidade. Williams considera que de certa forma se pode associar esta ideia à Escola de Copenhaga se analisarmos o processo de securitização, pois “qualquer assunto pode ser securitizado se for intensificado ao ponto onde é apresentado e aceite como “uma ameaça existencial” (Williams, 2003: 516).

No entanto o autor reitera que a Escola de Copenhaga tenta evitar a *realpolitik* radical de Schmitt, que pode no entanto ser associada ao processo de securitização. Enquanto Schmitt apela à necessidade e inescapabilidade de decisão, hostilidade e o político e considera a guerra e hostilidades os principais momentos da vida política, a Escola de Copenhaga trata a securitização como um processo de construção social, que deve ser evitado (Williams, 2003: 523).

Outra crítica de Michael Williams e a mais pertinente para esta dissertação passa pela relação da Escola de Copenhaga com os meios de comunicação. Para o autor, um ato de discurso é um processo de ação comunicativa que envolve um processo de argumentação, regras, apresentação de provas e um compromisso de convencer os outros da validade da posição que se está a apresentar (Risse 2000 apud Williams, 2003: 522). Ainda se o ato de discurso da Escola de Copenhaga for inserido numa lógica de comunicação e no seio dos processos de legitimação e éticas práticas do diálogo, permite que os seus aspetos mais associados com a *realpolitik* de Schmitt fiquem de fora. No entanto, inserir o ato discursivo numa visão de ação comunicativa mais abrangente também traz algumas limitações. O autor chega a questionar a capacidade da Escola de Copenhaga cujo quadro explicativo e posições éticas estão ligadas fortemente a atos discursivos de conseguir abordar as dinâmicas de segurança num mundo onde a comunicação política é cada vez mais ligada a imagens onde meios de comunicação como a televisão são um elemento essencial da ação comunicativa (Williams, 2003:524). Neste aspeto, o autor considera que os media modernos são um elemento central das relações de segurança, sendo que o seu papel nas relações contemporâneas de segurança é quase “inescapável” (Williams, 2003:524).

O autor argumenta assim que ao se limitar o ato discursivo à sua forma linguística torna-se bastante limitador num mundo onde os media eletrónicos e principalmente as imagens televisivas desempenham um papel fundamental nos processos de securitização. Ou seja, argumenta que as imagens nos media podem ter um impacto nestes processos ainda maior do que um discurso escrito ou falado, na tentativa de securitizar um determinado assunto. “Ao colocar a segurança como um ato de discurso a Escola de Copenhaga não está só a utilizar uma metáfora, está a delinear uma estrutura de ação comunicativa e um quadro de explicação para práticas sociais” (Williams, 2003).

É neste aspeto que se pretende dar seguimento a este estudo, não apenas com base no quadro de análise da Escola de Copenhaga, mas também nas suas limitações, nomeadamente nas críticas proferidas por Michael Williams em relação à sua capacidade de analisar a segurança num mundo onde esta está associada aos meios de comunicação social. Torna-se assim necessário para um efeito de análise do estudo de caso que tem como base as redes sociais em Israel enquanto interlocutores no processo de securitização, recorrer a outras áreas de conhecimento no próximo capítulo que servirão de ferramentas de auxílio às limitações da Escola de Copenhaga e para a própria análise desta dissertação. Dessa forma, para estudar o impacto dos media no processo de securitização ocorrido no Verão de 2014 em Israel será necessário trazer o contributo de algumas teorias de comunicação social que serão desenvolvidas no próximo capítulo. Williams falou do poder das imagens televisivas no processo de securitização. Em 2014, embora estas continuem a ser um meio de comunicação poderoso, tem que se ter em conta que os meios de comunicação são mais difusos e o aparecimento de novos media como as redes sociais. Quais são as influências destes novos meios nos processos de securitização, na retórica de segurança, nos discursos em si e quais os efeitos que têm nas audiências que estão a ser convencidas

Capítulo 2: O papel dos Media nos Conflitos: a Teoria do Agendamento

2.1 Introdução

A Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança estuda o processo de securitização de uma ameaça em determinada sociedade. Sendo uma abordagem inserida no seio das teorias das Relações Internacionais, dedica-se ao estudo da construção da segurança, ou do processo de securitização. A sua focagem passa essencialmente pelo ato discursivo que leva ao processo de securitização e dispõe de ferramentas para analisar esse processo, como as unidades de análise de segurança: objeto referente, ator securitizador, atores funcionais. Porém, a sua análise na construção discursiva não dispõe das ferramentas para analisar os meios pelos quais o processo de securitização ocorre. Como vimos no capítulo anterior, Williams (2003) refere o poder das imagens televisivas no processo de securitização nos dias atuais como sendo bastante mais poderosos do que a linguagem discursiva em si. Tratando-se de um processo estruturado de comunicação, será importante estudar a forma como o ator securitizador passa a sua mensagem para uma audiência. A Escola de Copenhaga estuda o processo de securitização e dessecuritização em si, mas não dá ênfase aos meios através dos quais estes processos são realizados, não dispondo também de ferramentas para medir o impacto e os efeitos pretendidos na audiência que está a ser convencida de determinada ameaça. Falando em termos mais específicos, o ator securitizador vai se servir dos meios de comunicação como a televisão, jornais, rádio, etc. para realizar o seu ato discursivo e dessa forma convencer uma audiência de que determinado assunto deve passar para a esfera da segurança. Em termos teóricos, o quadro oferecido por Barry Buzan, Waever e De Wilde deixa por analisar como o processo de securitização é realizado através dos meios de comunicação, o que abre caminho para colocar várias questões: Existem meios de comunicação mais eficazes do que outros num ato de securitização? Como é que a securitização é realizada através dos mesmos? Que impactos os meios de comunicação têm no processo de securitização em si? Que impactos têm na audiência que está a ser convencida de que é necessário um assunto

passar para a esfera da segurança? Carecendo das ferramentas necessárias para responder a estas perguntas apenas com enquadramentos teóricos de Relações Internacionais, torna-se pertinente trazer o contributo de outras teorias de Ciências Sociais para esta dissertação. Sendo que o objetivo é analisar os media, serão abordadas teorias de comunicação social para o efeito e para colmatar as limitações da Escola de Copenhaga. Este contributo será aplicado no estudo de caso, onde estas abordagens de comunicação terão um papel importante em explicar os impactos do processo de securitização no público alvo durante a Guerra contra o Hamas no verão de 2014.

Atualmente, os meios de comunicação social têm um papel importante a desempenhar nas relações entre os governos e a população dos seus países. No presente capítulo, o objetivo é perceber como é feita esta relação entre sistema político e esfera civil de um país. Para tal efeito, será abordada a Teoria do Agendamento em Comunicação Social que tem explorado estas dinâmicas nos últimos quarenta anos. Será importante ainda destacar a evolução da teoria acompanhada da própria evolução tecnológica dos meios de comunicação social, como a televisão e o surgimento das redes sociais na era digital. Por fim, irá analisar-se o papel que os media desempenham em tempo de conflito armado, não só analisando a importância que estes têm durante as fases de uma guerra, mas também como o “efeito do agendamento” dos media pode influenciar o decorrer do conflito e a própria opinião pública.

2.1 Definição de Meios de Comunicação Social

Antes de abordar a teoria do agendamento e as suas principais características torna-se importante definir o que são meios de comunicação social (media) e meios de comunicação de massas (mass media).

Por meio de comunicação social ou em inglês (medium) entende-se o meio pelos quais as pessoas trocam informações. Um jornal por exemplo, é um meio de comunicação social. Os meios de comunicação eletrónicos: televisão, filmes, telefones e outros também fazem parte. Já meios de comunicação social de massas são os “canais de comunicação que envolvem transmitir informação de alguma maneira forma ou formato para um grande número de pessoas (Livesey, 2011:1). Porém, o termo “massa” levanta algumas questões de autores como John Thompson (1995) que referem que o termo é enganador, na medida em que todos os meios de comunicação chegam a uma audiência vasta, o que é o caso da televisão, filmes e jornais mas não de todos os meios de comunicação. O termo “massa” não deve ser usado em termos quantitativos estreitos e as audiências não devem ser consideradas passivas e indiferentes (Thompson, 1995: 24). Porém, para efeitos desta dissertação, não se pretende entrar no debate sobre meios de comunicação de massas e a sua definição. O exemplo de Thompson serviu para referir apenas que o conceito é contestado e que é difícil arranjar uma definição que seja 100% exata. Dessa forma, o conceito de meios de comunicação de massa ou mass media utilizado neste estudo será o apontado por Livesey. O objetivo é analisar os meios de comunicação,

especificamente as redes sociais enquanto ferramenta de comunicação de um processo de securitização e não entrar no debate acadêmico sobre estes.

Segundo O’Sullivan et al (1998) os meios de comunicação de massas também se distinguem de outros tipos de comunicação devido a algumas das suas características: a distância e impersonalidade entre quem envia e recebe a informação; tecnologia: requer por exemplo um meio como a televisão; escala: a informação é enviada para várias pessoas ao mesmo tempo; commodity: para ter acesso a este tipo de informação é necessário possuir algum poder de compra para adquirir os aparelhos (:).

Existem também os novos meios de comunicação social, como a internet, blogs e redes sociais. Porém será dada ênfase a estes mais à frente neste capítulo. Como já foi anteriormente referido não se pretende entrar de forma exaustiva na definição de meios de comunicação social e meios de comunicação de massas. O foco será dado ao papel das redes sociais no processo de securitização do Hamas em Israel em 2014, que levou a uma ofensiva militar de 50 dias denominada de “Operation Protective Edge”. As redes sociais aqui servirão de meio de comunicação de massas para difundir, legitimar e justificar a agenda política e militar do Estado. Como foi observado na Escola de Copenhaga, o processo de securitização é geralmente feito em grande escala, para grandes massas. De seguida será definido o termo “opinião pública” e explorar-se-á a relação entre o sistema político, meios de comunicação social e audiências através da teoria do Agendamento.

Algo essencial a definir neste capítulo e nesta dissertação é “opinião pública”. No caso da Escola de Copenhaga, esta terá um papel importante a desempenhar, pois faz parte da audiência que está a ser convencida de que determinada ameaça compromete a segurança de um objeto referente. No caso dos meios de comunicação social e da teoria do agendamento, caracteriza-se pelo público-alvo para quem a informação é dirigida. Foi no início do século XX que Walter Lippman, jornalista, publicou a sua obra “Public Opinion” onde tentou definir o conceito. Para o autor, “opinião pública” passava por um conjunto de imagens construídas na cabeça dos homens, representações do mundo exterior, que não correspondem necessariamente ao mundo exterior (Lippman, 1922:19). Sendo esta uma representação subjetiva do mundo exterior, a democracia é afetada pelos estereótipos, pelas representações do homem de si próprio, dos outros, das suas necessidades, relações entre si. Estas representações, opiniões individuais, formam a opinião pública (Lippman, 1922:19).

Desta forma Lippman argumenta que os media são a fonte primária das imagens que temos nas nossas cabeças em relação a um mundo vasto de assuntos da esfera pública que se encontra fora do nosso alcance (Lippman, 1922 apud McCombs, Llamas, Escobar, Rey, 1995: 703). As conceptualizações de opinião pública defendidas por Lippman em 1922, e a sua tese de que “o que o público assiste nos media não é necessariamente a reflexão da realidade” começam a lançar as bases para a futura teoria do agendamento (Ghanem, et al. 2009).

É em 1972 que Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolvem um estudo para analisar a influência dos meios de comunicação de massas na opinião pública americana relativamente ao sistema político. Consideravam que os meios de comunicação desempenhavam um papel importante na formação da realidade política ao terem um papel na “escolha e lançamento das notícias” (McCombs e Shaw, 1972: 176). “Os agentes políticos chegam às pessoas através dos media em vez de o fazerem por contacto pessoal” (...) “A informação presente nos meios de comunicação de massas é o único contacto que muitos têm com a política” (McCombs e Shaw, 1972:176)

Dessa forma, a função do agendamento dos media passa por focar a atenção do público em determinados assuntos, sugerindo o que uma audiência deve pensar, saber e sentir. “Os meios de comunicação social ditam a agenda para cada campanha política, influenciando a reflexão de atitudes perante o assunto político ” (Cohen apud McCombs e Shaw, 1972: 177).

Na sua análise, Maxwell McCombs e Donald Shaw examinaram as eleições presidenciais nos Estados Unidos em 1968 para determinar a relação entre os media e a sua influência na campanha política. Basearam-se numa amostra de eleitores de Chapel Hill e concluíram que existia uma correlação entre os assuntos que os Democratas achavam importantes e a ênfase que o jornal New York Times dava a certos assuntos nos artigos que publicava. Embora não tenham conseguido provar em pleno a existência de uma função de agendamento dos meios de comunicação, deram ênfase à sua influência na formulação da realidade política. Nas suas hipóteses distinguiram o poder de influência das notícias nos leitores através da divisão em percepção seletiva (o leitor foca a atenção para as peças noticiosas que abordam a sua ideologia política ou partidária) e geral (os leitores focam a sua atenção nas notícias em geral independentemente do partido político ou ideologia), este último provaria o efeito do agendamento. Concluíram a sua pesquisa, afirmando que estudos futuros deveriam ter em conta variáveis sociológicas e psicológicas (McCombs e Shaw, 1972:187).

Desde a década de 1970, os meios de comunicação social foram evoluindo e se desenvolvendo mediante os avanços tecnológicos. Cientistas sociais, jornalistas e académicos da área, tentaram aprofundar e acrescentar ideias para o debate da existência de um efeito de agendamento na relação entre os meios de comunicação social e audiências. Embora tenham sido feitas inovações na pesquisa, “as bases e a premissa da teoria permaneceram as mesmas” (Ghanem, et al, 2009:3).

De seguida serão destacados alguns dos contributos mais relevantes da evolução da teoria que se fez acompanhar de novos estudos de caso conforme a própria evolução tecnológica dos meios de comunicação social. É de extrema importância reiterar que será dado um destaque às características mais pertinentes para esta dissertação em Relações Internacionais e aos aspetos mais políticos da teoria do agendamento. No entanto, não serão descartadas as referências a aspetos mais importantes da teoria no seio dos estudos de comunicação.

2.2 A Teoria do Agendamento: Evolução e a Teoria do Enquadramento

Em 1997, Maxwell McCombs, Donald Shaw e David Waeber editaram a obra “Communication and Democracy” onde contaram com o contributo de vários autores para um debate e discussão das fronteiras da teoria do agendamento. Nesta obra, já é notável a presença de estudos de caso que utilizam por exemplo, as imagens televisivas para abordar o efeito do agendamento.

Para Salma Ghanem, a teoria do agendamento contém um segundo nível de efeitos em que “os meios de comunicação não só afetam aquilo que o público pensa, mas também ditam como fazê-lo” (Ghanem, 1997). Este segundo nível “tem a ver com os atributos específicos de um tópico e a forma como esta agenda de atributos influencia a opinião pública (McCombs eEvatt, 1995)). A “attribute agenda setting” ou o segundo nível da teoria do agendamento “goes beyond the original premise of agenda setting in terms of the transfer of issue salience from media to the public to the influence of issue attributes on evaluation by the audience” (Ghanem, et al, 2009:4). Nesta segunda fase encontra-se o “priming” e o enquadramento. “O primeiro tem a ver com a relevância de atributos nas opiniões de uma audiência relativamente a políticos ou candidatos políticos, enquanto o segundo tem a ver com a importância dos atributos na opinião do público relativamente a assuntos específicos” – os media não só nos dizem sobre o que pensar, mas também como fazê-lo (Ghanem et al 2009:4).

Enquanto que “priming” é “o efeito da agenda dos media nas avaliações do público relativamente aos líderes políticos (Price e Tewbursky, 1995 apud Ghanem,1997) o enquadramento tem um papel importante, funcionando como complemento da teoria do agendamento. Salma Ghanem considera que o enquadramento é um desenvolvimento de uma base que já existia na teoria tradicional, o que contribui para a sua consolidação enquanto abordagem teórica (Ghanem, 1997).

A abordagem do enquadramento (frames) ou “Frame analysis” foi introduzida por Evin Goffman em 1974. Existem várias definições para o enquadramento ou frame e é uma teoria utilizada em várias ciências sociais. Goffman define frame como uma maneira de analisar a forma como as pessoas entendem e percebem situações e atividades. Ainda define a existência de dois enquadramentos primários (primary frames), um natural e outro social. Ambos servem para ajudar os indivíduos a interpretar dados e a entenderem as suas experiências num contexto social mais abrangente (Goffman, 1974).

Em comunicação, por enquadramento entende-se: “uma estratégia de construção e processamento do discurso noticioso ou uma característica do discurso em si” (Pan, e Kosicki, 1993:57). Sendo um conceito com várias definições, o enquadramento pode passar por uma “organização central do conteúdo de notícias que oferece um contexto e sugere o que se trata através da utilização de processos de seleção, ênfase, exclusão e elaboração” ou “o ângulo ou guia de uma história que transforma uma ocorrência num evento de notícias e por sua vez numa reportagem” (Ghanem, 1997: 7). “Em suma, a teoria do enquadramento sugere que a forma como algo é apresentado a uma audiência (o enquadramento) influencia as escolhas que as pessoas fazem sobre como processar essa informação (...) tem uma influência na percepção das notícias por parte da

audiência” e dessa forma pode ser considerada uma forma de segundo nível da teoria do agendamento (Gavin, 2011). O primeiro nível tem a ver com a seleção de assuntos pelos media e os seus impactos na agenda pública. O segundo nível lida com a seleção de influência de um elemento particular de um assunto na agenda pública de atributos (Ghanem, 1997:8).

Desta forma, tanto a teoria do agendamento como a do enquadramento servem como meio de estudar a construção da realidade através dos media (Takeshita, 1997:23). A agenda dos media determina em certa medida a agenda pública (Takeshita, 1997:20). É com base na realidade que nos é transmitida pelos media que formulamos a nossa percepção e imagens do mundo exterior, sendo que estes moldam e têm um papel na construção da realidade social (Takeshita, 1997:16). É através da definição de “pseudo-ambiente” de Lippmann (1922), que se explica a criação desta realidade social por parte dos media nas audiências, tendo assim os meios de comunicação um papel na “mediação entre o mundo exterior e as imagens nas nossas cabeças ” (Takeshita, 1997:15).

Nas democracias contemporâneas, é a capacidade cognitiva e as escolhas das pessoas baseadas no que observam através da realidade construída pelos meios de comunicação que determinam as políticas a longo prazo (Takeshita, 1997:15).

Os efeitos e evidências da teoria do agendamento foram também estudados em meios de comunicação mais modernos para além dos jornais. O estudo original de McCombs e Shaw focou-se em artigos de jornal, não observando o efeito do agendamento em audiências de televisão. Wayne Wanta argumentou que existem algumas diferenças no efeito do agendamento conforme os media utilizados para realizar a análise e concluiu com base em estudos anteriores que os jornais tinham um maior efeito de agendamento do que a televisão nas audiências. A televisão teria um efeito do agendamento mais forte inicialmente, enquanto os jornais fariam com que os seus leitores retivessem a informação durante mais tempo (Wanta, 1997:146). O argumento principal de Wayne é de que quanto mais a informação for repetida nos media, maior será o efeito do agendamento nas audiências.

Anat First (1997) aplicou os dois níveis da teoria do agendamento a um episódio particular do conflito israelo-palestiniano, também utilizando a televisão como meio de comunicação selecionado para tal efeito.

No seu estudo, onde foi analisado o impacto da Intifada nos anos 80 através de imagens televisivas, foi utilizada uma amostra de adolescentes israelitas para analisar os efeitos do primeiro e segundo nível da teoria do agendamento. Sendo que as “audiências desenvolvem uma dependência nos meios de comunicação de massas para formularem e cristalizarem atitudes relativamente a vários eventos, mesmo quando os estão a viver” (First, 1997: 42) o que acontece em zonas de conflito, “as imagens televisivas são um fator dominante na construção da realidade subjetiva do indivíduo ” (Ibid.). O estudo concluiu que o segundo nível do agendamento é o melhor processo de construção de realidade pelos indivíduos que combinam elementos de notícias com as suas

observações pessoais” (First, 1997: 41). Da amostra escolhida, os estudantes que admitiram ver as notícias ou conteúdos televisivos relativos à Intifada regularmente indicaram o efeito do segundo nível do agendamento, enquanto os que não assistiram aos conteúdos mesmo assim foram influenciados pelos assuntos (primeiro nível).

A Teoria do Agendamento oferece uma boa base de construção de realidade e das relações entre sistema político, meios de comunicação e população. Os media também desempenham um papel bastante importante durante tempos de conflito ou violência armada como foi comprovado no estudo de Anat First em Israel. O papel dos meios de comunicação em conflito será abordado com maior profundidade posteriormente neste capítulo.

Para além da televisão, a era digital e a Internet não só trouxeram novos meios de comunicação social como as redes sociais e blogs. Alguns autores têm-se debruçado sobre o assunto, procurando estudar se o efeito do agendamento também acontece nos novos meios de comunicação. A próxima secção será dedicada aos novos meios de comunicação como as redes sociais e a aplicação da teoria do agendamento nos mesmos, como forma de contextualização e não de comparação ao presente estudo de caso, cuja análise se baseia num estudo de interpretação e não positivista.

2.3 Novos meios de comunicação social: Redes Sociais, uma nova aplicação da Teoria do Agendamento?

Nos últimos anos assistimos à ascensão de novos meios de comunicação social, como o Facebook, Twitter, Instagram, Youtube etc., tudo plataformas da era da internet e da globalização. Estas plataformas, denominadas por redes sociais são websites ou aplicações que permitem os seus utilizadores partilharem conteúdos ou participar em “social networking” (uma rede de interações sociais e relações pessoais) (Oxford Dictionaries, 2015). Dum ponto de vista mais académico, boyd e Ellison (2007) definem sites de redes sociais como serviços com base na web que permitem os indivíduos : “1) construir um perfil público ou semipúblico num sistema delimitado; 2) articular uma lista de outros utilizadores com quem partilham uma ligação ; 3) visualizar ou percorrer a sua lista de ligações e de outras pessoas feitas dentro do sistema. As autoras ainda argumentam que o que torna as redes sociais únicas não é só o facto de que estas permitem conhecer estranhos mas também permitem que os seus utilizadores articulem e tornem públicas as suas listas de conexões (boyd e Ellison,2007).

O surgimento destes novos meios de comunicação torna essencial fazer uma distinção entre meios de comunicação de massas tradicionais (televisão, livros, revistas) e os novos media como redes sociais e blogs. No caso dos primeiros, a informação é enviada pelos meios de comunicação para as audiências, no segundo caso, a própria audiência de massas podem ter o papel de produtores ou consumidores de informação (Livesey, 2011:3).

As redes sociais integram-se assim a nível tecnológico num conceito definido por Tim O'Reilly em 2005: "Web 2.0". Este conceito passa por uma rede que funciona como plataforma e inclui todos os aparelhos conectados, aplicações de software que vão evoluindo e melhorando conforme maior número de pessoas vão aderindo, oferecendo melhores experiências de utilização do que anteriormente (Web 1.0) (O'Reilly 2005). Os sites de redes sociais estão incluídos nestas tecnologias das "Web 2.0", porém este estudo pretende olhar mais para os impactos sociológicos e nos media deste tipo de plataformas online.

Dessa forma, foram realizados alguns estudos por autores que têm dado atenção a um fenómeno relativamente recente, nomeadamente Zhao et al, 2011, que comparam os meios de comunicação tradicionais com as novas plataformas. O seu estudo foi realizado através de uma comparação do Twitter com o jornal New York Times, onde destacam a natureza de microblogging, a sua rapidez em reportar "eventos em direto" e tentaram analisar a vantagem que este tinha em difundir informação relativamente aos media tradicionais. Entre as principais conclusões dos autores, é que para além da similaridade de tópicos entre os media tradicionais e Twitter, esta plataforma online consegue cobrir mais marcas e celebridades do que os meios de comunicação tradicionais. Por fim concluem que através do "retweet" (um utilizador partilha o tweet de outro) os utilizadores ajudam a espalhar conteúdos de notícias importantes relacionados com eventos mundiais (Zhao et al, 2011:nd).

Estudos do impacto das redes sociais na identidade e comportamentos sociais também foram realizados por outros autores (Stefanone et al, 2010). Estes argumentam que as redes sociais permitiram uma mediatização das identidades e uma proximidade íntima do utilizador comum a personalidades como celebridades em tempo real, mesmo que o utilizador "não tenha qualquer interação interpessoal" com as celebridades em questão (Stefanone et al, 2010:509). Outros tópicos, como o tipo de público que as redes sociais captam e as alterações nos hábitos de consumo também foram abordados por Amanda Lenhart, Mary Madden e Paul Hitlin (2005) onde concluíram que os adolescentes americanos eram cada vez mais consumidores deste tipo de plataformas e tecnologias. Já no campo da comunicação social, alguns autores tentaram analisar a existência e o impacto de um possível efeito de agendamento nestes novos tipos de media. Esta secção será explorada com melhor detalhe, de seguida.

2.3.1 A Teoria do Agendamento nas Redes Sociais

Na tentativa de repensar a teoria do agendamento neste contexto, Nina Santos aborda dois pressupostos da teoria original: "Os meios de comunicação de massas são os únicos mediadores entre a esfera civil e a esfera de decisão política e o segundo, bastante relacionado ao primeiro, seria a comprovação da efetividade da teoria a partir do fato de os media serem as únicas fontes de informação política" (Santos, 2011:nd).

A facilidade de comunicação e de acesso à informação nestas novas ferramentas online, sem limites temporais ou espaciais tão rígidos, cria um novo tipo de relação comunicacional entre personalidades, pessoas e cidadãos (Santos, 2011:nd). Desta

forma, “o lugar de mediador entre a esfera civil e a esfera política que é pensado pela teoria do agendamento como de posse exclusiva dos meios de comunicação de massa, passa a ter ênfase no contexto online. É nítido que os meios de comunicação de massa continuam tendo um papel importante e maioritário nessa mediação, mas não se pode ignorar a presença desses novos meios”(Santos, 2011:nd).

Maxwell McCombs confirmou a existência em 2006 de um efeito do agendamento na Internet. “Em termos de efeitos básicos do agendamento, eles existem” (McCombs, 2006 apud Huang, 2006)(Isto foi uma entrevista com o autor realizada por esta autora) . Até à data, embora ainda se debata muito a ideia da existência de um efeito do agendamento na Internet ou mesmo nas Redes Sociais, alguns autores tentaram analisar a teoria à luz destes novos meios de comunicação, que vão tendo um papel cada vez mais importante. Porém, não há consenso sobre os efeitos do agendamento nos novos meios de comunicação social.

McCombs reconhece num artigo publicado em 2005, a importância da Internet no mundo digital e revê a teoria original do agendamento. Reconhece que os meios tradicionais como os jornais vão aumentando a sua presença com sites online e argumenta que no caso dos blogs, torna-se pouco claro em saber quem é que dita agenda. Na era da Internet, até é possível que o efeito do agendamento desapareça devido à liberdade de criação de conteúdos por parte das audiências (McCombs, 2005:545). Há um reconhecimento de que os media tradicionais perdem o seu poder em definir a agenda dos media e por sua vez a agenda pública. “Os Blogs redistribuem o poder”. “Estes permitem aos cidadãos terem mais influência e poderes sobre a formulação das agendas de notícias(Meraz, 2009:701).

A pesquisa relacionada com a teoria do agendamento e as redes sociais ainda é um pouco limitada devido a este tipo de ferramentas serem relativamente recentes, no entanto desempenham um papel cada vez mais importante nas vidas e foco de atenção das audiências (Grzywińska e Borden, 2012:133). Grzywińska e Borden utilizaram para o seu estudo de caso o “Occupy Wall Street Movement”. No seu estudo, concluíram que existe uma relação entre os media tradicionais e as redes sociais. As redes sociais funcionam como ponto de partida para a cobertura dos meios de comunicação tradicionais, e os últimos como ponto de início de discussão para as primeiras. O seu estudo ficou por analisar a existência do segundo nível de agendamento, devido a limitações (Grzywińska e Borden, 2012).

É de facto certo que existe uma relação de influência entre os novos media e os tradicionais. Embora os meios de comunicação tradicionais não tenham mais a mesma influência em definir a agenda, continuam a desempenhar um papel importante. É claro “que os media tradicionais e novos media se influenciam e podem beneficiar disso” (Matei e McDonald, 2010). No entanto a questão permanece em aberto: num estudo para perceber o grau de influência dos meios tradicionais de comunicação (jornais da Califórnia) e redes sociais (Youtube) na criação do efeito do agendamento (Syre et al, 2010), os autores não conseguem chegar a uma conclusão. A sua análise conclui que há

períodos em que tanto os media tradicionais como os novos “ditam a agenda”. Acrescentam ainda, que há períodos em que ambos aparentam estar em harmonia na criação de um efeito do agendamento, como noutros parecem estar a criar esse efeito sozinhos. Os autores convidam ainda outros académicos a explorarem as questões que a sua investigação deixa em aberto para aprofundar a teoria do agendamento em redes sociais.

De forma a não desviar muito do objetivo desta dissertação, não se pretende entrar no debate da existência de um efeito de agendamento nas redes sociais de forma profunda. Embora existam poucos estudos para os efeitos, a teoria do agendamento servirá apenas de complemento à Escola de Copenhaga como já foi referido anteriormente e servirá para analisar a presença das temáticas de segurança nas plataformas de redes sociais oficiais das FDI no último capítulo do presente estudo. Para entender melhor a relação entre redes sociais e política, a próxima seção explorará alguns conceitos como e-democracy, e as principais críticas à sua “romantização”. Por fim, será explorado de forma breve o papel das redes sociais e a sua influência em eventos políticos nos últimos anos. O capítulo será concluído com uma análise breve do papel dos media em conflito.

2.4 Da Romantização da Web 2.0 à Primavera Árabe

Nos últimos anos, a academia tem-se debruçado sobre a relação entre estas novas tecnologias online com política. Um dos conceitos mais promissores que surgiram deste trabalho foi o conceito de e-democracy. Por esta entende-se: “os meios de divulgação de mais informação política, de comunicação e participação, que a longo-prazo poderão transformar o debate político e a cultura política” (Coleman e Norris,2005:6). Esta ainda deve ser definida de forma ampla uma vez que os computadores, tecnologias e internet estão ligados a quase todos os aspetos da política e governação (Coleman e Norris, 2005:6). A ideia é utilizar estas novas tecnologias de informação e comunicação para estimular o debate político e dessa forma melhorar as estruturas democráticas. Para Caldw (2004:1), a definição é mais precisa no que concerne o uso de tecnologias de informação para fomentar o debate democrático: “Putting an “e” in front of democracy means nothing more than using information technology tools to facilitate, improve and ultimately extend the exercise of democracy.”.

A ideia da Internet enquanto fórum de discussão de questões democráticas com o objetivo de melhorar as estruturas democráticas e de governação tomou a atenção de alguns autores, que olharam para estas questões com entusiasmo (Chadwick,2009:11), nomeadamente Corrado (1996), Dahlberg (2001) e Morris (1999) onde exploravam a relação entre Internet e questões democráticas, eleições e no caso do último a forma como esta poderia devolver o poder político ao povo. Chadwick (2009), considerando o Estado da Arte em questões de e-democracia, considera duas fases: um entusiasmo inicial e um pessimismo. O autor integra o último, considerando que houve “uma romantização” das questões democráticas e Internet durante a década de 1990. Segundo o autor o paradigma desta década demonstrava preocupação com a criação de espaços

de debate, particularmente fóruns de discussão, que permitiriam um maior envolvimento dos cidadãos em espaços que permitiram o seu exercício de liberdade de expressão e seriam um “acréscimo às estruturas tradicionais de política”(Chadwick, 2009:15), O autor considera que os ideais de democracia deliberativa estão particularmente associados a este modelo “romantizado” da Internet enquanto fórum público de discussão e que a literatura existente critica ou não, integra estas ideias (Chadwick,2009:15). O seu principal contributo passa por debater a política na era da Web 2.0, onde este considera que os sites de redes sociais e blogs não representam verdadeiros fóruns de debate político tanto para os cidadãos como para os próprios governos, questionando até que medida estes podem inserirem nos verdadeiros processos de decisão políticos (Chadwick,2009:40). Para além de reconhecer que exista alguma ligação entre política na Web 2.0. e o processo de tomada de decisão, apenas constitui uma parte de um universo político bastante maior.

Em contraste aos argumentos do autor que datam de 2009, passa-se a dar atenção às redes sociais enquanto instrumento de mobilização social em contextos políticos de revolução. A Primavera Árabe foi o evento que intensificou novamente o interesse pelo papel das redes sociais em contextos políticos e democráticos:

“No século XXI, a revolução poderá não ser transmitida na televisão – mas certamente estará nos Tweets, textos de blogs e organizada no Facebook” (O’Donnell, 2011).

Este foi o caso da Primavera Árabe, onde conteúdos de blogs, Facebook, Twitter e Youtube tiveram um “papel central” na formulação de debates políticos, promoção de ideais democráticos e fomentação das próprias revoluções. “A nossa análise aponta que as redes sociais continham uma enorme quantidade de mensagens sobre democracia e liberdade em todo o Norte de África e Médio Oriente. Isto ajudou a aumentar as expectativas de sucesso das revoltas políticas” (Howard, 2011 apud O’Donnell (É uma citação em entrevista). O debate entre académicos sépticos em relação às potencialidades das redes sociais e outras plataformas online, intensificou-se durante a Primavera Árabe (Wolfsfeld et al, 2013:1)

Wolfsfeld et al. (2013), afirma que no caso da Primavera Árabe o estudo concentra-se em contextos menos democráticos, dando ênfase às redes sociais enquanto plataformas de mobilização política e de manifestação e inserindo-o no debate entre “cyber-entusiastas” e “cyber-sépticos”, referindo-se ao debate anterior em torno da Web 2.0.

No entanto, argumenta que estes meios de comunicação são altamente influenciados pelo contexto político. “A política vem em primeiro lugar, tanto analiticamente como cronologicamente” (Wolfsfeld et al.,2013:2), argumentando que é um erro pensar no papel de qualquer meio de comunicação num processo político sem pensar no ambiente político à sua volta, sendo que ao mesmo tempo é a política que leva às mudanças de utilização destas plataformas e não o contrário.

O caso do estudo do papel das redes sociais na Primavera Árabe não só intensificou o debate em torno da Web 2.0., como permitiu juntar várias áreas diferentes para analisar

fenómenos sociais. Contudo, não se pretende intensificar muito debate em torno da utilidade das Web 2.0. enquanto espaço de debate e potencialidade democrática. Para esta dissertação, será importante ter em conta a ideia dos meios de comunicação enquanto espaço de debate político e democrático, mas ainda mais importante analisar a forma como estas ferramentas podem ser utilizadas como máquinas de propaganda pelos governos em tempos de crise, como foi o caso do conflito entre Israel e o Hamas em 2014.

Os meios de comunicação têm tido a atenção de académicos de Ciência Política e Relações Internacionais não só pela sua utilidade durante período de eleições e outras atividades políticas quotidianas naquilo que a Escola de Copenhaga considera “normal politics”, como também têm um papel importante durante o decorrer de conflitos armados. A próxima secção irá explorar os papeis que os media podem ter durante conflitos armados.

2.5 O papel dos meios de comunicação em conflitos

Os estudos originais da teoria do agendamento focam-se no impacto dos media em campanhas políticas ou processos eleitorais. Porém, os meios de comunicação também desempenham um papel bastante importante durante os conflitos armados e dessa forma alguns autores do campo de Estudos de Conflitos, Segurança e Paz procuraram analisar as suas potencialidades e influências nas fases que antecedem, durante e após os conflitos: Thompson e Price, 2002), Wolfsfeld (2004), Santos (2010), (2010b).

Tal como Anat First (1997) afirmou com o seu estudo de caso da Intifada em Israel, o público cria uma dependência dos media para ter acesso a informação e acompanhar o desenvolvimento dos conflitos. Na década de 1990, vários conflitos armados foram analisados com detalhe em termos de segurança, etnicidade, história, relações internacionais, ação humanitária e comunicação de massas (Thompson e Price, 2002: 1).

“Muito foi escrito sobre as estratégias da exploração dos media para causar certos conflitos. É amplamente aceite que os meios de comunicação desempenharam um papel central em fomentar a “violência étnica” no Ruanda e na Bósnia, onde forças do governo, rebeldes e outras facções contestaram a organização e conteúdos da imprensa e das transmissões radiofónicas. O impacto dos media internacionais na diplomacia, mediação e assistência humanitária também foi reconhecido”. (Thompson e Price, 2002:1)

Thompson e Price (2002:1) destacam a importância e o papel dos media no desenvolvimento dos conflitos, afirmando que estes desempenharam “um papel central em fomentar a violência étnica no Ruanda e na Bósnia”, onde as várias partes

assumiram controlo dos conteúdos de imprensa e transmissões radiofónicas. Reconhecem ainda o impacto dos meios de comunicação social na diplomacia, mediação e assistência humanitária.

Os meios de comunicação podem ter um papel chave na fomentação, prevenção e até no processo de construção de paz nos conflitos. Os media assumem dessa forma um papel de “embaixadores da paz” ou como já referido podem ser eles próprios os motores de intensificação de conflitos . No entanto, a utilização dos meios de comunicação em conflitos armados não é um fenómeno propriamente novo, tendo a Alemanha Nazi e a União Soviética utilizado os media como forma de propaganda política e de projecção da sua hegemonia (Puddephatt, 2006:5).

“Há um reconhecimento cada vez maior do papel que a informação e propaganda têm em situações de conflito (...)” (Metzl, 2002:42). Nos casos do Ruanda e dos conflitos dos Balcãs, foi demonstrado o reconhecimento do papel da cobertura de informação local para o desenrolar e desenvolvimento do conflito no terreno. No caso das guerras dos Balcãs, os media incitaram a ascensão de nacionalismos extremos e a própria destruição da Antiga Jugoslávia (Puddephatt, 2006: 8).

Desta forma durante um conflito os media encontram-se em situações vulneráveis, pois muitas vezes são mobilizados para fins partidários. Os meios de comunicação locais acabam por estar ainda mais suscetíveis a essa mesma vulnerabilidade (Puddephatt, 2006:7). No entanto, vale a pena referir que muitas vezes a instrumentalização dos media pode ser feita pelos próprios jornalistas ou meios de comunicação, como é evidenciado pela teoria do agendamento.

No conflito israelo-palestiniano, tanto os israelitas como palestinianos sofrem de “ataques” de meios de comunicação incendiários que fomentam a violência e ódio. Dessa forma, torna-se mais difícil para os decisores políticos alcançarem uma resolução pacífica ou acordo de paz, pois têm de procurar formas de fazer frente à ansiedade popular e ódios incitados por este tipo de cobertura mediática (Puddephat, 2006: 9).

De forma a responder a estes casos onde os media são os principais causadores dos conflitos, tanto académicos como a comunidade internacional procuraram estudar e implementar formas em que os meios de comunicação desempenhavam o papel contrário. A utilização dos meios de comunicação para a resolução de conflitos, ou para a construção do processo de paz também é bastante importante, pois “é cada vez mais reconhecido que meios de comunicação eficientes são uma parte essencial para a prevenção de conflitos, tal como são importantes para a sua resolução” (Puddephat, 2006:10)

Na obra editada de Mark Thompson e Monroe E. Price é defendido o conceito de “intervenção de informação” e são feitos estudos de como este pode ser aplicado com base em vários conflitos onde os meios de comunicação tiveram um papel importante. No caso de meios de comunicação social locais ou “incendiários” que incitem a violência, Jamie Metzl defende três objetivos numa sociedade onde a informação é

utilizada para fomentar a violência. Estes passam por dar destaque às vozes moderadas e racionais da sociedade, “pois é mais difícil apelar à violência quando existem múltiplas vozes numa sociedade”; outra forma, é trazer notícias e informação exteriores para a sociedade afetada de forma a “criar uma base de objetividade”; por fim, e se necessário, a comunidade internacional fazer uma intervenção sobre os meios de comunicação incendiários (Metzl, 2002:42). “Os media não só constituem um espaço onde os conflitos de uma sociedade podem ser articulados como acabam por se tornar inevitavelmente em atores do próprio conflito” (Puddephat, 2006:10).

2.5.1 Os “Media para a paz”

Contrariamente aos media incendiários, os media para a paz procuram explorar formas em que os meios de comunicação podem contribuir para a promoção da paz, para os processos de construção e manutenção da paz. Trata-se de criar um sistema de comunicação alternativo que dissemine conteúdos neutrais e orientados para a paz, fazendo parte de uma estrutura também neutral e orientada para paz (Thompson e Price, 2002:17).

Os media podem desempenhar várias funções nos processos de construção e manutenção da paz, entre eles de (Bratic e Schirch, 2007:10-11):

- a) “Intérprete e informador”; os media prestam informações sobre os meios e ambientes políticos, sociais e culturais que influenciam as decisões que as pessoas tomam no seu dia-a-dia. Funcionam como interpretes na medida em que a sua interpretação dos eventos fora do reino físico influenciam a maneira de pensar e agir das pessoas.
- b) “Vigilantes”: Funcionam como terceira parte em trazer para público problemas locais ou histórias que estavam fora da esfera pública para conhecimento das audiências.
- c) “Guardiões”: Podem assumir as funções de agendamento, filtrando assuntos e mantendo um equilíbrio das várias perspetivas sobre determinados assuntos, Por vezes promovem ideias ou ideologias em particular e têm poder de decisão sobre qual informação lançar ou manter fora da esfera pública.
- d) “Decisor político”: Têm uma influência sobre os decisores políticos, particularmente na forma de pensar e responder a conflitos violentos. Servem também de ferramenta para disseminar mensagens destes decisores políticos.
- e) “Diplomatas”: Servem como canais de troca de informações durante negociações entre partes de um conflito, servindo de alternativa às sessões formais de porta fechada.
- f) “Promotores de Paz” : Podem ser utilizados como construtores de confiança entre partes do conflito, facilitar negociações , quebrar bloqueios diplomáticos e criar um ambiente propício a negociações.

g) “Interlocutores” Podem promover relações positivas entre grupos, particularmente em conflitos de natureza ética e religiosa através de: “representação das partes à sua semelhança”; “descrever pessoas com o mesmo tipo de problemas”, “partilhar interesses e posições semelhantes” e “condenar a violência”(Ibid:10-11):.

Os media podem assumir várias funções na construção ou manutenção da paz, no entanto, para além de nos últimos anos ter sido reconhecida uma proliferação de “media para a paz”, nomeadamente por parte de atores externos como as Nações Unidas e ONGs, pouco tem sido feito para explorar as possibilidades e limites a nível académico (Santos, 2010:1). Sofia José Santos, argumenta que de modo geral existe nos modelos de peacebuilding uma inconsistência entre teoria e prática, ou seja o resultado final da forma como a construção da paz é aplicada no terreno, reflete pouco o que se pretende teoricamente, sendo o mesmo aplicado nos “media para a paz”, resultante de um défice de aprendizagem (Santos, 2010:11). Outras críticas da autora, passam por estes modelos não terem em conta as necessidades, perspetivas e realidades locais. Desta forma, os media para a paz podem ser inseridos na própria lógica de uniformização das missões de paz e dos modelos da paz liberal internacional aplicados em sociedades pós conflito, onde se debate precisamente estas questões de ter em conta as necessidades locais ou do empoderamento das populações locais no processos de construção de paz.

Um corrente que surge como alternativa aos media incendiários e coberturas jornalísticas que acabam por fomentar ou inconscientemente favorecer partes de um conflito é o jornalismo para a paz.

O conceito de jornalismo para a paz é criado por Johan Galtung durante o desenvolvimento dos Estudos para a Paz, durante a década de 1970. Porém só começa a ser desenvolvido nas áreas de Estudos da Paz e Conflito como Jornalismo durante a década de 1990 (Lynch e McGoldrick, 2007:248).

Pode-se definir jornalismo para a paz como uma abordagem que “utiliza a análise de conflitos e transformação para melhorar os conceitos de equilíbrio, justiça e rigor no jornalismo (...) oferecendo um novo guia sobre as conexões entre jornalistas, as suas fontes, as histórias que cobrem e as consequências das suas notícias. Cria uma literacia anti violência e fomenta a criatividade ao trabalho prático jornalístico” (McGoldick e Lynch, 2000: 5).

Passando para uma dimensão mais atual, Cynthia Baham (2013), argumenta que o surgimento das novas tecnologias online permite com que o cidadão comum consiga participar mais ativamente no debate público. A autora argumenta que estas tecnologias, como as redes sociais permitem “dar uma voz aos cidadãos em zonas de guerra” (Ibid: 612). Por outro lado, argumenta que estes novos meios de comunicação são cada vez mais utilizados pelos Estados para fins de propaganda e de legitimação de guerra, evidenciando o caso de Israel e das FDI durante 2008 com a Operação “Cast Lead” e com a Operação “Pillar of Defense” de 2012.

Este capítulo visou entender a forma como os media influenciam a opinião pública. Foi explorado o papel das redes sociais nesse aspeto, através de estudos realizados por alguns autores. O objetivo desta dissertação não é verificar a existência de um efeito de agendamento no estudo de caso da estratégia de comunicação das FDI na Guerra de Gaza de 2014, mas poder com base numa interpretação do impacto mediático desta, tirar ilações sobre a utilidade das redes sociais enquanto um dos demais instrumentos de comunicação ao dispor de instituições estatais durante conflitos para efeitos de mobilização e legitimação.

O próximo capítulo visa a contextualização do conflito israelo-palestiniano ao longo dos anos e da relação de Israel com o setor de segurança. Dentro desta relação, serão destacados dois atores com importância para o estudo de caso da Guerra de 2014, as FDI e o Hamas. De seguida será feita uma análise dos meios de comunicação em Israel e o seu papel no setor securitário.

Capítulo 3 – Contextualização do conflito israelo-palestiniano

3.1 Introdução

A ofensiva militar de Israel na Faixa de Gaza no verão de 2014 é apenas mais um episódio de um conflito duradouro que se arrasta desde a fundação do próprio Estado israelita em 1948. De forma a estudar este episódio particular, analisar as dinâmicas de segurança em Israel e compreender a sua agenda política e militar durante esta guerra, é necessário entender o conflito israelo-palestiniano numa perspetiva histórica que por sua vez permitirá contextualizar as ações políticas e militares levadas a cabo pelo executivo de Benjamin Netanyahu durante uma guerra que durou aproximadamente 50 dias no verão de 2014 (BBC News, 26-08-2014).

O presente capítulo visa a contextualização do conflito israelo-palestiniano, destacando alguns aspetos históricos. Serão destacados também alguns aspetos relativos à segurança do Estado israelita e como este conceito faz parte do quotidiano da sua sociedade desde a fundação do país. No caso do conflito de Gaza de 2014, o Hamas foi considerado a principal ameaça que levou à ofensiva militar, dessa forma, será pertinente realçar um pouco da história desta organização e os seus objetivos políticos. De seguida, será feita a contextualização do conflito de 2014 e dada atenção à agenda política e militar do governo israelita durante esse período. Por fim, será feito um estudo da relação entre o Estado israelita e os meios de comunicação no país.

3.2 Israel e segurança: uma relação eterna?

Israel é um país que desde a sua fundação enfrenta vários desafios e ameaças a nível securitário. Uma das principais ameaças desde a criação do Estado judaico é o conflito permanente com o mundo árabe. Desta forma, em Israel, “segurança” e “identidade” são dois conceitos congruentes no mesmo discurso (Muñoz, 2012: 309). Para entender este elo de ligação, torna-se necessário recuar na história do país e do conflito para entender a proeminência constante da noção de segurança no quotidiano da sociedade israelita.

3.2.1 O Conflito Israelo-Palestiano/Árabe: Um Dilema de Segurança Eterno?

Nesta secção serão destacados alguns dos principais aspetos históricos do conflito. Isto apenas servirá de ferramenta para entender as dinâmicas de segurança em Israel tal como de *background* ao conflito de Gaza de 2014. Podem ser levantadas muitas

questões em torno dos factos históricos deste conflito devido à sua complexidade e longa duração. Existem versões diferentes de vários autores que tomam posições relativamente aos lados do conflito. Sendo o objetivo desta dissertação estudar o processo de securitização, neste caso do lado israelita, não serão aprofundadas as dinâmicas do conflito, nem o debate em torno da paz e de uma solução pacífica. Esta contextualização apenas servirá de base para poder compreender o presente estudo de caso, que pretende analisar o discurso securitário presente nas redes sociais durante a Ofensiva de Israel a Gaza no verão de 2014.

A lógica de segurança, ou de securitização esteve sempre presente nos discursos oficiais, como na política interna e externa de Israel. Na, Analisando os eventos ao longo da história de Israel, verifica-se que o processo de securitização da Palestina e do mundo árabe enquanto ameaça foi sendo construído ao longo do tempo, embora exista muita pouca literatura que explore os processos de securitização ou a aplicação da Escola de Copenhaga em Israel. Lupovici (2014) afirma-se que esta lacuna na literatura deve-se ao estudo específico de certos assuntos de segurança no seio da sociedade israelita ou no conflito (Ibid:399), pela predominância de estudos da “insegurança” israelita e de outras teorias mais *mainstream* das Relações Internacionais (Ibid:400). Outras das causas para esta negligência do caso de Israel devem-se a “ser um país com discurso e práticas de segurança predominantes”(Ibid:399) e as próprias limitações da Escola de Copenhaga em analisar o “sucesso” dos processos de securitização, tal como foi referenciado em capítulos anteriores. Com base nesta lacuna, será feita uma análise geral com base nos elementos da Escola de Copenhaga, juntamente com o trabalho de alguns autores que se desdobraram sobre a securitização em Israel, nomeadamente Coskun (2007,2010) e Sheffer e Barak (2013), na tentativa de enquadrar os eventos históricos nesta lógica de securitização

Do ponto de vista de uma análise com base na Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança, a construção da segurança em Israel está relacionada com as estruturas de poder dentro do próprio país, que desde a sua criação estiveram sempre em conflito permanente com o mundo árabe. Para Muñoz (2012), para além do conflito com a Palestina ter um lugar central no discurso securitário em Israel, a sua sociedade é altamente militarizada, existindo uma “aliança” entre defesa, sociedade civil e esfera política (Ibid:316). Segundo o autor, existem dois objetos de referência importantes que estão constantemente sob ameaça ao longo da história: o Estado israelita e a identidade judaica (sociedade). Partindo deste pressuposto, será feita uma contextualização das ameaças a estes dois objetos de referência desde a criação do Estado de Israel até à data do estudo de caso (2014). De seguida, será feita uma caracterização dos atores securitários (Estado Israelita/FDI), os meios que utilizam para construir e promover o discurso de segurança (meios de comunicação social/redes sociais) e a sua relação com a ameaça (Hamás).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, as Potências Europeias iniciam um processo de descolonização. O Império Britânico sofrendo as consequências económicas da guerra, entrega a questão da Palestina à recentemente criada ONU, que tinha um plano de repartição dos territórios (Harms e Ferry, 2008:89-95). Durante o mandato Britânico, a população palestina árabe já era alvo de marginalização por parte de uma administração meramente sionista (Ibid).. Em 1948, o Estado de Israel declara independência de forma unilateral sob o pretexto da comunidade internacional reconhecer o elo de ligação histórico/religioso do povo judeu àquele território (Coskun, 2007:1). O Estado de Israel é então criado em circunstâncias “pouco hospitaleiras” por parte dos países árabes vizinhos e pela própria população palestina árabe já residente naquele território. Há uma escalada de tensões e é iniciada a primeira guerra entre árabes e israelitas com o apoio dos exércitos do Egito, Transjordânia, Líbano e Síria (Sheffer e Barak, 2013: 3-4). Este episódio é visto pelas duas partes de formas diferentes: “The war is remembered by the two sides under different names: Israelis refer to it as the War of Independence, for Palestinian Arabs the war marked the beginning of the events referred to as the Catastrophe” (Coskun, 2007: 4).

A criação de um exército israelita foi evidente logo desde a criação do próprio Estado, sendo que as FDI são fundadas duas semanas após a declaração de independência. No entanto, antes da independência e durante o mandato Britânico já existiam no seio do Yishuv (comunidade judaica residente na Palestina) grupos militares (Sheffer e Barak, 2013: 3).

É também logo nesta altura que se institui o serviço militar obrigatório de todos os cidadãos judaicos a partir dos 18 anos de idade, salvo raras exceções. (Ibid:4). A necessidade de instauração de um regime militar obrigatório reflete as situações de insegurança vividas pelo Estado recém-criado, e as FDI vão ter um papel fulcral na sua formação e desenvolvimento em termos de estrutura e identidade tal como aquilo Sheffer e Barak denominam de “*Israeli Security Networks*”. O papel das FDI e a sua relação com a segurança de Israel serão explorados mais à frente

Com o fim da primeira guerra israelo-árabe é declarado um armistício com as partes beligerantes desta primeira guerra, não sendo celebrado um acordo de paz duradouro e estável. Esta instabilidade leva ao desenvolvimento dos serviços de inteligência das FDI e a uma mudança da estratégia para uma de carácter mais defensivo-militar, onde Israel recorre ao uso da força preventivo para conter ameaças iminentes durante os anos e décadas seguintes (década de 1950 e 60). Esta estratégia visava proteger as fronteiras, proteger a população judaica de ataques árabes e preparar para uma possível segunda guerra com o mundo árabe (Sheffer e Barak, 2013:5).

Em 1964, é criada a OPL (Organização de Libertação da Palestina) numa cimeira de países árabes. O objetivo desta organização era “liquidar” Israel e para o efeito foi criado o ELP (Exército de Libertação Palestino) (Gilbert,1998:352). A organização que

mais tarde iria-se tornar no partido político Fatah, só irá ter um papel mais fulcral no conflito, logo após a guerra dos seis dias.

A guerra dos seis dias acontece em 1967 numa segunda tentativa de ataque a Israel. Uma coligação árabe militar constituída pelo Egito, Síria e Jordânia levam a cabo um conjunto de manobras militares, na tentativa de terminar com a presença israelita na Palestina e com o projeto sionista (Gilbert, 1998: 384).

Analisando alguns dos discursos dos líderes e comunicação social da coligação árabe, a percepção da ameaça a Israel era explícita:

- Ministro da Informação da Síria: *“(this battle will be)...followed by more severe battles until Palestine is liberated and the Zionist presence ended.”* (Zubi,1967 apud SDW, 2007)

- Rádio Cairo: *“All Egypt is now prepared to plunge into total war which will put an end to Israel”* (Radio Cairo, 1967 apud SDW,2007)

- Presidente Aref do Iraque: *“Our goal is clear – to wipe Israel off the map”* (Aref, 1967 apud SDW,2007)

Israel enfrentava uma ameaça à própria existência de várias frentes por parte dos seus vizinhos, os mesmos que se tinham sempre oposto à criação de um Estado judaico naquela região. O Primeiro-ministro de Israel na altura, Levi Eshkol afirmava o seu direito do seu Estado retaliar e a legitimidade para conter ameaças: *“In view of the fourteen incidents of sabotage and infiltration perpetrated in the past month alone, Israel may have no other choice but to adopt suitable countermeasures against the focal points of sabotage. Israel will continue to take action to prevent any and all attempts to perpetrate sabotage within her territory. There will be no immunity for any state which aids or abets such acts”* (Eshkol, 1967 apud SDW,2007)

Israel sai vitorioso da guerra dos seis dias (Gilbert, 1998: 84) e passa a ocupar a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, iniciando políticas para integrar estes territórios no seu sistema e infraestruturas de segurança (Coskun, 2007: 5). Yasser Arafat torna-se em 1968 o Presidente da OLP e começa uma campanha terrorista de ataques com alvos civis. Arafat torna-se no símbolo da libertação da Palestina, sendo explícito em relação aos ataques: *“ the goal of this violence is the elimination of Zionism from Palestine in all of its political, economic and military aspects. Peace for us means Israel’s destruction and nothing else”* (Washington Post, 29-03-1970). Nesse sentido, o discurso de libertação de Arafat securitiza a ocupação israelita e apela a ações armadas contra Israel. Estes vão-se intensificando durante os anos 1960 e em 1972 quando atletas israelitas são atacados e mortos nos Jogos Olímpicos de Munich (Coskun, 2007:5). O Estado Israelita encontra uma nova ameaça contra si próprio e à segurança dos seus cidadãos: o terrorismo. A securitização desta nova ameaça é evidente no discurso do Primeiro-ministro, Golda Meir : *“Our war against Arab terrorists is a vital*

mission demanding devotion and concentration. We have no choice but to strike at the terrorist organizations wherever we can reach them. This is our obligation to ourselves and peace. We shall fulfill that obligation undauntedly”(Meir,1972 apud Coskun,2007:6).

Após estes incidentes a posição de Israel tornou-se clara quanto à aceitação de um Estado palestino independente, apenas aceitando uma eventual integração da Palestina na Jordânia (Ibid.: 6) ou em outros Estados árabes (Beinin e Hajar, 2014: 8). A posição israelita devia-se não só à determinação da Palestina em destruir Israel (Coskun, 2007: 6) como também ao facto de considerar a OLP uma organização terrorista, posição essa que só viria a mudar em 1993 durante as negociações secretas que iriam dar origem aos acordos de Oslo (Beinin e Hajar, 2014: 8).

Em 1978 são assinados os acordos de Camp David que estabelecem a paz entre Israel e o Egipto. No entanto, a questão da Palestina mantém-se por resolver devido a uma rejeição por parte dos palestinos e árabes de um conceito de autonomia para os territórios ocupados da Faixa de Gaza e Cisjordânia, sendo que este não garantia a retirada de Israel dos territórios ocupados ou o estabelecimento de um Estado palestino. Israel sabotou as negociações e continuam a confiscar terras palestinas e a construir colonatos (Ibid.: 8). Este período de paz relativa é acompanhado por uma política de “punho de ferro” por parte do Ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, levando a detenções e deportações de palestinos dos territórios ocupados. Israel pretendia maximizar a sua segurança através da ocupação e controlo destes territórios (Shang, 2001).

Após o crescimento de um sentimento nacionalista nos palestinos e anos de políticas repressoras e discriminatórias (Ibid.), dá-se em 1987 a primeira revolta popular árabe denominada de “Intifada” (Levantamento), onde a população palestina inicia protestos, boicotes e ataques a Israel sob pretexto de terminar com as ocupações de Gaza e Cisjordânia. Em resposta à revolução e apanhado de surpresa com as revoltas (Sibilla, nd) Israel responde com o uso da força, numa tentativa de reprimir os protestos (Beinin & Hajar, 2014: 9). As FDI não estavam preparadas e acabaram por ter de combater “exércitos civis” na rua, estando cada vez mais na defensiva. A estratégia de Israel falha em conter os protestos e acaba por intensificá-los (Sibilla, nd). não mudando muito em relação à estratégia de ênfase militar levada a cabo pelos líderes israelitas desde o início do conflito (Inbar, 1999: 84). O Ministro da Defesa, Rabin desempenhou um papel importante na construção da maquinaria militar de Israel. Rabin olhava para as FDI como um instrumento essencial à sobrevivência de Israel e levou a cabo uma estratégia de dissuasão ao longo dos seus mandatos. Isto foi verificado durante a Intifada, onde utilizou uma estratégia de uso da força com base na retaliação e como forma de castigar a população palestina pelos seus atos insurgentes (Ibid). Rabin acreditava que a força militar era um pré-requisito para Israel sobreviver ao conflito com o mundo árabe e o seu discurso em 1989 revela a securitização da ameaça árabe como pretexto para a constante militarização do Estado, sendo que o seu país ainda se encontrava numa luta pela independência: *“It smoldered for more than 41 years and it can be termed as a war*

of generations” (Rabin, 1989 apud Inbar, 1999:22). A revolta popular não muda apenas o *status quo* até agora mantido por Israel, como leva a OLP a mudar-se de Tunes para os territórios ocupados e a declarar a independência da Palestina em 1988 (Coskun, 2007: 6-7). Yasser Arafat convida o Primeiro-ministro Israelita para a mesa das negociações e visa obter um acordo de paz. Neste mesmo ano, o Hamas lança o seu pacto e rejeita a OLP como a única autoridade representante dos palestinos (Coskun, 2007: 7) O Hamas surge aqui como um novo ator no conflito israelo-palestino e vai tornar-se ao longo dos anos numa nova ameaça à segurança israelita, sendo este mais tarde classificado como organização terrorista. As relações com o Hamas e percepção desta organização enquanto ameaça serão exploradas mais à frente neste capítulo, devido à sua pertinência enquanto ator/ameaça no estudo de caso desta dissertação.

Em 1993, o Governo Israelita envolve-se em negociações com a OLP nos acordos de Oslo que visavam o reconhecimento mútuo entre os dois e a retirada de Israel dos territórios ocupados. As negociações para além de não terem um resultado concreto específico, falharam devido à falta de apoio diplomático do mundo árabe a Arafat e aos ataques bombistas levados a cabo pelo Hamas em resposta a ataques israelitas e também para enfraquecer os acordos de Oslo, pois o Hamas não reconhecia a OLP como a única autoridade representativa do povo da Palestina. (Beinin & Hajjar, 2014:10). Com a chegada do partido Likud ao poder, e sob chefia do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, “a segurança é colocada acima da paz” , sendo a primeira considerada por este um pré-requisito da segunda. O terrorismo é colocado no topo da agenda de Netanyahu e o seu executivo abandona os acordos de Oslo, não sendo favorável aos mesmos (Coskun 2007; Beinin & Hajjar, 2014).

Seguido do falhanço do processo de paz de Oslo, em 2000 inicia-se a segunda “Intifada”, ainda mais sangrenta que a primeira (Beinin & Hajjar, 2014:11) com ataques bombista suicidas e a uma resposta de Israel através do uso da força que se prolonga até 2005. Neste caso, a estratégia de Israel para responder à revolta não vai diferir muito das anteriores. As suas medidas de contenção de terrorismo passam mais uma vez pela dissuasão e pelo uso da força militar. Isto foi refletido durante a “Operation Defensive Shield”, onde o Ministro Ariel Sharon ordena a captura e detenção de terroristas. Outras medidas incluem a demolição de casas na Palestina e o uso de força militar. Estas medidas dão a Israel uma vitória “tática”, mas uma derrota a nível político (Byman, 2012:826): o afastamento das negociações de paz, as estratégias consoantes de dissuasão, e a reocupação de territórios da Cisjordânia em 2002 sob domínio palestino desde Oslo, vão enfraquecer a popularidade do Fatah e OLP na Palestina, que sob revolta começa a apoiar as táticas extremistas do Hamas como ataques suicidas. É neste período que o Hamas começa a ganhar uma estrutura política e popularidade (Ibid:830). No entanto, o terrorismo permanecia durante a Segunda Intifada uma das maiores ameaças eminentes ao Estado e à sociedade israelita, onde se vivia um clima de medo, especialmente entre a população civil, obrigando os decisores políticos a agir em nome de segurança (Ibid,840).

“A segunda Intifada termina com a ilusão dos acordos de Oslo” (Bishara, 2001:49). Inicia-se a construção dos muros da Cisjordânia sob pretexto de proteger as cidades israelitas de palestinos terroristas (Coskun, 2007: 8) numa política levada a cabo por Ariel Sharon, Primeiro-ministro de Israel e membro do partido Likud.

Em 2003, é formado o “Quarteto”, composto pelos Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e Nações Unidas. George W. Bush, Presidente dos EUA, defende a ideia da criação de um Estado Palestino, o que representa uma mudança na política externa americana face a Israel, “pois foi a primeira vez que os Estados Unidos adotaram essa visão oficialmente como uma possível solução para o conflito” (Beinin & Hajjar, 2014: 14). As negociações para um plano de paz baseado num mapa criado pelos Estados Unidos, falham com o escalar da violência. Ariel Sharon anuncia em 2004 a sua intenção de retirada das forças israelitas de Gaza, ação que é mais tarde contestada pelo seu partido (Ibid.).

Em 2006, com a morte de Yasser Arafat, e Mahmoud Abbas sucede-o na presidência do partido Fatah. O Hamas ganha as eleições na Palestina, e não é reconhecido pelos poderes Ocidentais como governo legítimo da Autoridade Palestina. A ajuda financeira por parte dos membros do Quarteto é cortada, e o Fatah inicia um conjunto de medidas e golpes de Estado para retirar o Hamas do poder. O poder tem sido repartido pelos dois partidos em convergência em Gaza desde aí (Ibid.: 15).

Em 2007, Israel declara a Faixa de Gaza como um território “hostil” e com o apoio do Egito intensifica o seu bloqueio a Gaza, bloqueio esse que impede a entrada de bens no território que poderiam ser utilizados para fabricar armamento (Oberschall, 2014: 116). Os ataques do Hamas a Israel vão se intensificando e geram sucessivas retaliações por parte das forças israelitas, ofensivas em 2008, 2009 e 2012, o que leva ao aumento da popularidade do Hamas entre os Palestinos e a nível internacional. (Beinin e Hajjar, 2014:15).

Sendo o maior oponente de Israel nos últimos anos, e de acordo com as autoridades Israelitas o responsável pelo conflito de 2014, torna-se necessário fazer uma caracterização desta organização e entender a sua agenda política. Esta análise não só permite contextualizar melhor os antecedentes que levaram aos confrontos de 2014 mas também perceber a razão pela qual Israel considera o Hamas uma ameaça e o tem securitizado ao longo dos últimos anos, para justificar as operações militares e ofensivas levadas a cabo em Gaza.

3.2.2 O Hamas

De acordo com o Council on Foreign Relations, o Hamas é um movimento militante palestino que serve como um dos principais partidos políticos na Palestina, sendo o maior opositor ao Fatah. Foi fundado em 1987 durante a primeira Intifada e é atualmente considerado uma organização terrorista pelos Estados Unidos e pela União

Europeia. Desde 2007 que detém um controlo *de facto* sobre a Faixa de Gaza (Laub, 2014).

De acordo com a Carta do Hamas, este define-se como um movimento Islâmico e é com base na religião que toda a sua conduta é regida. Ainda de acordo com este documento que dita a sua ideologia, a Palestina é “um lugar consagrado para os muçulmanos” (Hamas Covenant, 1988) e citando o Artigo 7º, “O dia do julgamento não chegará até que os muçulmanos lutem contra os judeus (matando-os)”. O documento também demonstra uma ideologia baseada na lei de Sharia e uma oposição contra iniciativas internacionais que possam levar a um processo de paz (Hamas Covenant, 1988). Dessa forma, reconhecer a existência de Israel é um anátema à identidade islâmica do Hamas e ao seu objetivo de libertação da Palestina (Yaghi, 2006: 11).

Já do ponto de vista Israelita, o Hamas é considerado um movimento islâmico que se opõe a Israel e que “mina” qualquer processo político. Israel entende que a sua aspiração primária é a luta armada à luz da jihad contra Israel até que este se “retire incondicionalmente” dos territórios e numa segunda fase o seu desaparecimento. (ISA, 2009: 1)

Israel considera dessa forma o Hamas uma das organizações mais proeminentes no que concerne ataques terroristas contra alvos israelitas (ISA, 2009: 2). A perceção do Hamas enquanto ameaça e grupo terrorista foi sendo construída ao longo dos anos, tal como toda a máquina de segurança israelita desde o início do conflito. O Hamas tornou-se no principal ator palestino, destacando-se nos conflitos dos últimos anos, sendo que a narrativa de considerar o Hamas uma ameaça à segurança de Israel se mantém no conflito do verão de 2014. De forma a perceber a forma como Israel securitizou o Hamas 2014 é necessário entender a forma como esta relação foi construída desde a Primeira Intifada em 1987, data da criação do Hamas.

A organização, que hoje em dia pode ser considerada também um movimento social responsável pelo bem-estar socioeconómico na Palestina (Singh, 2012: 532), teve o aumento da sua popularidade no panorama político e social da Palestina ao longo dos anos maioritariamente devido ao enfraquecimento do Fatah e do papel da OLP após os acordos de Oslo. O movimento surge durante a primeira Intifada e vai radicalizando as suas políticas em contraste com as da OLP, que consideravam “passivas” e submissas do projeto Sionista (Cepoi, 2013: 163).

A Guerra do Golfo enfraquece a OLP e empurra-a para as negociações com Israel. Os acordos de Oslo são assinados e o Hamas mantém a uma posição clara de rejeição das negociações. Benjamim Netanyahu chega ao poder e inicia política de afastamento dos acordos.(Cepoi, 2012: 167) O Hamas começa a ganhar impulso político durante a Segunda Intifada, e começa a ver visto como um símbolo de “salvação”, “heroísmo” e resistência num movimento social anticolonialista que se constrói ao longo dos anos na Palestina⁸. Porém uma mudança de posição durante o período da Segunda Intifada

⁸ Ver Singh, 2012.

relativamente aos Acordos de Oslo e as próprias linhas ideológicas mais radicais do Hamas juntamente com o enfraquecimento político do Fatah vão permitir que o Hamas se torne no partido vencedor das eleições realizadas em 2006. As eleições marcam uma mudança para uma posição de uma possível criação de dois Estados e uma maior cooperação com a comunidade internacional de forma a conseguir maior reconhecimento (Long, 2010).

Desde 2006 que os confrontos militares diretos entre o Hamas e Israel se intensificaram. O Hamas exige o fim do bloqueio Israelita a Gaza, após a assinatura de um acordo de movimento de bens entre Israel, Egito e a Autoridade Palestiniana com fim de prevenir a entrada e saída de armamento e terroristas em Gaza (Oberschall, 2014). Este bloqueio teve um impacto no comércio local de bens em Gaza, sendo que o Hamas considera que estes são utilizados para fins humanitários, enquanto Israel considera que são utilizados para a construção de armamento (Ibid.).

Analisando os dados fornecidos atualmente (2015) pela página oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, é possível concluir que para a segurança israelita o Hamas é uma ameaça específica que já se encontra securitizada, tal como outros grupos terroristas palestinianos e países inimigos do mundo árabe. Porém há períodos, onde esta ameaça é mais iminente e são requeridas medidas extraordinárias para responder ou conter as mesmas. O discurso relativamente ao Hamas não vai ser “dessecuritizado” e a retórica securitária do terrorismo vai-se intensificar desde 2006 até 2014. Durante este período, alguns acontecimentos chave vão ser a causa do discurso securitário israelita em relação ao Hamas e também das suas ofensivas militares. Esta análise permitirá entender a postura israelita no conflito de 2014, tendo em conta os antecedentes.

-“On April 16, 2001 the Hamas terrorist organization launched its first rocket into Israel. (IMFA,2015)

In 2012, 1,632 rockets hits were identified in Israeli territory. During Operation Protective Edge (July 8 - Aug 25, 2014), 3,852 rockets hits were identified in Israel. Since the end of the operation, 26 rockets have landed in Israel.” (Ibid)

Israel possui uma lista dos atentados bombistas suicidas e outros na sua página do Ministério dos Negócios Estrangeiros que compila os ataques desde a Declaração de Princípios de 1993 (Oslo). O Hamas está entre as principais organizações responsáveis pela maioria dos ataques ocorridos em solo israelita, juntamente com o Movimento Jihadista da Palestina, entre outros.

Uma das maiores ameaças referidas pelo governo israelita tem sido o disparo de rockets por parte do Hamas desde 2001. Porém, o número de rockets a atingir solo israelita aumentou substancialmente desde que o Hamas ganhou as eleições na Palestina em

2006 e notoriamente durante os períodos de conflitos e antes da Operação “Protective Edge” em 2014.

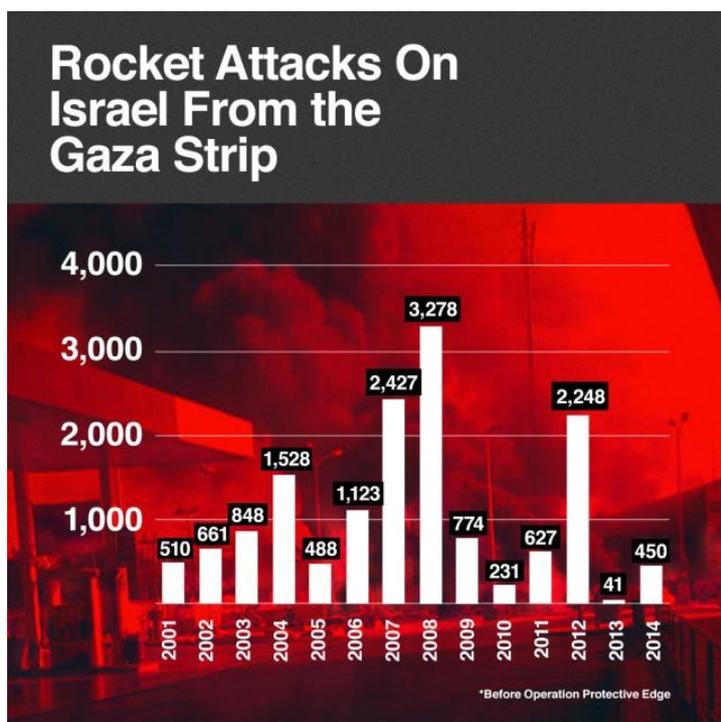


Figura 1: Número de Rockets Disparados de Gaza para Israel (IDF Blog, 2015)

O Hamas vai assumir o controlo dos territórios de Gaza em 2007 e Israel declara Gaza como “território hostil” (Beinin e Hajar, 2014: 15). Desde aí, a estratégia utilizada por Israel para tomar medidas extraordinárias, de contenção e defesa tem sido em volta da linguagem do terrorismo, enquanto ameaça à sua segurança nacional. Este tipo de discurso securitizador acaba por se enquadrar no contexto internacional do pós 11 de setembro e da Guerra Internacional contra o Terror. Nos conflitos que se seguiram em 2008 e em 2012, Israel utilizou esta lógica com base nos discursos oficiais dos líderes, para levar a cabo a sua própria Guerra Contra o Terror:

1. O Hamas legitima o disparo de rockets contra Israel com o objetivo de ter maior impacto político: “*Rockets against Sderot will cause mass migration, greatly disrupt daily lives and government administration and can make a much huger impact on the government. We are using the methods that convince the Israelis that their occupation is costing them too much. (...) We are succeeding with the rockets. We have no losses and the impact on the Israeli side is so much*”. (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Hamas) (A-Zahar, 21 de agosto de 2007 apud IMFA,2015).

2. O Primeiro-ministro israelita, Ehud Olmert responde com medidas de retaliação em nome da segurança territorial e societal de Israel (objetos de referência: o Estado e sociedade), utilizando a linguagem do terrorismo para justificar estas ações : *"Rocket barrages have once again been launched on Sderot. They threatened the wellbeing of kindergarten children in this rocket-battered town, which has been exposed to the terror groups' brutality for over five years. We will not put up with this attack. The IDF has been instructed to destroy all launchers and target anyone involved in the attacks. We will hit all those in the chain of command who harbor terrorists and act against the State of Israel."* (Olmert, 3 de setembro de 2007 apud IMFA,2015).
3. A mesma retórica é apontada pelo Representante de Israel junto da ONU no Conselho de Segurança: *" (...)With Hamas in control of the Gaza Strip and its rocket launchers pointed at Sderot, Israel faces an impossible situation. Israel must and will protect its civilian population from these rocket attacks. It is the duty of all States to ensure the right to life and safety of its people, especially from vicious acts of violence and terrorism that are carried out with the sole purpose of maiming, terrorizing, and murdering the innocent."* (Cohen, 22 de janeiro de 2008 apud IMFA,2015)
 - Num total de 56 excertos de discursos de líderes israelitas,entre eles o Primeiro-ministro Ehud Olmert e a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tzipi Livini, disponibilizados pelo site do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita, relativamente ao período que antecede a Operação Militar "Cast Lead" lançada a 27 de dezembro de 2008 por Israel em Gaza, as palavras Gaza e Hamas surgem mais de 73 vezes, seguindo-se de terror/terrorismo por cerca de 30 vezes. Outras palavras frequentemente mencionadas são "ataques", "misseis" e "rockets". Há claramente uma responsabilização do Hamas pelos ataques e da sua associação ao terrorismo enquanto ameaça a Israel e a própria faixa de Gaza. Os constantes ataques a civis com rockets e misseis vão ser utilizados para justificar a Operação "Cast Lead".⁹
 - O exemplo desse tipo de discurso é dado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros após o início da ofensiva militar, onde são justificadas as medidas de retaliação e é utilizado um discurso de "nós contra eles", típico durante conflitos com o intuito de desumanizar o inimigo (Spencer, 2007): *"Whoever wants peace in the region, with a two-state solution, must understand that we must fight terror and extremism. Confronting Hamas is the only way for the Palestinians to enjoy a good life in a country of their own. Israel wants peace, and must operate against the Hamas in order to achieve this... Hamas does not want peace; Hamas uses the residents of Gaza as hostages. Israel proposes a*

⁹ Ver (IMFA, 2015: "The Hamas war against Israel: Statements by Israeli leaders")

vision of peace, while Hamas proposes a vision of war. Peace with Israel and calm in the region can only be achieved by dialogue. This situation cannot continue. Hamas, Iran and Hizbullah are enemies of the free world.”

Israel termina a Operação “Cast Lead” a 18 de janeiro de 2009, após uma “destruição bem sucedida dos lançadores de rockets do Hamas e da sua infraestrutura” (IDF Blog, 2015).

-“On November 14, in response to [incessant rocket attacks from the Gaza Strip](#), the IDF launched a widespread campaign against terror targets in Gaza. The operation, called Pillar of Defense, had two main goals: cripple terror organizations in the Gaza Strip and defend Israelis living under fire.” (IDF Blog,2015)

Em 2012, Israel lança mais uma vez uma ofensiva militar em Gaza com o intuito de conter as ameaças terroristas. Mais uma vez o discurso vai-se basear numa lógica de combate ao terrorismo de forma a assegurar a segurança de Israel contra o Hamas e mais uma vez conter o disparo de rockets. Desta vez o discurso feito pelo Primeiro-ministro Benjamim Netanyahu, legitimiza o uso da força em resposta a ataques terrorista, mais uma vez sob uma lógica de demonizar o inimigo: *“ No government will tolerate this situation where a fifth of its population lives under a constant barrage of rockets and míssil, and Israel will not tolerate this situation. This is why my Government conducted the IDF to conduct strategical strikes against terrorist infrastructure in Gaza. This is why Israel will continue to take whatever necessary action to protect its people. (...) They (Hamas) fired thousands of rockets. They placed them in civilian places as schools, houses (...) There is no moral equivalence between Israel and the terrorist groups in Gaza. They are committing a double war crime: by firing at Israeli civilians and hiding behind Palestinian civilians (...) including children”.* (Netanyahu, 2012).

O discurso mantém a lógica antiterrorista, ao mesmo tempo que tenta distanciar os atos de Israel do Hamas, algo já anteriormente feito pelo Executivo do Primeiro-ministro Ohmed em 2008: *“There is no point in placing Israel and Hamas in the same moral equation. We strike at Hamas, who use civilians as human shields; Hamas deliberately targets civilians. Hamas does not care what happens to the residents of Gaza.”* (Livini, 2008 apud IMFA, 2015).

O discurso securitário contra o Hamas e Gaza foi construído com base nos ataques de rockets e mísseis e a necessidade de proteger a população civil israelita dos mesmos. As operações militares foram justificadas e legitimadas como respostas a estas ameaças e uma necessidade de combater o terrorismo do Hamas, sendo este considerado por Israel uma organização ilegítima para governar Gaza e sendo assim mais visto como um ocupante terrorista.

O discurso utilizado no conflito de 2014 não vai diferir muito dos anteriores de 2008 e 2012. Porém, o conflito de 2012 marca o início de uma estratégia de comunicação por parte das FDI em plataformas sociais como Youtube, o Facebook e o Twitter para fins

de propaganda. A próxima e última secção deste capítulo analisa o papel fulcral das FDI na segurança israelita de forma a caracterizar a sua pertinência enquanto ator do estudo de caso.

3.3. O papel das FDI na segurança israelita

“The Israel Defense Forces (IDF) have always been associated with Israeli might, pride, and independence” (Arian, 1999:37)

As Forças de Defesa Israelitas desempenham um papel fulcral na sociedade e na defesa do Estado israelita. Uma das formas de obter mobilidade social no país é através do cumprimento do serviço militar obrigatório (Drory, 2014:166) tal como representam uma das maiores formas de integração social de imigrantes no país (Arian,1999:37).

Tal como referido anteriormente, as FDI foram criadas duas semanas após a fundação de Israel e desde aí passaram a ter um papel bastante importante na formação e desenvolvimento do Estado. Foram criadas essencialmente como um “Exército do Povo”, sendo este conceito no caso das FDI primeiramente associado à identidade nacional para mais tarde se associar a uma identidade religiosa associada exclusivamente ao judaísmo (Libel, 2013¹⁰).

Independentemente da doutrina seguida pelo exército israelita, é evidente a sua importância no seio de uma rede de segurança informal de um Estado que enfrentou “ameaças existenciais contínuas” desde a sua fundação (Sheffer e Barak, 2013:5). Esta “rede de segurança informal”, é composta por várias pessoas da esfera militar a assumirem cargos na esfera civil, sendo que em Israel há pouca separação entre as esferas civis e securitárias, o que permitiu que este setor tivesse influência em todas as áreas da vida pública e privada (Ibid.).

Dessa forma, torna-se num veículo de mobilidade social no seio da sociedade israelita: *“Successful service in the IDF may serve as a springboard for upward social mobility. This is especially true for youngsters coming from lower socioeconomic groups and for whom the military service provides a great opportunity to advance rapidly in social and economic roles and to finally free themselves from their prior social origins” (Drory, 2014: 186).*

Munõz (2012) considera que a identidade e a segurança em Israel são dois conceitos que se interligam desde a criação da história do país. Pegando nos conceitos desenvolvidos pela Escola de Copenhaga, aborda a forma como a segurança societal foi construída em

¹⁰ Ver Libel, 2013 “From the people's army to the Jewish people's army: the IDF's force structure between professionalization and militarization”

torno da segurança estatal e da “rede de segurança israelita”, conceito criado por Sheffer e Barak (2013).

Para o autor, a segurança societal constrói-se com base nos discursos ao longo dos anos, tem fins domésticos e baseia-se na ameaça demográfica palestina (a população árabe é bastante superior à judaica na região) principalmente a dois objetos de referência: a soberania territorial e a identidade e culturas judaicas (Muñoz, 2012: 315). Outro fator é as lutas de poder através de cargos militares e o facto deste processo de securitização servir as influências de poder das elites.

Um ótimo instrumento dessa securitização, ou neste caso um agente securitizador são as FDI, sendo que Muñoz (2012:316) aponta três razões para a sua liderança na vida política do país. Em primeiro o serviço militar obrigatório generalizado e o facto do terrorismo e violência fazerem parte do quotidiano. Em segundo, a atribuição de cargos a oficiais do exército nas áreas políticas, económicas e culturais do país. Por fim, o facto de o exército ser conselheiro do Gabinete de Ministros e do Diretório de Inteligência Militar há décadas.

Todo este processo serve para alimentar uma elite político-militar que vive do conflito, sendo que a securitização serve a máquina do poder, tornando legítimo junto da opinião pública a guerra, a ocupação e a construção de colonatos (Ibid.).

Partindo de uma análise da sociedade em Israel e da sua relação com o setor da segurança e da influência das próprias FDI neste processo, pode-se afirmar que a segurança não é apenas um problema do Estado, mas de toda a sociedade israelita, estando enraizada na sua cultura, política e práticas sociais. Partindo do facto de as FDI serem um agente securitizador importante em processos de securitização e estarem bastante ligadas à sociedade civil, explorar-se-á no próximo capítulo o seu papel enquanto ator político do Estado e agente securitizador. Porém, para fins de contextualização, torna-se necessário aprofundar a forma como as FDI fazem a sua propaganda e a projetam através dos meios de comunicação. O avanço tecnológico em Israel e o desenvolvimento das redes sociais serão duas ferramentas à sua disposição a serem utilizadas para estes fins. A próxima e última secção deste capítulo, explora a forma como os media funcionam em Israel e como o seu governo utiliza autoridades estatais como exército para concretizar a sua estratégia de comunicação, nomeadamente sob a lógica de levar a cabo a sua agenda securitária.

3.3.1 Os Media em Israel, censura e o papel das FDI

3.3.1.1 Caracterizando os media em Israel

As origens da imprensa em hebraico remontam ao pós 1ª Guerra Mundial. Logo após a independência de Israel, foram instauradas regulações a nível dos media no que concerne a segurança e defesa e se mantêm até hoje. Os próprios órgãos da comunicação social aceitaram esta condição (Nossek e Limor, 2001:13).

A comunicação social em Israel foi acompanhando a própria evolução tecnológica das tecnologias da informação e comunicação, sendo esta nos primeiros anos do Estado composta por jornais e rádio. Durante os anos 1970 e 1980, surgiram alguns jornais de partidos que acabaram mais tarde por desaparecer. Nas duas últimas décadas assiste-se ao crescimento dos media eletrónicos em Israel e ao desenvolvimento da televisão por cabo.

Hoje em dia, os meios de comunicação eletrónicos são acessíveis à maioria da população, tornando-se Israel num dos Estados mais avançados neste campo, com 74% da população judaica com acesso regular a serviços como a Internet (Gentile, 2015).

No campo das redes sociais, o país também apresenta valores altos de utilização: em 2011, os israelitas eram líderes na utilização mensal das redes sociais com 11,1 horas totais, segundo um estudo da companhia americana comScore, que colocava o país à frente dos E.U.A. (Haaretz, 2011).

Um estudo sobre a utilização de *smatphones* em Israel aponta para uma penetração de 90% deste tipo de aparelhos (Globes,2015). Outros dados acerca da utilização de redes sociais a partir de telemóveis apontam para uma utilização regular do Facebook a 95,77% da população, seguido do Pinterest (1,81%) e do Twitter (1,52%) (Stats Monkey, 2015). O acesso regular via computador coloca o Facebook em 1º lugar (80,13%), Pinterest em 2º (5,38%) , Tumblr em 3º (4,88%) e Twitter em 4º (3,35%) (Stats Monkey,2015b).

Outro estudo também de 2015, afirma que apenas 6% da população nunca tinha acedido ao Facebook. Relativamente ao Youtube, o valor era de 0,6%. O estudo ainda aponta

que as camadas mais velhas da população vão acompanhando as mais jovens na utilização de redes sociais. Grupos mais conservadores como de judeus ortodoxos também admitem ser utilizadores regulares do Youtube.).

A população israelita possui uma literacia tecnológica bastante alta, refletindo-se isso na sua utilização de novas plataformas online como as redes sociais. Este aspeto vai ser importante para a estratégia de comunicação das FDI durante o conflito de Gaza de 2014.

3.3.1.2 Censura Militar

De acordo com o estudo da Freedom House, que analisa a liberdade de imprensa mundial, em 2014, Israel apresentava uma imprensa livre e pluralista. No entanto, considera que a nível militar existe alguma censura:

“Israel enjoys a lively, pluralistic media environment in which press freedom is generally respected. However, due to ongoing conflicts with Palestinian groups and neighboring countries, media outlets are subject to military censorship and gag orders, and journalists often face travel restrictions. The financial viability of private print and broadcast outlets also remain a concern.” (Freedom House, 2014).

A censura militar em Israel já era exercida nos tempos do Império Britânico, quando a imprensa judaica era impedida de publicar conteúdos com os quais as autoridades britânicas não concordassem (Pedatzur, 2013). Nossek e Limor (2001) consideram o caso de Israel inédito no seio das democracias ocidentais, definindo a censura militar como “um meio de prevenção de informação que possa ser potencialmente prejudicial à segurança nacional”. O caso de Israel é ainda mais raro por a censura ter o apoio da sociedade civil e dos próprios media, sendo isto devido às fortes relações entre Estado, governo e media. Outra das causas para esta banalização é o facto de a esfera militar, política (e civil ter poucas barreiras a separá-las no seio da sociedade (Ibid.: 7)

Pedatzur (2013), argumenta que para haver censura numa democracia é necessário haver um estado de emergência que a justifique, que, no caso de Israel, existe desde 1948 e é estendido todos os anos.

O estado de emergência constante permite legitimar a censura militar desde os meios de comunicação a ordens de silêncio dos funcionários militares (Rudoren, 2014). Isto permite que as comunicações oficiais por parte das autoridades utilizem a mesma lógica em nome da segurança interna. O exército israelita possui um porta-voz responsável pela estratégia de comunicação direta com a imprensa nacional e estrangeira.

“The purpose of the IDF Spokesperson’s Unit is to report on the accomplishments and activities of the IDF to the Israeli and international public, to nurture public confidence

in the IDF, and to serve as the IDF's primary professional authority on matters of public relations and distribution of information to the public.” (IDF Blog, 2015)

Esta unidade de comunicações exerce funções desde 1948 e vai ter um papel fulcral na estratégia de comunicação durante o conflito de Gaza de 2014. Enquanto porta-voz das FDI, vai exercer o papel de ator securitizador, utilizando como meios para o efeito, plataformas como o *Facebook, Twitter e Youtube*. O caso de 2014 não vai ser o primeiro em que as FDI recorreram a estas ferramentas para efeitos de propaganda. O próximo capítulo, visa a contextualização da relação das FDI com estas redes sociais, começando pelas primeiras operações cobertas nas redes sociais: “Operação Cast Lead” (2008-2009) e a Operação “Pillar of Defense” (2012) para depois passar à análise do conflito de 2014 e da Operação “Protective Edge” e dessa forma analisar o processo de securitização e os seus efeitos na opinião pública.

Capítulo 4: O papel das redes sociais na agenda político-militar de Israel: a ofensiva militar em Gaza de 2014

4.1 Introdução

O presente capítulo visa analisar a forma como o discurso foi feito pelos atores securitizadores no período desde 7 de junho de 2014 a 26 de setembro de 2014 que não só inclui o decorrer da Operação “Protective Edge” mas os eventos que a antecederam e o rescaldo após a ofensiva. A primeira parte passará por uma análise do discurso com base na Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança, seguindo os três passos identificados por Buzan et al (1998: 6) : 1) identificação de uma ameaça existencial; (2) ação de emergência, (3) efeitos nas relações entre inter-unidades após uma quebra de regras, utilizando o *Twitter*, *Facebook* e *Youtube* oficial do porta-voz das Forças de Defesa Israelitas (FDI) como meio para esse fim.. Estes conceitos serão desenvolvidos e ilustrados com o estudo de caso. Após esta análise, será medido o impacto mediático das três páginas através de estatísticas que permitem medir o seu desempenho durante o período de análise e fazendo comparações com outra intervenção militar, a Operação “Pillar of Defense” de 2012 e um ano sem intervenções militares: 2013. Por fim, será medido o impacto do processo de securitização na população israelita através de inquéritos realizados sobre a intervenção militar e as taxas de aprovação do governo no poder.

4.2 A presença das FDI nas redes sociais

Considerando-se uma nação pioneira no campo das tecnologias (Baham, 2013; Stein, 2014; Kunstman e Stein, 2015:9; Swift, 2015) e com uma população bastante ativa nas redes sociais (ver capítulo 3) a utilização estratégica das redes sociais como plataformas de relações públicas do Exército em Israel não é novidade da ofensiva de 2014.

A presença israelita nas redes sociais é lançada a 29 de dezembro de 2008 (IDF on Youtube, 2016), durante a Operação “Cast Lead”, com o lançamento do canal no *Youtube* para carregar vídeos sobre as incursões em Gaza (Stein, 2014). A decisão de criação de um canal de *Youtube*, acompanha também a proibição de entrada dos media tradicionais e jornalistas na Faixa de Gaza no decorrer da operação, permitindo dessa forma um maior controlo sobre os conteúdos que eram lançados para os media (Baham, 2013).

O objetivo por parte das FDI era utilizar uma plataforma que lhes permitisse publicar em tempo real a sua narrativa (Hoffman, 2012) e facilitar a comunicação com ativistas pró-Israel de uma forma que os media tradicionais não permitiam (Hoffman, 2012;

Stein, 2014; Swift, 2015). Os principais objetivos destas inovações a nível militar, foram evidenciadas por representantes das FDI em entrevistas, passando por “chegar a uma audiência que não conseguiriam de outra forma, (Swift,2015) atrair ativistas pró Israel (Hoffman, 2012) Já Eytan Buchman, porta-voz das FDI para América do Norte em 2012 afirmou numa entrevista que a estratégia visava “chegar a uma diáspora e funcionários do governo fora do país e outras audiências ” (Buchman, 2012 apud Ungerleider,2012). Os objetivos passavam ainda por ”Exercer funções de correspondência e relações públicas com a imprensa (Ibid; (Baham, 2013:616).

Michael (2012) analisa esta estratégia como sendo benéfica para os Estados e para os militares na medida em que: “lhes permite saber e analisar quem está a ver os seus conteúdos e a forma como o público responde, tal como podem utilizar a desinformação, distorção e provocação sem submeter a avaliação prévia ou apuração de factos” (Michael, 2012). No caso de Israel, a utilização das redes sociais para propaganda político-militar é cunhado por Adi Kunstman e Rebecca L. Stein como “militarismo digital”, sendo este: “o processo pelas quais as plataformas de comunicação digital (...) se tornam ferramentas militarizadas à disposição de atores estatais e não-estatais, tanto no campo das operações militares como nos enquadramentos civis” (Kunstman e Stein, 2015: 6).

A utilização destas novas tecnologias serve para “vender uma narrativa de guerra aos seus cidadãos” (Baham, 2013:615), sendo estas um novo meio de propaganda semelhante à utilizada pelos Nazis para influenciar massas na 2ª Guerra Mundial, com a particularidade de ser digital (Michael, 2012). Mais uma vez a máquina da censura militar de Israel vai ser utilizada pelas FDI para levar a cabo essa narrativa de guerra, com conteúdos que abordem os danos ou mortes dos palestinianos a serem editados ou removidos (Stein, 2014) e uma transformação de imagens desumanizadas de forma a garantir maior apoio popular para a sua guerra (Baham, 2013: 616). A secção de comentários dos vídeos de *Youtube* também vai ser bloqueada um dia após o lançamento do canal devido às críticas e condenação da Operação “Cast Lead” por parte de utilizadores da plataforma (Stein, 2014).

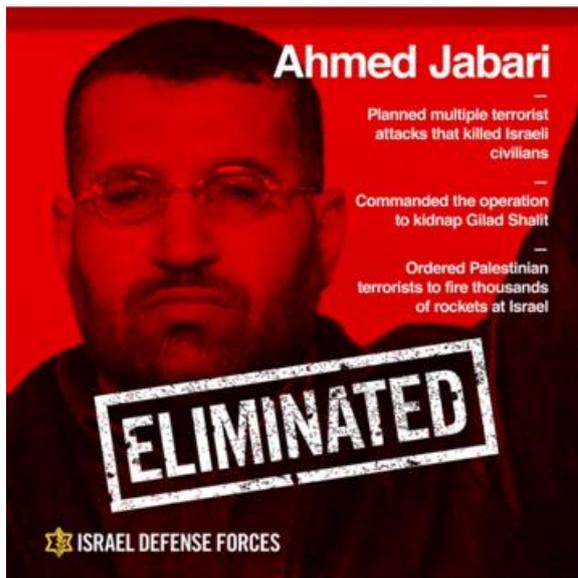
A decisão de criar mais plataformas do que o *Youtube* estende-se com a criação de uma página no *Facebook* em 2011, decisão tomada de forma relutante, uma vez que poderiam surgir críticas às ações militares e uma difícil adaptação da linguagem militar a uma rede social como o *Facebook*.

De forma a adaptar essa linguagem, as FDI basearam-se numa estratégia de comunicação de “um exército moral” a combater “uma ameaça existencial” e muitas vezes utilizando a hashtag “#Israelunderfire” (Stein, 2014). Estes conceitos serão explorados mais à frente neste capítulo através da análise do discurso presente nas redes sociais durante a operação militar de 2014.

O conflito israelo-palestiniano começa a ter relevo nas redes sociais quando em 2012, durante a Operação “Pillar of Defense” (14 a 21 de novembro de 2012), é permitida a entrada dos media tradicionais na Faixa de Gaza e este não tardam em criticar a atuação

das FDI, vendo estas a necessidade de recorrer às redes sociais para se defender, utilizando a estratégia em cima descrita (ver Figura 2) (Braham, 2013:616). Esta é também a primeira vez que o Hamas começa a responder a Israel através das suas próprias contas de redes sociais, iniciando aquilo que Kunstman e Stein classificam de “guerra no Twitter” (ver figura 3). (Baham, 2013:616; Kunstman e Stein, 2015: 1, 20).

Figura 2: As FDI justificam a eliminação de um alvo, evocando o terrorismo e o disparo de rockets para Israel



← ↻ 981 ❤️ 295 ⋮

Fonte: (@IDFSpokesperson,2012-11-14)

Figura 3: A “primeira guerra” no *Twitter*, Hamas responde ao assassinato do seu líder, Ahmed Jabari:



The IDF has begun a widespread campaign on terror sites & operatives in the #Gaza Strip, chief among them # Hamas & Islamic Jihad targets.

Ver tradução

RETWEETS

365

CURTIDAS

71



14:29 - 14 de nov de 2012

Alqassam Brigades
@AlqassamBrigade

Al Qassam mourns the death of its top leader Ahmed Jabari who has been assassinated by #Israeli drones in #Gaza #Hamas

3 YEARS AGO REPLY RETWEET FAVORITE

Alqassam Brigades
@AlqassamBrigade

Al Qassam shell #Israel's military bases in Beer Sheva with dozens of mortars in response on assassination of its top leader #hamas #Gaza

3 YEARS AGO

(@IDFSpokesperson, 11- 2012); (Alqassam Brigades ¹¹on Twitter, 11-2012 apud Storify,2015)

Esta troca de “Tweets” torna-se inédita, pois a plataforma permite que o conflito passe a ser relatado em tempo real. As proporções desta guerra do Twitter, passam para além de Israel e Gaza com um número de utilizadores internacionais a juntarem-se ao debate (Kunstman e Stein, 2015:1). Eytan Buchman, reiterou que o sucesso da estratégia de comunicação estava garantido, afirmando que a cobertura da guerra no *Twitter*, tinha atraído uma atenção sem precedentes para as plataformas das FDI que os media tradicionais não teriam proporcionado (Buchman, 2012 apud Ungerleider, 2012) Sucesso esse a ser reconhecido também por um representante oficial diplomático de Israel nos Estados Unidos, “*Twitter* havia revolucionado a diplomacia israelita, devido à rapidez com que permite publicar conteúdos” (Shamir, 2009).

Algumas estatísticas comprovam esse sucesso, a conta de *Youtube* conseguiu cerca de 5600 subscritores em dois dias desde o seu lançamento (CNN, 31-12-2008), conseguindo atrair durante a Operação “Cast Lead” mais de 2 milhões de visualizações (Stein, 2014). O *Twitter* de língua inglesa também lançado em 2008, iniciou as atividades com 70 mil seguidores (Buchman, 2012 apud Ungerleider) Já o *Facebook*, lançado em 2011, conseguiu garantir mais de 90 mil seguidores num dia (Stein, 2014).

Atualmente (janeiro de 2016) Israel está presente em mais de 30 plataformas de redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube* e estas estão disponíveis em seis línguas: hebraico, inglês, francês, espanhol, árabe e russo. Para análise do estudo de caso optou-se pelo *Youtube*, *Facebook* e *Twitter* não só por um fator de popularidade em termos de seguidores¹² em relação a outras redes sociais, mas também por estas

¹¹ Nota: A conta encontra-se atualmente desativada.

¹² A conta *Pinterest* das FDI conta com cerca de 2 mil seguidores, a de *Instagram* com cerca de 134 mil, o que corresponde a um maior número de “seguidores” do que o *Youtube*. Neste caso, tem-se em conta as visualizações dos vídeos como fator eliminatório.

apresentarem maior conteúdo para a análise de discurso: textos, imagens, vídeos, discurso falado, gráficos e estatísticas. Não foi possível obter os dados exatos destas contas para o período de análise, plataformas como o *Twitter* não disponibilizam os dados exatos do número de seguidores para anos anteriores. Dessa forma, para não haver uma lacuna dos dados, consideram-se os números de 2016 para efeitos da amostragem.

Quadro 1: Nº de Seguidores, Subscritores e Visualizações das FDI nas principais redes sociais:

Língua	Facebook	Twitter*	Youtube
Inglês	1,732,907	516,000	1. 59,337,877 2. 108,013****
Hebraico	618,336	88,300	1. 10,337,877 2. 15,592
Espanhol	344,087	23,900	1. 1,926,583 2. 7899
Russo	8272*	--	1. 1,017,168 2. 4490
Francês	104,155	27,700	1. 2,409,543 2. 6003
Árabe	842,432**	125,000**	1. 1,759,108 2. 4726

Dados das contas oficiais de cada língua a 12 de janeiro de 2016.

*A conta russa não possui *Facebook* mas outra rede social “VK” e não tem *Twitter*.

** o *Facebook* e *Twitter* árabes não são das FDI mas de um General porta-voz, Avichay Adraee.

*** O Youtube apresenta o número de visualizações (1) e subscritores (2).

As contas em língua inglesa das FDI são as mais populares em termos de seguidores, subscritores e visualizações. De acordo com o Gabinete de Turismo de Israel, inglês é uma língua “virtualmente falada por todos os cidadãos”, é a principal língua utilizada nas relações internacionais e os sinais no país também se encontram em inglês (Go Israel, 2016). O aumento na utilização e literacia do inglês, não passou apenas pelo ensino mas também por vagas de imigração de países anglo-saxónicos e o crescimento do turismo (Spolsky e Shohamy, 1999: 165).

Para efeitos de análise do processo de securitização e consequente efeito nos media em 2014, proceder-se-á ao estudo das contas de língua inglesa pelo número de seguidores e por incorporarem os objetivos de comunicação das FDI em chegar a maiores audiências que os media tradicionais não permitiriam (utilizadores comuns e comunidade internacional), a diáspora israelita e ainda funcionários do governo em funções fora do país. Alguns números sobre a população judaica mundial mostram que a seguir a Israel (6,103,200), os Estados Unidos são o segundo país com maior população judaica (5,700,000). O terceiro lugar vai para França (475,000) e outros três países de língua oficial inglesa surgem no top 10: 4º Canadá (385,300); 5º Reino Unido (290,000) e 9º Austrália (112,500) (Jewish Virtual Library, 2014).

Por fim, como anteriormente referido neste capítulo, estas plataformas tornaram-se no principal meio de comunicação entre as FDI e a imprensa, sendo que a informação é lançada em primeiro lugar. Ao analisar o processo de securitização utilizando estas redes sociais, estamos a analisar os discursos primários oficialmente emitidos por uma entidade estatal que são as FDI.

Antes de se passar à análise do estudo de caso, será feita uma pequena contextualização dos eventos que levaram ao conflito de 2014, para depois se passar à análise dos conteúdos presentes no Facebook, Twitter e Youtube das FDI e dessa forma estudar o processo de securitização.

4.3 A Ofensiva de Gaza de 2014 e a Agenda Político-militar de Israel

Desde 2007 que o Hamas tinha vindo a perder poder político e económico com o fecho da fronteira egípcia com Gaza. O isolamento e a deterioração económica em Gaza, levam-no a se reconciliar com o Fatah na esperança de obter apoio económico no pagamento de salários em atraso para funcionários do seu governo. O Fatah não providencia apoio e o Hamas recorre ao uso da força contra Israel para “aumentar a sua credibilidade nacional e impulsionar a sua postura estratégica” (Shamir, 2015).

As tensões que levaram à ofensiva Israelita de 2014 em Gaza, começaram quando três jovens estudantes Israelitas foram raptados na Cisjordânia a 12 de junho e mais tarde mortos. Israel atribuiu a culpa dos ataques ao Hamas, que negou responsabilidade pelos

ataques. Estes viriam mais tarde a ser admitidos pelo líder político Khaled Meeshal (BBC News, 2014-08-26).

Os corpos dos três rapazes israelitas são descobertos a 30 de junho, sendo disparados mais rockets de Gaza, aos quais Israel vai retaliar com ataques aéreos. A 2 de julho um rapaz palestino é raptado e queimado vivo por extremistas israelitas. Os ataques vão escalar rapidamente e os rockets do Hamas e da Jihad palestina vão alcançar distâncias nunca antes vistas, com as sirenes de aviso a soarem em cidades israelitas como Jerusalém, Tel Aviv e Jaffa. Israel inicia a Operação “Protective Edge” a 8 de julho em resposta ao “constante disparo de rockets” do Hamas (ABC News, 2014-31-07).

4.3.1A agenda política e militar do Executivo de Netanyahu em 2014

Devido à pouca linha temporal entre os acontecimentos do estudo de caso e a realização da presente dissertação, ainda não existe bibliografia suficientemente crítica, analítica e profunda para analisar a agenda política e militar de Israel durante o ano de 2014 ou durante o período do conflito. Dessa forma, a análise será feita com base em fontes oficiais e artigos de jornal.

De acordo com o resultado eleitoral de 2013 em que o Likud, Partido de Benjamim Netanyahu saiu vitorioso, algumas das prioridades passavam por:

- Manter a soberania do Estado judeu sobre os seus territórios históricos.
- Alcançar um acordo de paz com os palestinos através de um acordo político (...)
- Combater a violência e o terrorismo através de um reforço da segurança interna do Estado de forma a proteger os seus cidadãos
- Manter as características e património judaico de Israel ao mesmo tempo que respeitando outras religiões com base nos valores presentes na Declaração de Independência (Library of Congress, 2015)

A ideia de segurança do Estado volta a ser reforçada no discurso do Primeiro-Ministro na Conferência Anual de Assuntos Públicos Americana-Israelita, onde Benjamin Netanyahu defende que Israel continua a ser um Estado de paz, que valoriza a vida (contrariamente ao Hamas e Irão) e reafirma que a questão nuclear iraniana continua a ser um dos principais problemas securitários do seu país, afirmando que enquanto Primeiro-Ministro de Israel fará tudo ao seu alcance para defender o Estado Judaico de Israel (Netanyahu, 2014).

No dia do início da operação militar (8 de julho) o Primeiro-ministro reitera a ideia de que a segurança dos seus cidadãos está em primeiro lugar e a necessidade do uso da força para conter uma ameaça que são os rockets do Hamas:

"In recent days, Hamas terrorists have fired hundreds of rockets at Israel's civilians. No other country lives under such a threat, and no country would accept such a threat. Israel will not tolerate the firing of rockets on our cities and towns. We have therefore significantly expanded our operations against Hamas and the other terrorist organizations in Gaza. This comes after our repeated efforts to restore calm were met with increased Hamas rocket fire. Israel is not eager for war, but the security of our citizens is our primary consideration. Israel targets Hamas terrorists and not innocent civilians. By contrast, Hamas targets Israeli civilians while hiding behind Palestinian civilians. Hamas, therefore, bears full responsibility for any harm that comes to Israeli and Palestinian civilians alike. We are determined to give our citizens the safety and security they deserve." (Netanyahu, 2014b)

Independentemente dos desafios securitários de Israel, Benjamim Netanyahu tinha vindo a perder popularidade entre os eleitores israelitas: no início de 2014, as taxas de aprovação do seu governo tinham caído relativamente a 2013, com 34% dos inquiridos a darem-lhe uma avaliação positiva em contraste com 64% de votos negativos. No ano anterior, a taxa de aprovação tinha sido de 39%. O estudo, elaborado pelo "Times of Israel" ainda indicava que Netanyahu estava a perder o apoio da direita, de membros de partidos da sua coligação, jovens e que 52% dos inquiridos consideravam que o país estava a tomar uma direção errada (Miller, 2014).

No final deste capítulo, será abordado o impacto da operação militar na popularidade do governo de Netanyahu, servindo esses dados também para discutir o grau de sucesso do processo de securitização. A próxima secção contextualiza alguns números da Operação "Protective Edge" para uma contextualização mais rigorosa dos discursos presentes nas redes sociais.

4.3.2 A Operação "Protective Edge": Em factos e números

De acordo com a página especial criada pelo Blog das FDI para a Operação "Protective Edge", as causas que levaram à ofensiva militar foram: "o disparo sem cessar de rockets de Gaza para milhões de israelitas", notando que 450 rockets tinham sido disparados para Israel desde o início de 2014 (IDF, 2014).

Os objetivos da operação foram: "restaurar a segurança aos israelitas a viverem sob fogo do Hamas"; "desmantelar a rede de túneis usada pelo Hamas para infiltrar Israel"(Ibid)

As FDI consideram a operação um sucesso por terem conseguido destruir 32 dos túneis que identificaram em Gaza e pelo facto do Iron Dome (um escudo de defesa anti-missil) ter intercetado 735 rockets, não apresentando muitos mais números na sua página oficial.

O Jerusalem Post afirma que durante o decorrer da ofensiva, Israel chamou 82,201 reservas do seu exército para a guerra. 224 rockets de Gaza chegaram a atingir zonas edificadas e Israel lançou um total de 5226 ataques em Gaza, sendo 1814 ligados a rockets, 312 a habitações de pessoas envolvidas em terrorismo, 840 ataques aéreos, 192 em instalações militares ou de treino do Hamas e por fim os 32 ataques a túneis (Hartman, 2014). As FDI ainda apontam para a “eliminação” de mais de 750 terroristas (IDF, 2014b)

De acordo com Shamir (2015), a Operação teve três fases: 1) ataques aéreos (8 a de 17 de julho de 2014); 2) ofensiva terrestre para destruição de túneis (17 de julho a 4 de agosto de 2014); 3) retirada terrestre com continuação de ataques aéreos até ao cessar-fogo (26 de agosto).

Em termos de números de baixas, a ONU aponta que do lado palestino, o conflito causou 2131 mortos, 11 mil feridos e cerca de 110 mil deslocados internos, muitos deles a viverem em abrigos da UNRWA, agência das Nações Unidas que apoia refugiados palestinos (UNOCHA, 2014). A ONU aponta ainda que cerca de 11 mil habitações tenham sido destruídas em Gaza, juntamente com outro tipo de infraestrutura civil como escolas, hospitais, redes de saneamento básico e meios de subsistência. O prejuízo de reconstrução ronda os 7,8 mil milhões de dólares (IMEU, 2014).

Já do lado israelita, as baixas rondam os 70 mortos, incluindo 6 civis, e prejuízos de 40 milhões de dólares em danos diretos e indiretos na infraestrutura civil. Um decréscimo do turismo em 26%, representando perdas de 566 milhões de dólares e ainda com impactos de milhares de milhões de shekels na indústria manufatureira e agricultora (YnetNews,2014).

Ao analisarmos estes números, é possível verificar que há uma clara desproporção entre as baixas palestinianas e israelitas durante o conflito. Muitas destas ações tomadas pelas FDI vão ter que ser legitimadas e explicadas não só para o seu público doméstico, mas também para uma comunidade internacional que acompanhava o conflito em direto nas redes sociais. A próxima secção analisará o discurso publicado pelas FDI nas suas contas Youtube, Twitter e Facebook à luz da Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança.

4.4 A Operação “Protective Edge” e as Redes Sociais como meio de securitização

Em 2012, assistia-se à “Primeira Guerra” no Twitter entre as FDI e as milícias do Hamas (Al-Qassam) durante a Operação “Pillar of Defense”. As redes sociais vão voltar a ser palco de confrontos em 2014 durante a Operação “Protective Edge”, com ambas as partes do conflito a tentar conquistar apoiantes e a contar a sua versão da história (BBC Brasil, 2014-06-16).

As redes sociais tornavam-se agora numa “arma de guerra” para Israel, após anos de queixa dos meios de comunicação favorecerem o lado palestino (CNBC, 2014-07-23).) A Tenente Avital Leibovich, criadora das redes sociais das FDI explicava : “*Social*

Media is a Warzone for us... (...) It's our best way to communicate with millions of people without an editor. We can decide which headline (...) pictures and footage to upload to millions of people who use social media as their main source of information". Acrescentava ainda que embora cada exército fosse fechado e tivesse a sua própria linguagem, as redes sociais eram abertas e emocionais, representando nesse paradoxo uma oportunidade de comunicação (CNBC,2014-07-23).

De acordo com os conceitos definidos pela Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança, as redes sociais vão ser o meio discursivo que vai servir de veículo de propaganda à agenda política e militar das FDI e do governo de Israel.

Com base na definição de Buzan et al (1998:6), um processo de securitização tem três fases: 1) identificação de uma ameaça existencial; (2) ação de emergência, (3) efeitos nas relações entre inter-unidades após de uma quebra de regras. Neste caso o ator securitizador (as FDI), ao identificarem uma ameaça existencial (Hamás) vão ter que realizar estes passos para convencer uma audiência de que um objeto referente (Estado israelita, população civil) está em perigo. Para um processo de securitização ter sucesso, é necessário ter “poder social” e algumas condições favoráveis (Buzan et al, 1998:27). Estes fatores interligam-se pois as condições favoráveis consistem na articulação de uma gramática e linguagem de segurança através de um ator que esteja numa posição social forte que lhe permita convencer uma audiência de um problema securitário, outro fator a ter em conta é o contexto onde o ato ocorre (Ibid:32). Consideram-se aqui as FDI, o ator securitizador para o efeito e não ator funcional porque vão ser os principais interlocutores do discurso de segurança para o público especificamente através das redes sociais, que é o nosso objeto de estudo. O caso seria diferente, se fosse o governo israelita a gerir as contas e a comunicar diretamente. Como as FDI desempenham o principal papel na segurança israelita faz sentido também que assumam o papel de ator securitizador.

Na próxima secção serão explicados estes passos com a análise dos conteúdos publicados pelas FDI no Facebook, Twitter e Youtube. A análise começará pela identificação da ameaça existencial, o Hamás, para a passar às medidas de emergência com o início da “Operação Protective Edge” e por fim analisar os efeitos nas relações das inter-unidades, ou seja verificar se a opinião pública (audiência) foi convencida de que a ofensiva militar era necessária para conter a ameaça do Hamás. Esta última fase será complementada com uma análise do efeito do agendamento nestas três redes sociais durante o período analisado (7 de junho a 26 de setembro de 2014).

4.3 Análise do Processo de Securitização através do Facebook, Twitter e Youtube

Para período de análise foram definidas as datas de 7 de junho de 2014 a 26 de setembro do mesmo ano. Ao dar-se atenção aos conteúdos publicados nas três plataformas das FDI nestas datas não estamos só apenas a seguir os passos da Escola de Copenhaga, como também a acompanhar a evolução de movimentação *online* das FDI para acompanhar e justificar a ofensiva militar. Para esse efeito, a análise é feita um mês antes do início da Operação “Protective Edge” (8 de julho de 2014) até um mês após o

fim da ofensiva (26 de setembro de 2014). Serão analisados os conteúdos publicados nas três plataformas nesse período incluindo tweets, publicações de Facebook, imagens e vídeos do Youtube. Com base nas críticas da Escola de Copenhaga, os conteúdos audiovisuais e imagens são elementos de discurso tão importantes ou ainda mais do que palavras atualmente.¹³ Esta ideia é reforçada pela Tenente-Coronel Avital Leibovich, criadora da equipa de redes sociais das FDI, onde afirma a importância das imagens na comunicação: *“People today want to see the visual proof of messages, and this is why we are offering them this possibility”* (Leibovich, 2014 apud CNBC, 2014-07-23).

As plataformas Facebook e Twitter não permitem ver os posts ou tweets antigos na sua totalidade, ao aceder às páginas das FDI. No caso do Facebook, apenas são destacadas as publicações principais na cronologia. Para ter acesso a conteúdos mais antigos recorreu-se a duas ferramentas online de análise de estatísticas: o *Topsy*¹⁴ para o Twitter e ao *FanPageKarma*¹⁵ para o Facebook. No caso do Youtube, os vídeos encontram-se na sua totalidade na página oficial das FDI “Israel Defense Forces”, mas também será utilizada uma página de estatísticas *Social Blade*¹⁶, para analisar o impacto dos conteúdos nos media. Verificar-se-á ainda que a estratégia de comunicação nas três contas seguirá uma sinergia, sendo os mesmos conteúdos publicados simultaneamente de acordo com as especificidades de cada plataforma. Serão dados exemplos com imagens para mostrar esta tendência.

4.3.1 Processo de Securitização: da identificação da ameaça existencial ao quebrar de regras (as redes sociais enquanto interlocutoras)

“It is said that there is no more consequential an activity for a state than making war (...) As such, for a democratic state in particular (...) at no other time does selling its message to the public matter more than during a time of war.” (Baham, 2013:1)

De acordo com a Escola de Copenhaga (1998), um assunto torna-se segurança porque um ator a definiu como tal e não por constituir uma ameaça objetiva a um objeto referente, como por exemplo o Estado. Ao definir esse objeto como um assunto securitário, ou considerá-lo uma ameaça, esse autor está a legitimar que sejam tomadas medidas extraordinárias para conter essa mesma ameaça. Para Buzan et al, segurança tem uma conotação negativa, pois representa a passagem de um assunto de uma esfera de política normal para um plano securitário. A análise da securitização será feita com base nesta lógica, seguindo os passos anteriormente referenciados pela Escola de Copenhaga como fases de um processo de securitização com sucesso: 1) identificação da ameaça; 2) ação de emergência e 3) efeitos nas relações entre interunidades após quebra de regras. Estas fases devem ser acompanhadas por um processo onde o ator securitizador forme um “guião” com linguagem securitária, onde construa uma ameaça, um ponto de não retorno e propor uma possível saída (Ibid:33).A primeira parte da

¹³ Ver capítulo 1.

¹⁴ A ferramenta Topsy deixou de ser disponibilizada pela Apple (The Verge, 2015-12-16).

¹⁵ www.fanpagekarma.com

¹⁶ www.socialblade.com

análise consistirá na primeira etapa do processo de construção da segurança através do discurso: a identificação da ameaça existencial. Conclui-se que esta ameaça é o Hamas com base no discurso e nos eventos que precedem o início da Operação Protective Edge. Normalmente, de acordo com a Escola de Copenhaga, um assunto antes de ser securitizado, encontra-se no plano político ou politizado. No caso do Hamas, como se poderá verificar na próxima secção, a ameaça existencial já se encontrava securitizada.

Identificação da ameaça existencial: Hamas, de um plano politizado para o securitário?

Para efeitos do período de escalada de tensões, ou seja antes do início da Operação “Protective Edge”, serão considerados os conteúdos presentes nas redes sociais entre 7 de junho de 2014 a 7 de julho do mesmo ano. Este período também irá corresponder à fase da Escola de Copenhaga de identificação de ameaças para posterior preparação do uso da força (ação de emergência).

Publicações sobre Gaza e Hamas antes do rapto dos três jovens israelitas: 7 a 12 de junho:

Figura 4: FDI “tweetam” sobre a ameaça do armamento de Gaza (9 de junho de 2014)



(@IDFSpokesperson, 2014-06-09)

Figura 5: Post de Facebook das FDI sobre rocket lançado de Gaza por terroristas. (11 de junho de 2014)



(IDF on Facebook, 2014-06-11)

Figura 6: Post de Facebook sobre envolvimento de equipas de futebol palestinianas com o Hamas (12 de junho de 2014)



Mais tweets¹⁷:

- *“It was supposed to be a quiet day at school for children in Israel, but this morning #Gazaterrorists fired a rocket at Southern Israel” (@IDFSpokesperson, 2014-06-11).*
- *“Since January, over 200 rockets have been launched from #Gaza at #Israel, indicating a significant increase compared to the previous year. (@IDFSpokesperson, 2014-06-11)*
- *What #Israel recently discovered about a member of the #Palestinian national soccer team #WorldCup2014idfblog.com/2014/06/12/isr... (@IDFSpokesperson, 2014-06-12)*

Gaza é aqui percecionada como uma ameaça, incluindo o Hamas que surge mencionado durante uma operação de investigação contra terrorismo. Ao estar a referir Gaza como uma ameaça e o facto de as FDI já estarem a realizar operações de investigação contra o terrorismo, como é o caso da equipa de futebol palestiniana referida em cima, demonstra que no início do período de análise, Gaza e o Hamas já se encontravam percecionados como ameaça, ou seja numa esfera de segurança, embora ainda não justificasse uma intervenção militar. Isto deve-se ao facto de Israel entender que vive sob ameaças existenciais constantes, como foi demonstrado no capítulo anterior. Em relação a Gaza e ao Hamas, Israel já tinha levado a cabo duas operações militares em 2008 e 2012, estando sempre sob clima instável devido a um aumento do disparo de rockets desde janeiro (ver Tweets em cima). Além disso, outras ameaças percecionadas são referidas como o conflito sírio e a questão nuclear iraniana:

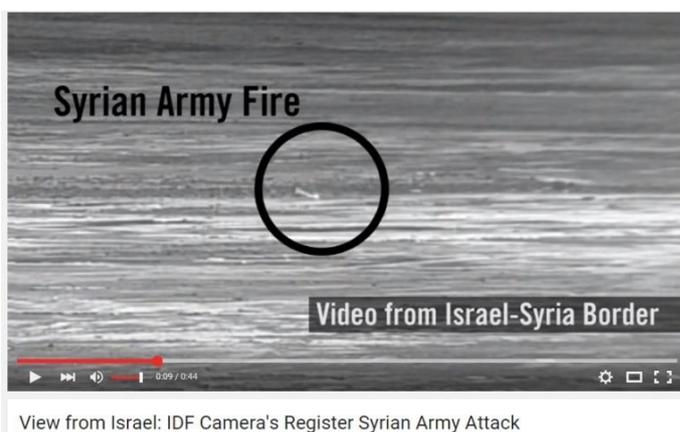
¹⁷ Os tweets em forma de texto já não se encontram disponíveis para visualização no Twitter e foram acedidos através da ferramenta online Topsy.

Figura 7: Comunicado sobre as principais ameaças a Israel pelo Chefe das FDI.



(IDF on Facebook, 2014-06-09)

Figura 8: Vídeo no Youtube sobre um alegado ataque pelo exército sírio:



(IDF on Youtube, 2014-06-11)

É possível também encontrar conteúdos sobre as mais diversas atividades quotidianas das FDI e vídeos históricos de outras intervenções militares no passado. Na primeira semana de análise o volume de publicações vai ser moderado, com 42 *tweets*, 15 posts de Facebook e 4 vídeos carregados para o Youtube. A estratégia de comunicação demonstra um interesse das FDI em manter o seu público cativado, ao mesmo tempo que demonstra outras ameaças existenciais. O cenário vai mudar com o rapto de três rapazes israelitas no dia 12 de junho, mobilizando as FDI para uma operação de salvamento e de detenção de terroristas. Esta vai corresponder à primeira fase da identificação da ameaça existencial. Uma segunda fase ocorrerá quando o Hamas intensificar o disparo de rockets para território israelita.

No dia 13 de junho, dia seguinte ao rapto, são emitidos comunicados no Twitter, Facebook¹⁸ e Youtube¹⁹ sobre o rapto dos três rapazes: *“The three teenagers were last*

¹⁸ Ver link de Facebook: <https://goo.gl/CUs9Vp>

seen last night in the area of Gush Etzion. Forces are conducting a widespread operation in order to locate them” (@IDFSpokesperson, 2014-06-13).

As FDI iniciam as operações de busca e atribuem inicialmente a responsabilização a terroristas palestinos²⁰, acusando os palestinos de celebrarem os raptos e de “descreverem os judeus como ratos”. As FDI acusam o Hamas de serem os perpetuadores dos raptos e posterior homicídio, levando a organização a desmentir as acusações publicamente (Times of Israel, 2014-06-30) facto que nunca vai ser evidenciado pelas FDI nas suas redes. Nesta fase, estão estabelecidas as condições facilitadoras para as FDI reforçarem um discurso de segurança, pois, para além da sua posição social, o contexto (o rapto dos três jovens) vai-lhes permitir formular um discurso securitário de preparação para a tomada de medidas de emergência.

Figura 9: Palestinos acusados de celebrar o rapto dos três jovens israelitas (esquerda)

Figura 10: Hamas é responsabilizado pelas FDI pelo rapto dos três jovens.



(IDF on Facebook, 2014-06-15)



(IDF on Facebook, 2014-06-15).

Tal como no estudo levado a cabo por Richard Jackson (2005) sobre a linguagem da Guerra Contra o Terror nos Estados Unidos, há aqui uma tentativa de construção de identidades para fazer uma distinção de identidades: a do terrorista inimigo e do herói ou vítima nacional. “A linguagem é deliberadamente construída para demonizar e desumanizar o “outro terrorista” para razões políticas específicas” (Ibid.: 62). Em contraste, surge a humanização das vítimas dos terroristas, juntamente com o herói das FDI que vai servir em parte para construir a narrativa que irá normalizar uma posterior intervenção militar, tendo sido utilizada a mesma estratégia pelos Estados Unidos relativamente às vítimas do 11 de setembro (Ibid.: 31).

¹⁹ Ver vídeo de youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=bnSLUFhbejU>

²⁰ Ver publicação de Facebook, onde as FDI responsabilizam “terroristas palestinos”: <https://goo.gl/UvCB8U>

O discurso será feito com base numa retórica de “nós contra eles” exacerbada em conflitos sob uma lógica de superioridade e inferioridade, exacerbada por nacionalismos. Estas retóricas podem distanciar tanto o inimigo de “nós”, que lhe podem ser associadas identidades de animais ou outros seres que não humanos. As FDI, serão cuidadosas com a escolha da linguagem, pois estão a utilizar uma estratégia de comunicação para um mundo inteiro que facilmente os pode condenar pelas suas ações. Dessa forma a sua estratégia passará bastante pela vitimização e por demonstrar uma superioridade em relação ao inimigo na forma como realiza a guerra, em vez de utilizar adjetivos que o desumanizem diretamente. A lógica apresentada vai ser de “nós somos melhores que eles”.

Figuras 11 e 12: Vídeos sobre os três rapazes raptados. “Humanização das vítimas”: um vídeo mostra as caras dos rapazes e outro demonstra o sofrimento dos pais.



(IDF on Youtube, 2014-06-18)



(IDF on Youtube, 2014-06-19)

Figura 13: Campanha das FDI no Twitter: “What if it were your child?”



(@IDFSpokesperson, 2014-06-15)

Entre o dia 13 de junho até ao dia 3 de julho serão publicados cerca de 140 tweets, 41 posts de Facebook e 23 vídeos no Youtube sobre os raptos dos três jovens. Esta será a primeira movimentação nas três contas para identificação do Hamas enquanto ameaça. Em simultâneo, o disparo de rockets por parte do Hamas vai se intensificar após o lançamento da Operação “Brother’s Keeper” pelas FDI a 16 de junho. A Operação visou a busca dos três jovens, juntamente com a detenção de suspeitos de terrorismo. A intensificação de ataques por parte do Hamas vai surgir em retaliação a estas operações (Shamir, 2015).

Figura 14: Detenção de terroristas durante a Operação “Brother’s Keeper”



IDF Special Forces Arrest Terrorist Suspects in Hebron 14/06/2014

(IDF on Youtube, 2014-06-14).

Figura 15: Operações antiterrorismo



(@IDFSpokesperson, 2014-06-16)

Desde o início do período de análise até ao início da Operação “Protective Edge” foram contabilizados 40 tweets, 13 posts de Facebook e 3 vídeos de Youtube a mencionar a palavra “rocket”. Mais uma vez, a culpa dos lançamentos de rockets vai ser atribuída ao Hamas, acompanhada por uma retórica de “Israel ameaçado” e de vitimização, enquanto acusa o Hamas de terrorismo, de lavagem cerebral dos palestinianos :

Figuras 16 e 17: Campanhas no Twitter sobre as ameaças dos Rockets a Israel.



(@IDFSpokesperson 2014-07-07) (@IDFSpokesperson 2014-07-08)

Figura 18: Propaganda contra o Hamas



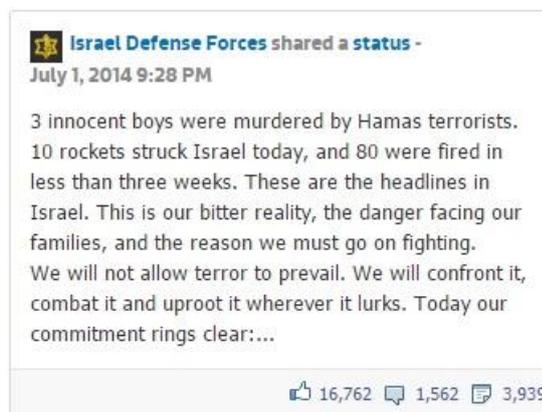
Figura 19: Propaganda contra o Hamas: “Hamas faz lavagem cerebral aos Palestinos”. “(...) *Medical, educational, religious and cultural institutions are used for terrorism in Judea and Samara*”.



(IDF on Youtube, 2014-06-20)

Nesta fase o Hamas é reforçado como uma ameaça existencial, descritos como terroristas. Esta narrativa acompanha o disparo de rockets constante e vai-se intensificar logo após a descoberta dos corpos dos três rapazes raptados no dia 30 de junho e confirmação das suas identidades no dia seguinte, com responsabilização direta ao Hamas e referência ao constante disparo de rockets:

Figuras 20 e 21: FDI confirmam a morte dos três adolescentes e responsabilizam o Hamas, mencionando o disparo de rockets e a necessidade de uma resposta a esta ameaça.



(IDF on Facebook, 2014-07-01) (IDF on Facebook, 2014-07-01)

Após da morte dos rapazes, as FDI vão aumentar os conteúdos referentes aos rockets nas redes sociais até ao início da ofensiva militar (30 de junho a 7 de julho) e os conteúdos sobre estes temas vão aumentar neste período: 11 de 13 posts²¹ de Facebook durante todo o período que antecedeu o início da Operação “Protective Edge”; 2 dos 3 vídeos sobre rockets no Youtube vão ser carregados e serão lançados cerca de 30 tweets. Dias antes da Operação “Protective Edge”, as FDI já anunciavam estarem

²¹ A contagem foi feita através da página das FDI no Youtube tendo em conta as datas e para o caso do Facebook e Twitter através das ferramentas de análise online *Topsy* e *FanPageKarma*.

preparadas para uma ofensiva militar, enumerando os ataques que Israel havia sofrido e a necessidade de haver uma retaliação:

Figura 22: Israel lista os ataques do Hamas no último mês



(IDF on Facebook, 2014-07-08)

Figura 23: Chefe das FDI admite possível uso da força em retaliação contra o Hamas



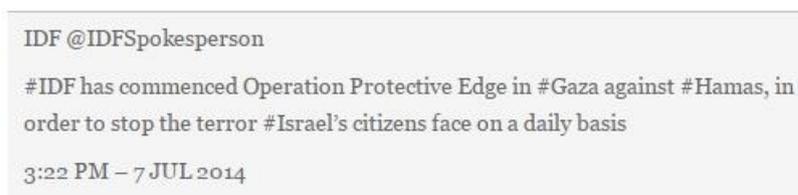
(IDF on Facebook, 2014-07-05)

Ao analisar os conteúdos publicados pelas FDI nas suas redes sociais, o processo de identificação/reforço da ameaça existencial tem duas fases: o rapto dos três jovens a partir do dia 13 de junho, onde após a responsabilização do Hamas é construída uma imagem, não só do Hamas, mas dos palestinianos em volta do terrorismo, barbarismo e

desumanização em contraste com uma imagem dos israelitas enquanto vítimas dos crimes do Hamas. Esta imagem também vai ser construída à medida que os ataques com rockets se vão intensificando, correspondendo essa à segunda fase da ameaça existencial que vai desencadear a Operação Protective Edge, ou seja, “a ação de emergência” ou segunda fase de um processo de securitização da Escola de Copenhaga. Identificou-se nestes conteúdos dois objetos referentes, o Estado israelita e maioritariamente a sua população, vítima constante dos rockets do Hamas. Tal como referido anteriormente, o Hamas já se encontrava na esfera de segurança no início do período de análise devido à linguagem utilizada pelas FDI. Veremos que dentro de todo o processo de securitização no geral, ocorreram tentativas de securitizações mais pequenas, uma relativamente à ameaça que é os rockets e outra que serão os túneis do Hamas. A ação de emergência, ou Operação Protective Edge será dividida entre duas fases: uma ofensiva por via aérea (7 de julho a 16 do mesmo mês) e uma fase de invasão terrestre (17 de julho a 5 de agosto). A secção seguinte analisará a o decorrer da operação, juntamente com a estratégia de comunicação das FDI nas redes sociais para legitimar e justificar as suas ações.

A) Ação de Emergência: Operação “Protective Edge”

Figuras 24 e 25: FDI anunciam início da Operação Protective Edge



(@IDFSpokesperson, 2014-07-07)



(@IDFSpokesperson, 2014-07-08)

A fase que pode ser considerada a ação de emergência segundo a narrativa da Escola de Copenhaga, será a “Operação Protective Edge”, uma ofensiva militar que se vai dividir

em duas fases: uma de ataques aéreos (7 a 17 de julho de 2014), uma invasão terrestre (17 de julho a 5 de agosto de 2014) para depois retomar bombardeamentos aéreos até ao cessar-fogo (26 de agosto de 2014). Ao identificarem uma ameaça existencial, os rockets do Hamas, as FDI consideram que não têm outra alternativa se não o uso da força (ver Tweets em cima). A segunda fase da operação militar, com a invasão terrestre vai ser um reforço à intensificação do disparo de rockets de Gaza e como complemento à destruição da infraestrutura do Hamas, nomeadamente túneis (BBC, 2014-07-18).

Durante a operação militar as contas das FDI estiveram bastante ativas durante os 49 dias da operação militar. Foram publicados cerca de 1,187 *tweets* (Tweetchup,2016), foram feitos 231 posts no *Facebook* (Fanpagekarma,2016) e 141 vídeos no *Youtube* (contabilizados na Página das FDI no *Youtube*). De notar que no início da operação a página das FDI no *Youtube* tinha cerca de 78,150 mil subscritores, passando para cerca de 101,390 no final da ofensiva (SocialBlade,2016), registando um aumento de 15,07 milhões de visualizações durante este período. Já no *Facebook*, o aumento é mais notório: 518,745 fãs no início da operação para 1,386,716 no final, correspondendo a um aumento de 137% (FanPageKarma, 2016). Relativamente ao *Twitter*, foram feitos 1180 tweets durante a ofensiva, contando com 545 mil retweets e 241,756 tweets favoritados (Tweetchup, 2016), não existindo informação fidedigna sobre a evolução do número de seguidores.²² Estes dados serão melhor desenvolvidos e comparados na última secção deste capítulo.

Figura 26: Ataque sob perspetiva aérea



(IDF on Youtube, 2014-07-08)

Figura 27: Vídeo com mais visualizações durante a operação

²² Na data de análise, não existiam plataformas online gratuitas que cedessem estes dados. O Twitter também não fornece dados para todos os tweets anteriores a 7 de julho de 2014 . Ver (Tweetchup, 2016)



(IDF on Youtube, 2014-07-08)

Já em conflitos anteriores, nomeadamente em 2008 e 2012, as FDI utilizaram uma estratégia de vídeos de perspectiva aérea com cores a determinar alvos, para posteriormente serem abatidos. Isto provou ser um fator de sucesso durante a Operação “Cast Lead” em 2008 em termos de visualizações e subscritores (Kunstman e Stein, 2015:27). O vídeo em 2014 com maior número de visualizações também vai mostrar uma perspectiva aérea, juntamente com outra terrestre, embora a uma longa distância de “terroristas do Hamas a serem neutralizados” ao infiltrarem território israelita.

A estratégia das FDI não vai só passar por publicações de vídeos onde mostram alvos a ser aniquilados, a sua campanha contra o Hamas vai persistir e servir para legitimar os seus ataques. Tal como referido anteriormente durante a análise da ameaça existencial, a construção da imagem do Hamas vai ser em volta de uma identidade associada ao terrorismo e durante a Operação as FDI vão tentar manter esta imagem através do discurso. Embora, não exista um consenso sobre a noção de terrorismo a nível internacional e académico²³, em Israel a utilização da palavra terrorismo tem servido como arma para fins ideológicos, com base num discurso de desumanização e deslegitimação ao longo dos anos dos vários inimigos considerados “terroristas” ao longo do conflito (Brolin, 2014). No que concerne a construção social de terrorismo, Joel Best (2012) afirma “o que é definido como terrorismo são apenas afirmações: uma pessoa ou um grupo tem de convencer o público geral e as autoridades públicas que este é um problema digno da nossa atenção”. Outra parte importante são os “rótulos”, Moghadam et al. (2014) afirmam que a utilização generalizada do rótulo “grupo

²³ Ver (Jewish Library,2015) ; Moghadam et. Al, 2014 e Gordon e Lopez (1999)

terrorista” tem a ver com fatores psicológicos e instrumentais. Psicológicos na medida em que “o terrorismo evoca repugnância e medo nas sociedades, criando assim uma rejeição aos seus fins e agentes”, juntamente com “crença de que os terroristas são únicos na sua malvadez”. Instrumental, na medida que ao rotular estes grupos, pode servir para enfraquecê-los, nomeadamente “denunciando constantemente os seus comportamentos violentos mais inaceitáveis” e dessa forma cortando o seu apoio público.

Tweets sobre Hamas e as suas “estratégias” de guerra:

- *“Hamas’ strategy is simple: Use civilians as human shields. Fire rockets from residential areas. Store weapons in mosques. Hide in hospitals.”* (@IDFSpokesperson, 2014-07-13)
- *“#Hamas deliberately and systematically uses men, women and children as human shields <http://www.idfblog.com/blog/2014/07/08/hamas-uses-human-shields/>”* (@IDFSpokesperson, 2014-07-08)

Figura 28: Hamas viola o “Direito Internacional”



(IDF on Facebook, 2014-22-07)

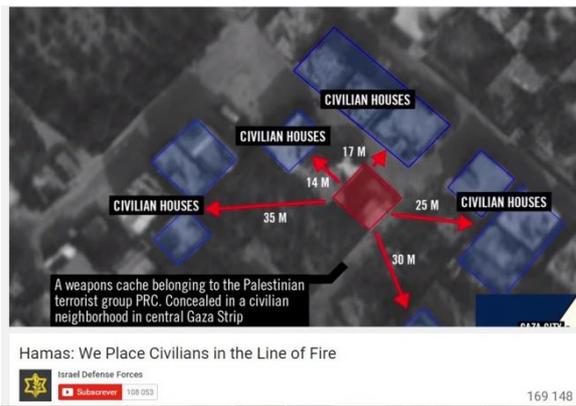
Figura: 29, 30 e 31:IDF acusam mais uma vez o Hamas de utilizar civis de Gaza para fins militares



(IDF on Facebook, 2014-28-07)



(IDF on Youtube, 2014-01-08)



(IDF on Youtube, 2014-07-18)

Há uma tentativa de transparecer um Hamas terrorista, desumanizado e despreocupado com o bem-estar da população de Gaza. Tal como Spencer (2007) refere há uma tentativa de separação de identidades em relação ao inimigo. Há uma lógica “de tornar o inimigo o mais malévolo possível”(Ibid:nd) sendo que quanto menos humano o inimigo for caracterizado mais fácil se torna matá-lo. A estratégia de construção de identidade do Hamas enquanto terroristas, utilizou uma linguagem mais subtil, com poucos ou nenhuns adjetivos, em contraste à que Jackson (2005) em “Writing the War on Terrorism” afirmou que os Estados Unidos utilizaram na Guerra Contra ao Terror, onde denominam os muçulmanos de “bárbaros”, “extraterrestres”, etc.. Em contraste, vão tentar passar a imagem precisamente contrária em relação a eles, para demonstrar o quão são melhores e superiores que o Hamas, nomeadamente em questões humanitárias:

Figuras 32, 33 e 34: FDI publicam vídeos a explicar as suas ações humanitárias durante a guerra



(IDF on Youtube, 2014-07-25)



(IDF on Youtube, 2014-07-25)



(IDF on Youtube, 2014-07-22)

Este tipo de distanciamento em relação ao inimigo vai permitir as FDI tentarem justificar e legitimar as suas ações militares. No entanto, vão surgir várias críticas por parte dos media internacionais, organismos internacionais como a ONU, ONGs e até acusações de Israel estar a utilizar a sua doutrina militar “Dayiha²⁴”, criada pelo Comadante Eisenkot durante a Guerra do Líbano de 2006 e onde Israel foi acusado de uso desproporcional da força ao bombardear um bairro inteiro (Khalidi, 2014).

c) Ação de Emergência: Da invasão terrestre às críticas internacionais do uso da força

Outra ameaça identificada pelas FDI e identificada como o principal objetivo da Operation Protective Edge (IDF Blog, 2015) foram os túneis do Hamas, “utilizados para fins militares”, “disparo de rockets” e para infiltrar Israel (ver figuras em baixo).

Figuras 35 e 36: FDI anuncia operação terrestre no Facebook e explicam as ameaças que os túneis representam para Israel

²⁴ A doutrina “Dayiha” consistiu na destruição intensa de um bairro civil com o mesmo nome durante a Guerra de Israel contra o Líbano de 2006, onde o objetivo passa por enfraquecer o inimigo através de uma aniquilação quase total de infraestrutura (Cook, 2009)



(IDF on Facebook, 2014-07-18)



(IDF Blog, 2014) Também compartilhada nas redes sociais.

Durante o período de análise, os túneis foram mencionados pelas redes sociais das FDI:123 tweets sobre o tema, juntamente com 33 posts no Facebook e 30 vídeos carregados no Youtube. A maioria das publicações foram feitas durante a invasão terrestre de Gaza, sendo mencionados na última vez no dia 7 de agosto após as FDI anunciarem a destruição de 32 túneis.

Figura 37: FDI anunciam no Facebook a destruição dos túneis



(IDF on Facebook, 2014-08-07)

Porém, após a operação terrestre os bombardeios aéreos vão-se manter até dia 26 de agosto, dia do cessar-fogo proposto pelo Egito (Jerusalem Post, 2014-08-26). Pelo fim do conflito o Hamas enfraquecido, acabou por aceitar o cessar-fogo proposto pelo Egito (Shamir, 2015), isto deveu-se a vantagem militar de Israel sobre o Hamas, devido a maior poder e organização militar (Ibid).

Um dos pontos altos do conflito vão ser as críticas à questão da proporcionalidade de guerra e do uso excessivo da força por parte de Israel. Algumas das críticas vão chegar de organismos como a ONU (The Guardian, 2014-08-03).

A questão da proporcionalidade da guerra, que significa que o uso da força não pode exceder proporções superiores às necessárias para atingir um objetivo militar (Rose, 2014) Implícito neste conceito está o princípio legal de que o uso da força só pode ser levado a cabo para atingir alvos militares, sendo que infraestruturas ou pessoas civil constitui uma violação (Ibid).

Navi Pillay, Alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, vai acusar Israel de violações do direito internacional, referindo até a possibilidade de ter cometido “crimes de guerra” (BBC, 2014-07-23). Esta acusação vai ser reiterada pela ONG Amnistia Internacional (Amnesty International, 2014-07-30), juntamente com um apelo aos Estados Unidos por um embargo de armas (Amnesty International, 2014-08-04).

Os Estados Unidos vão condenar as ações de Israel, após o ataque a uma escola das Nações Unidas em Gaza (The Guardian, 2014-08-03) sendo este considerado um “acto criminoso” pelo Secretário-geral, Ban Ki-moon (UN News Centre, 2014-08-03). Outros membros do Conselho de Segurança da ONU, como o Reino Unido, condenam “o bombardeamento de escolas” e França afirma que “a morte de crianças e chacina de civis é injustificável” (DailyMail, 2014-08-04). Países da América como Brasil, Equador, Chile, Peru e El Salvador suspenderam as suas relações diplomáticas com Israel em protesto contra a ação militar (Vermelho, 2014-09-13).

Israel atingiu infraestruturas civis como a única central elétrica de Gaza (The Guardian, 2014-07-30) e escolas das Nações Unidas em Gaza (The Guardian, 2014-07-24), vindo esta organização afirmar que 7 em cada 10 das mortes em Gaza eram de civis, afirmação que vai ser rejeitada firmemente por Israel (Washington Post, 2014-08-29).

A postura de Israel nas redes sociais vai ser de defesa contra estas acusações e tentar justificar mais uma vez a necessidade das ofensivas, acusando o Hamas de utilizar infraestrutura civil para fins militares, ao contrário de Israel que facilitava ajuda humanitária (ver página em cima) e poupava alvos civis.

Figuras 38, 39, 40, 41 e 42: FDI respondem às acusações internacionais, legitimando o uso da força com as atividades terroristas do Hamas



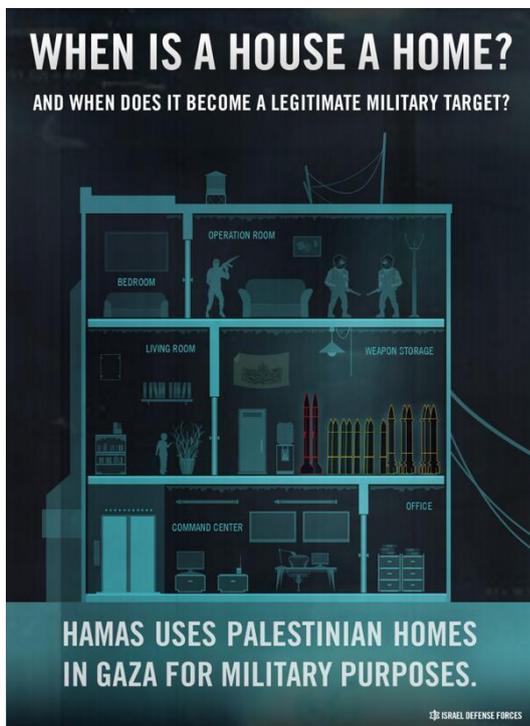
(IDF on Facebook, 2014-07-10)



(IDF on Facebook, 2014-07-31)



(IDF on Facebook, 2014-08-02)



IDF Aborts Airstrike When Civilians Appear Near Target

(@IDFSpokesperson, 2014-07-10)

(IDF on Youtube, 2014-07-27)

Outra estratégia passou por interagir com os seguidores estrangeiros das páginas ao colocarem a pergunta “O que faria com 15 segundos?” (O tempo que os israelitas têm para fugir de ataques de rockets), mostrando imagens do Reino Unido, França e Índia como se estivessem sob ataque de rockets, sendo essa a realidade em Israel. Ao lançarem este tipo de vídeos direcionados a uma audiência estrangeira as FDI, não estão só a responder às suas críticas como estão abordar diretamente o seu público estrangeiro.



(IDF on Youtube, 2014-05-07)

B) Da persistência do discurso securitário às relações entre interunidades após a quebra de regras

A Operação “Protective Edge” termina no dia 26 de agosto de 2014 (IDF Blog, 2015). No entanto, ao analisar os conteúdos publicados pelas FDI durante o mês de setembro, o discurso relativamente ao Hamas mantém-se securitizado:

- “*READ: Hamas terrorists admit to using civilian buildings as cover for their military activity.* <http://www.idfblog.com/blog/2014/08/27/hamas-terrorists-confess-using-human-shields/>” (@IDFSpokesperson, 2014-09-01)

- *Instead of teaching from this school compound, Hamas used it to fire over 50 rockets at Israeli civilians* (@IDFSpokesperson, 2014-09-17)

A necessidade de manter o discurso securitizado em relação ao Hamas tem a ver com a fragilidade do cessar-fogo assinado, não só por sucessivas violações de anteriores tréguas pelo Hamas (BBC, 2014-08-26) mas também para continuar a sua estratégia de legitimação da guerra, mostrando por exemplo o interior dos túneis usados pelo Hamas para chegar a Israel²⁵. Por outro lado, o Hamas continuava a ser visto como uma ameaça existencial para Israel, tal como já era antes do conflito ter iniciado.

A terceira e última fase de um processo de securitização bem-sucedido, segundo Buzan et al. (1998) é as alterações das relações entre interunidades, após uma quebra de regras. Esta quebra de regras quebra com as políticas normais, sendo neste caso o uso da força (políticas de emergência). Por efeitos nas interunidades, entende-se o impacto do processo securitário na audiência alvo para o qual este foi dirigido. No início desta dissertação, foram apresentadas algumas críticas à Escola de Copenhaga por precisamente não apresentar formas de medir o grau de sucesso de um processo de securitização. Na última secção deste capítulo, recorre-se a uma sistematização de dados relativamente aos conteúdos publicados pelas FDI nas três redes sociais de forma a entender melhor como o processo de securitização foi desenvolvido e tentar medir o seu impacto mediático no universo das redes sociais, através de uma contabilização do número de conteúdos publicados por ordem cronológica e por temas dentro das unidades de um processo de securitização da Escola de Copenhaga. Por fim, serão apresentados gráficos que permitem comparar dados sobre a evolução do desempenho das três contas das FDI nas redes sociais.

²⁵ Ver: (IDF on Youtube, 2014-09-02)

4.4 As Redes Sociais, Efeitos do Processo de Securitização e Impacto Mediático

a) Volume de Publicações por Redes Sociais: Entender o enquadramento do Processo de Securitização

Durante o período analisado de 7 de junho a 26 de setembro de 2014 foram contabilizados no total, através do motor de pesquisa *Topsy*, 1718 *tweets*, 359 posts de *Facebook* e 182 vídeos do *Youtube*.

O número de publicações coincide com o decorrer da Operação Militar, sendo que no período que a antecede, intensifica-se e acaba por decrescer no período final da operação e após o final desta, como podemos ver no quadro 2.

Quadro 2: Número de Tweets, Posts e Vídeos por ordem cronológica

Datas	Número de Tweets	Número de posts do Facebook*	Número de Vídeos do Youtube
07.06.2014 a 14.06.2014	42	15	4
14.06.2014 a 21.06.2014 (Semana após o rapto dos três rapazes)	148	26	17
21.06.2014 a 28.06.2014	104	11	7
28.06.2014 a 05.07.2014	68	14	3
05.07.2014 a 12.07.2014 (Início da Operação “Protective Edge”)	272	44	32
12.07.2014 a 19.07.2014	258	43	35
19.07.2014 a 26.07.2014	259	45	31
26.07.2014 a 02.08.2014	172	40	29
02.08.2014 a 09.08.2014	137	37	10
09.08.2014 a 16.08.2014	36	13	2
16.08.2014 a 23.08.2014	68	16	3
23.08.2014 a 30.08.2014 (Final da Operação)	54	12	4
30.08.2014 a 06.09.2014	30	11	1

06.09.2014 a 13.09.2014	17	12	-
13.09.2014 a 20.09.2014	23	10	2
20.09.2014 a 26.09.2014	30	10	2
TOTAL	1718	359	182

O número de publicações acompanha o decorrer das Operações e acontecimentos principais, sendo que existe um maior número de publicações após o incidente que levará à escalada de tensões (o rapto dos três jovens) e quando começam a ser tomadas as medidas necessárias para responder à ameaça de forma a legitimá-las (Operação Protective Edge), sendo isto evidente por um maior volume de conteúdos publicados online durante os 49 dias da ofensiva (8 de junho a 26 de agosto), para depois voltarem a decrescer durante setembro.

Outra forma de analisar a consistência do discurso securitário, ou segundo Buzan et al (1998), “a gramática da segurança” através de um guião (estratégia de comunicação) nas redes sociais é verificar o número de tweets, posts e vídeos conforme as suas temáticas ou assuntos:

Quadro nº3: N° de conteúdos publicados por tema e datas

Tema:	N° de Tweets	N° de posts (Facebook)	N° de vídeos do Youtube	Datas
Rapto dos Três Rapazes (Evento que leva à escalada de tensões)	140	41	23	08.06.2014 a 03.07.2014
Rockets (Ameaça)	311	79	27	07.06.2014 a 26.09.2014
Hamas (Ameaça)	539	192	56	07.06.2014 a 26.09.2014
“Terror/Terrorism/Terrorists”	339	104	12	07.06.2014 a

(Ameaça)				26.09.2014
Túneis (Ameaça)	123	33	30	08.06.2014 a 07.08.2014
Outros grupos militares e conflito sírio (ameaça)	24	6	1	07.06.2014 a 26.09.2014
Israel (Estado, civis, vítimas)(Objeto de referência)	505	76	27	07.06.2014 a 26.09.2014
Operation Protective Edge (Ação de emergência)	69	25	4	07.07.2014 a 26.09.2014

Para chegar a estes números procedeu-se à contagem do número de conteúdos publicados a partir das páginas oficiais do *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* das FDI. No caso do *Twitter* e *Facebook* por não permitirem o acesso a conteúdos antigos na sua totalidade, foram utilizadas as ferramentas de análise estatística online *Topsy*, *Tweetchup*, *Twimemachine* e *Tweetstats* no primeiro caso e *FanPageKarma* no segundo. Para o *Youtube* a contagem foi feita diretamente da página oficial das FDI em inglês: “ifdnadsk”.

Os quadros permitem-nos observar como o processo de securitização foi enquadrado ao longo do tempo, não só por uma lente cronológica mas também por uma categorização dos conteúdos por temas. Dessa forma, o maior período de atividade online das FDI durante o período analisado foi durante a Operação “Protective Edge” chegando a ter num espaço temporal de uma semana 272 tweets publicados, 35 vídeos no *Youtube* e 45 publicações no *Facebook*. O volume de publicações vai se manter alto nas primeiras semanas da ofensiva militar para depois começar a decrescer para o fim da operação e cair substancialmente durante o mês de setembro. Esta tendência corresponde a uma publicação de conteúdos por parte das FDI para justificar e legitimar as suas ações militares, como foi possível observar ao longo deste capítulo. Não menos importante é o evento que leva ao rapto dos três jovens israelitas e a Operação “Brother’s Keeper” que mereceu um destaque em volumes de publicações por parte das FDI no período antes da

operação militar, também servido para enquadrar o processo de securitização desde o seu início.

Relativamente a sistematização de conteúdos por temas e para entender a forma como o processo de securitização foi levado a cabo pelas FDI através das suas redes sociais, dividiram-se os conteúdos por temas de acordo com as unidades de um processo securitário da Escola de Copenhaga. De notar que alguns temas são mencionados mais do que uma vez numa publicação e para efeitos de contabilização, procedeu-se à contagem por categorias temáticas em vez de pelo número de vezes que uma palavra é mencionada num texto. Por exemplo, se a palavra “rockets” surgir três vezes numa post de Facebook, vai contar apenas como um post sobre este tema em vez de três.

Os temas permitem-nos observar quantos vezes foram publicados conteúdos sobre as temáticas, ajudando-nos assim a entender melhor a forma como a linguagem e gramática de segurança foram sendo construídas ao longo do tempo. Observando o quadro, chegamos à conclusão que a palavra com mais publicações foi “Hamás”. Na ótica de Buzan et al. (1998:33) o ato discursivo da segurança é um “guião” que tem de ser construído apresentando uma ameaça existencial, que requer medidas de emergência para ser “resolvida”. Na categoria de ameaças existências, surge em primeiro lugar a palavra “Hamás” (787 publicações no total), seguido de “terrorismo, terror e terrorista” (455), “rockets” (417) e “túneis” (186). No total, as publicações sobre ameaças correspondem a 1876. Todas as categorias em cima correspondem à principal ameaça, o Hamás, dividindo-se em subcategorias como “terrorismo, terrorista, terror”, “rockets” e “túneis”. Durante o período analisado, outras ameaças como o conflito sírio e o Hezbollah no Líbano surgem apenas 31 vezes comparativamente a 1845 publicações relacionadas com o Hamás.

Um dos aspetos importantes também de um processo de securitização é determinar para quem o ato discursivo de segurança vai servir, o objeto referente. Para realizar esta contagem, procuraram-se as publicações que continham Israel enquanto Estado, israelitas enquanto população em geral sob ameaça e as vítimas do Hamás. Estes termos surgem no total 608 vezes durante o período de análise. O seu número alto deve-se à articulação do discurso em relação à ameaça existencial e o seu objeto referente e também para quem as medidas de emergência vão servir para “restaurar a segurança”.

Já na categoria de medidas de ação de emergência (Operação Protective Edge) vão surgir 98 vezes. Neste caso a contagem foi feita pelo número de conteúdos que mencionavam o nome da Operação diretamente. Se se tiver em conta o número de conteúdos publicados durante o período da ofensiva que sejam relacionados com esta, mas não mencionem o seu nome diretamente, obtém-se um número bastante maior como é possível observar no Quadro 2.

De forma a tentar medir o impacto do processo de securitização através das redes sociais, procedeu-se à análise do desempenho de cada conta nas FDI. Isto permite tirar conclusões sobre o alcance da estratégia de comunicação da FDI. Após a análise será feita uma ponte com o efeito de agendamento dos media e por fim serão tiradas

conclusões com mais dados sobre o processo de securitização de um ponto de vista doméstico em Israel.

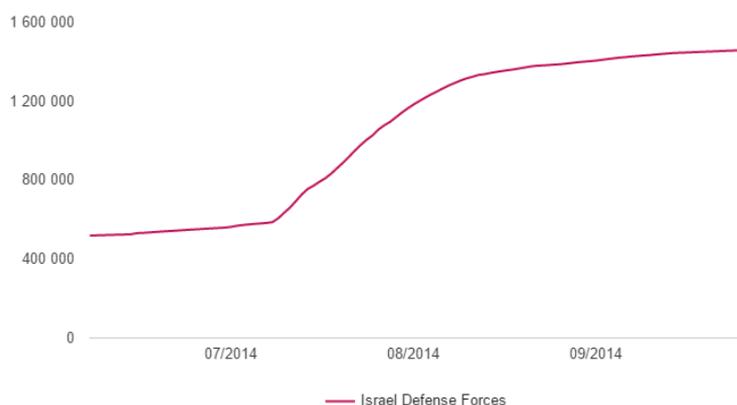
B) Impacto das FDI nas redes sociais: Evolução do desempenho das páginas

Para chegar aos dados relativamente à evolução e ao impacto das publicações das FDI nas redes sociais utilizaram-se mais uma vez as ferramentas *online* em cima mencionadas para o efeito para contabilizar o impacto da estratégia de comunicação. Cada uma das três redes sociais analisadas tem as suas especificidades, sendo que estas serão explicadas ao longo desta análise.

1. Facebook

O *Facebook* das FDI (Israel Defense Forces) contava com 518,745 fãs²⁶ no início do período analisado (7 de junho de 2014) para passar a ter 1,457,580 no final (26 de setembro de 2014).

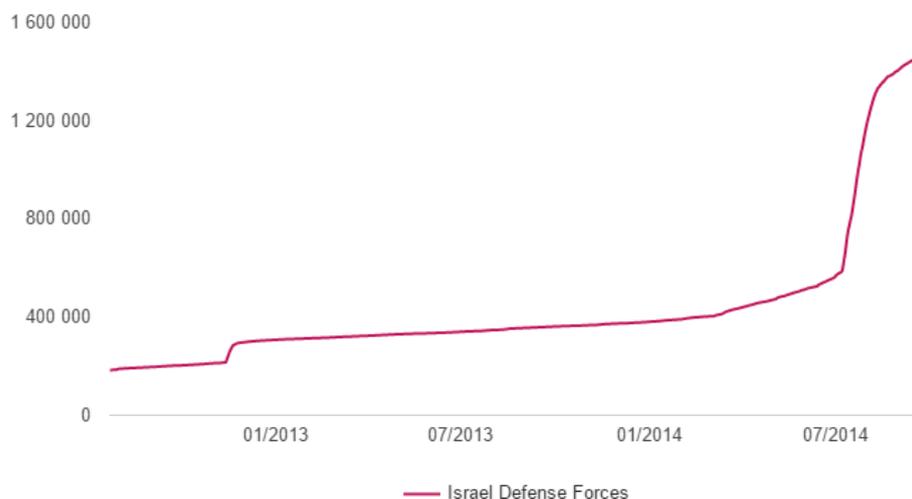
Gráfico 1: Evolução do número de fãs entre 7 de junho a 26 de setembro de 2014



(FanPageKarma,2016)

²⁶ Estes dados são fornecidos pela página FanPageKarma, na secção “History and Benchmarking” que permite aceder a dados históricos da evolução da página.

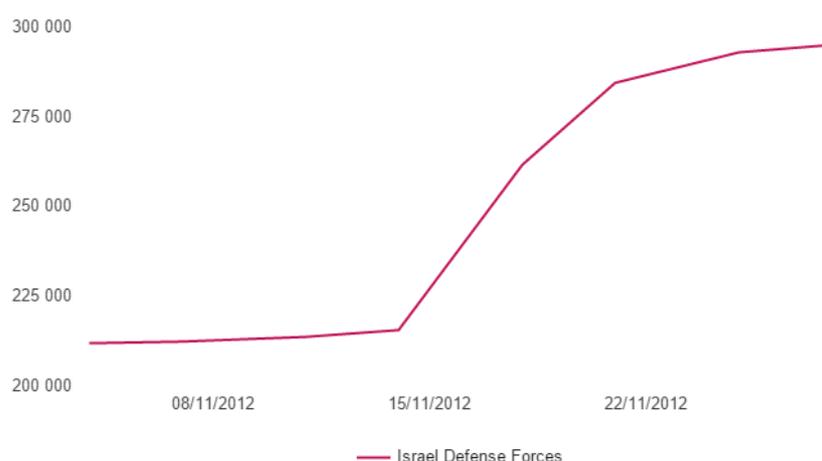
Gráfico 2: Comparação da evolução do número de fãs desde o ano de início de 2012



(FanPageKarma,2016)

Ao observarmos os gráficos permite-nos concluir que as FDI conseguiram ter o maior desempenho no *Facebook* durante a Operação “Protective Edge”, tendo neste período o seu número de fãs crescido 181% (FanPageKarma,2016). A evolução em termos de crescimento de fãs é notória relativamente por exemplo a 2012²⁷, ano em que as FDI levaram a cabo a sua Operação “Pillar of Defense” de 14 a 21 de novembro, tendo nesse mês a página crescido de 211,785 fãs para 284,899 (Ibid), tendo a página crescido apenas 39% no período de 1 a 30 de novembro de 2012:

Gráfico 3: Evolução do número de fãs durante novembro de 2012

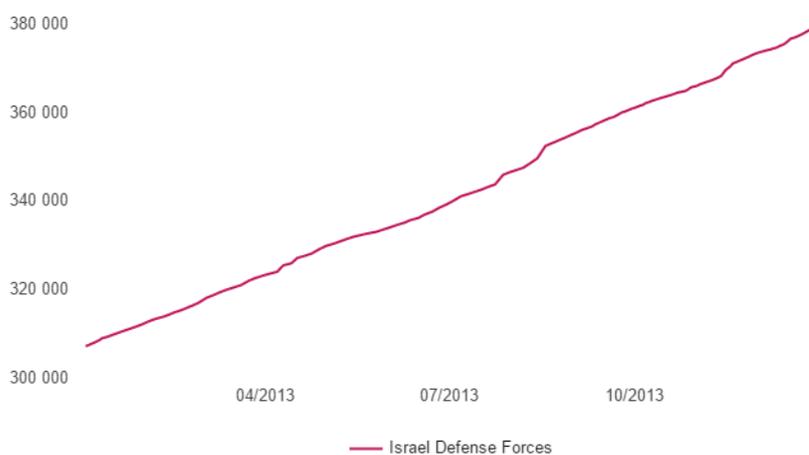


(FanPageKarma,2016)

²⁷ A página só apresenta dados até 1 de janeiro de 2012.

O mesmo se aplica se a comparação for feita relativamente a 2013, um ano onde as FDI não realizaram nenhuma intervenção militar, embora o crescimento da página durante esse ano seja notório à mesma.

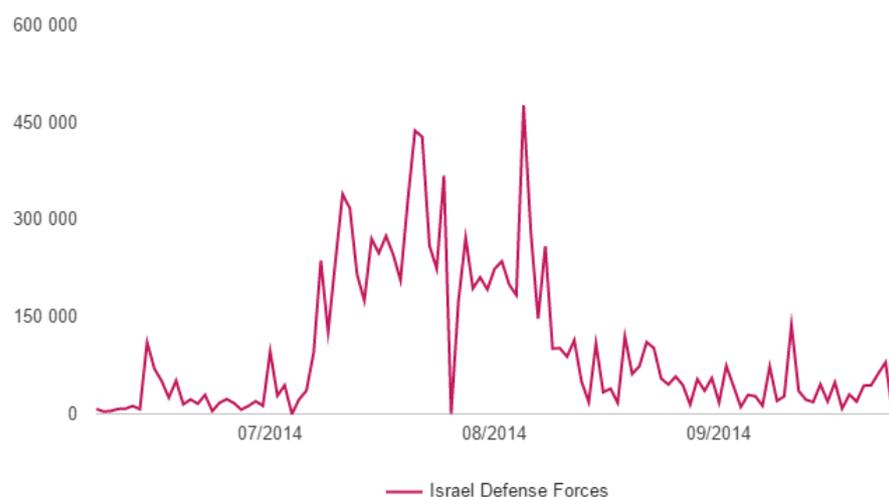
Gráfico 4: Evolução do número de fãs entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013



(FanPageKarma,2016)

Relativamente ao número total de “gostos, partilhas e comentários”, o período analisado de 2014 apresenta números maiores relativamente ao mesmo período em 2013 ²⁸e durante a Operação “Pillar of Defense” em 2012.

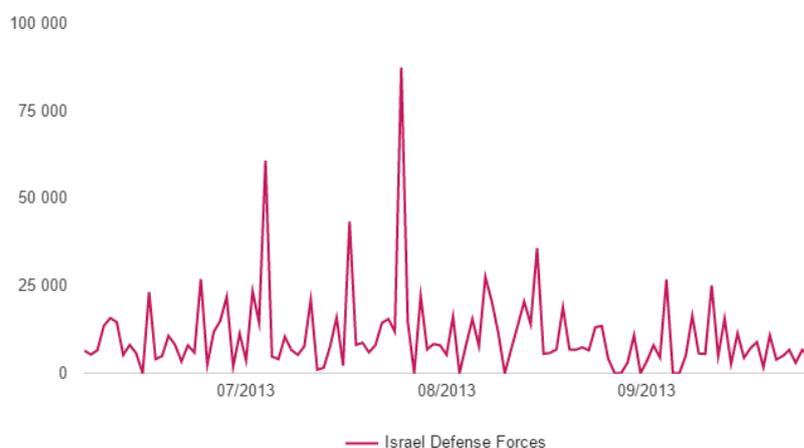
Gráfico 5: Evolução do número total de “gostos”, comentários e partilhas na página da FDI durante o período de análise



(FanPageKarma,2016)

²⁸ O gráfico não mostra estatísticas para o ano inteiro, apenas para períodos temporais mais curtos. Dessa forma, considera-se o mesmo período (7 de junho a 26 de setembro) de 2013 para efeitos de comparação.

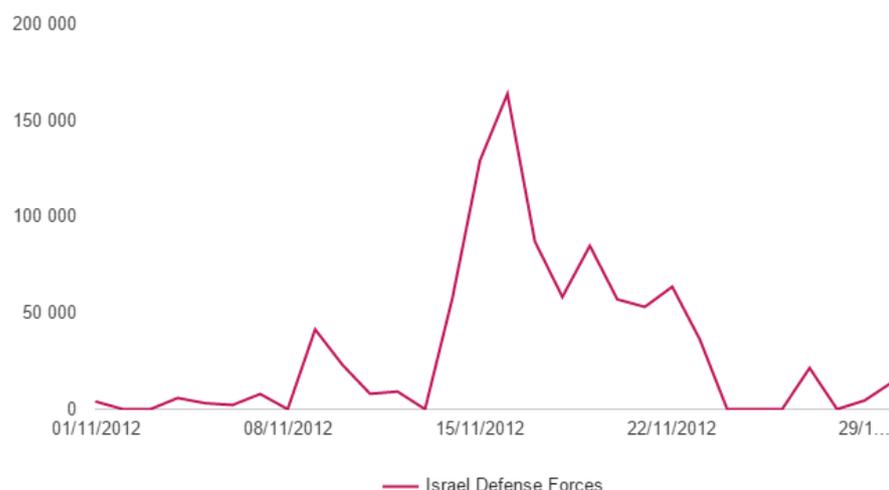
Gráfico 6: Evolução do número total de “gostos”, comentários e partilhas durante o mesmo período em 2013.



(FanPageKarma,2016)

Os picos do mesmo período em 2013 devem-se a publicações sobre o quotidiano de soldados das IDF. A publicação com maior número de “gostos”, comentários e partilhas demonstra um soldado a pedir “gostos”.²⁹

Gráfico 7: Evolução do número total de “gostos, comentários e partilhas” durante o mês da Operação “Pillar of Defense”



(FanPageKarma,2016)

Relativamente a estes três períodos regista-se uma tendência de maior resposta aos conteúdos publicados pelas FDI na sua página de *Facebook* em 2014. Neste ano, ou no

²⁹ Ver link direto: <https://goo.gl/u0YVok>

período de análise (7 de junho a 26 de setembro de 2014) as FDI começam com 7,687 “gostos”, comentários e partilhas, atingindo o seu maior valor no dia 5 de agosto (476,333) (O post é sobre os túneis do Hamas e afirma “*Every Hamas tunnel is a school, a hospital, a library that will never be built*” (IDF on Facebook, 2014-08-15). O número cai para 79,534 no final do período de análise e um mês depois do final da Operação Protective Edge.

Comparativamente ao mesmo período de 2013, o desempenho a nível de resposta por parte do público é mais fraco: 07/06/2013: 5,336; 25/07/2013: 87,347 e 25/09/2013 a 6,629.

Já em 2012 no mês de novembro, inicia com 4,024 no dia 01/11/2012 para a passar para 163,525 durante a Operação “Pillar of Defense” no dia 16/11/2012 e cair para 13,928 no final do mês.

Ao se analisarem estes gráficos e valores é possível concluir que a página de Facebook das FDI teve o seu maior desempenho durante a Operação “Protective Edge” alcançando mais fãs e mais resposta aos seus conteúdos. É também possível concluir que as contas não só cresceram mais durante os períodos de intervenções militares, como provocaram maior resposta por parte da audiência.

2. Twitter

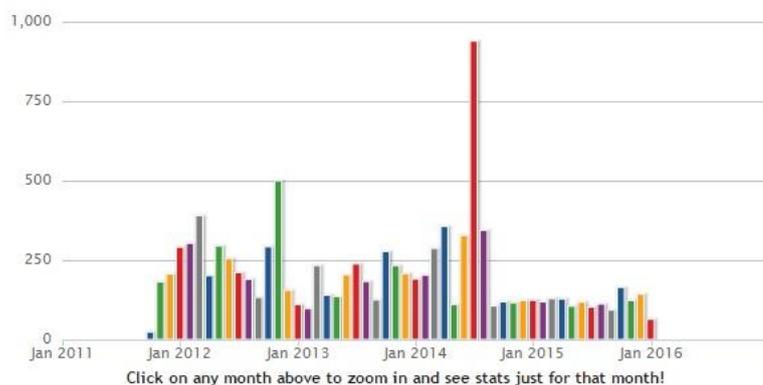
Relativamente ao *Twitter* a análise do desempenho de página teve que ser feita de forma diferente. Foram utilizadas mais páginas de estatística não só para aceder a conteúdos como o *Topsy* e *Twimemachine* após a primeira ter sido desativada. Para análise estatística foram utilizadas as páginas *Tweetchup* e *Tweetstats*.

O processo de análise do desempenho da página das FDI teve que ser diferente neste caso das outras duas redes sociais. Não só pelo Twitter não fornecer dados relativamente ao período anterior a 8 de julho de 2014 (*Tweetchup*, 2016) e por não ser possível termos acesso à evolução do número de seguidores ao longo dos anos de existência da conta durante o período de realização desta dissertação.

Dessa forma, será medida a atividade pelo número de Tweets postados ao longo dos anos desde outubro de 2011 pela conta *IDFSpokesperson* no Twitter. Posteriormente serão contabilizados os retweets e “favoritos” durante o período de análise comparativamente ao mesmo no ano seguinte (2015) por não ser possível aceder aos *tweets* dos anos anteriores. A página das FDI no Twitter contava com 516,000³⁰ seguidores no início de 2016.

³⁰ Ver quadro 1

Gráfico 8: Evolução do número de *tweets* publicados pelas FDI ao longo dos anos (2011-2016)

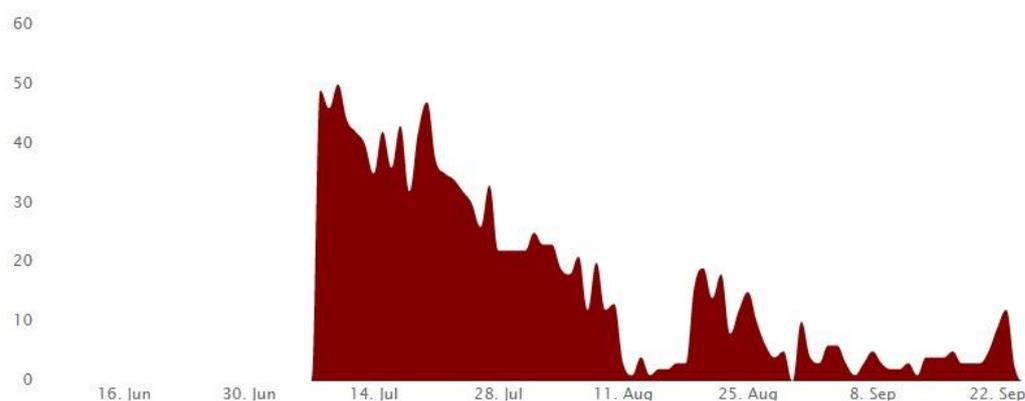


(Tweetstats,2016)

Observando os números através da página do *Tweetstats*, as FDI em outubro de 2011 as FDI publicaram 24 *tweets*. Atingem o seu primeiro recorde de volume de *tweets* em novembro de 2012 com 500 *tweets* (Operação “Pillar of Defense”), atingindo a marca de 939 em julho de 2014 com a Operação Protective Edge. Observando o gráfico, mais uma vez durante períodos onde as FDI não realizam intervenções militares o seu número de publicações baixa tendencialmente. Isto verifica-se no período de análise (7 de junho a 26 de setembro de 2014), com 106 *tweets* publicados em setembro relativamente aos 939 de julho e 344 de agosto, os meses da ofensiva militar. Até 2016 os números vão-se manter abaixo dos 250.

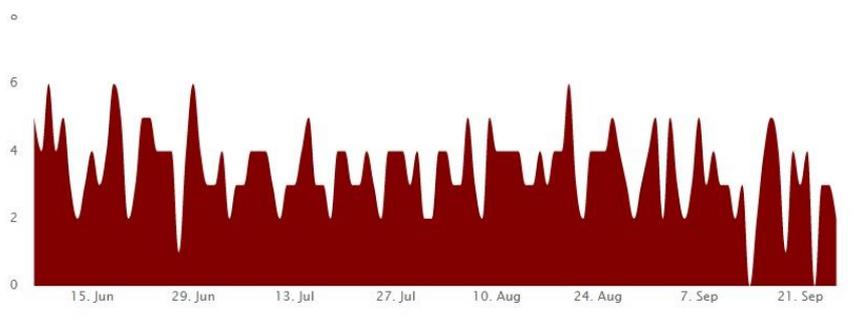
Gráfico 9: Número de *tweets* entre 8 de julho e 26 de setembro de 2014

* IDF didn't post any tweets before Jul 8, 2014 (or Twitter doesn't give access to them)



(Tweetchup,2016)

Gráfico 10: Número de *tweets* entre 7 de junho e 26 de setembro de 2015



(Tweetchup, 2016)

Mais uma vez como é observável nos gráficos o número de *tweets* durante o período de análise é bastante maior comparativamente ao mesmo período em 2015.

Outros dados relevantes fornecidos pela página *Tweetchup*, é o número de retweets, favoritos e percentagem dos *tweets* que representam respostas diretas a *tweets* de outros utilizadores.

Quadro nº3: Desempenho no Twitter

Datas	Retweets	Favoritos	Tweets Resposta (%)
8 de julho a 26 de setembro de 2014	573,555	261,052	83%
7 de junho a 26 de setembro de 2015	48,198	54,284	1,5%

Dados: (Tweetchup, 2016)

Olhando para a tabela, é possível observar que as FDI atraíram mais atenção do público durante o período analisado do estudo de caso do que relativamente ao mesmo período no ano seguinte. Também é possível verificar maior envolvimento direto das FDI nas respostas durante o período em que houve uma intervenção militar do que um período de paz em 2015.

3. Youtube

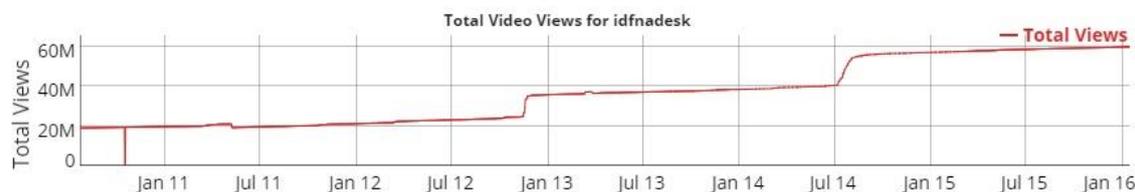
Para avaliar o desempenho da conta das FDI no *Youtube*, “idfnadesk”, analisaram-se dados desde a data em que os dados estão disponíveis (2010-07-24) até ao final da data do período de análise (26 de setembro de 2014). Tal como no Facebook, comparam-se números relativos a Operação Pillar of Defense (2012) e um ano sem intervenções militares (2013). Para o Youtube, a contabilização foi feita através do número total de subscritores e visualizações através da página SocialBlade.

Gráfico 11: Evolução do número total de assinantes das FDI no Youtube em milhares (2010-2016)



(SocialBlade, 2016)

Gráfico 12: Evolução do número total das visualizações das FDI no Youtube em milhões (2010-2016)



(SocialBlade,2016)

Relativamente ao número de assinantes, a página apresenta cerca de 32,330 no dia 24/07/2010. Durante o período de análise, inicia a 7 de junho de 2014 com cerca de 70,490 assinantes para passar a 102,740 ³¹no dia 26 de setembro do mesmo ano, correspondendo a mais 32,250 assinantes durante esse período (SocialBlade,2016)

Já em novembro de 2012, mês da Operação “Pillar of Defense”, a conta apresentava no dia 1 de novembro cerca de 45,810 assinantes para ficar com 60,500 no final do mesmo mês, correspondendo a um aumento de 14,690 assinantes.

Em 2013, ano sem intervenções militares das FDI conta com cerca de 65,330 assinantes no dia 1 de janeiro para ficar com aproximadamente 74,490 no dia 31 de dezembro do mesmo ano, correspondendo a um aumento de 9160 assinantes.

Relativamente às visualizações de vídeos a tendência vai ser a mesma: Durante o período de análise (7 de junho de 2014) conta com 39,44 milhões de visualizações, para passar a ter 56,33 no dia 26 de setembro de 2014, correspondendo a um aumento de 16,89 milhões de visualizações.

³¹ Para acesso a dados mais precisos aceder ao gráfico na página SocialBlade para as FDI: <http://socialblade.com/youtube/user/idfnadesk/monthly>

O aumento durante novembro de 2012, também durante um período de conflito vai ser de 24,58 milhões no dia 1 de novembro para passar a 35,36 milhões no dia 30 do mesmo mês, traduzindo-se num aumento de 10,78 milhões de visualizações.

Por fim em 2013, ano sem intervenções militares por parte das FDI, no dia 1 de janeiro contava com 35,79 milhões de visualizações para passar a ter 38,44 no final do ano (31 de dezembro). O aumento foi de 2,65 milhões de visualizações.

4. Conclusões

Observando os gráficos e dados, é possível concluir que as FDI conseguiram atrair mais público e atenção mediática durante o período de análise do que comparativamente a outros anos. O conflito de 2014, foi o que lhes garantiu maior atenção a nível de duas (Facebook e Youtube) das três plataformas online onde operavam. Embora no Twitter não seja possível confirmar essa tendência, na sua totalidade, é evidente que as FDI estiveram mais envolvidas e empenhadas na comunicação da Operação “Protective Edge” do que em outras ocasiões como pode ser observado pelo número de *tweets* e pelo número de *retweets*, favoritos e percentagem de respostas (ver Quadro nº3).

Pode-se verificar também que o seu desempenho mediático nas plataformas foi mais evidente em anos de conflitos, sendo 2014 o melhor ano, do que em anos onde não ocorreram intervenções militares como 2013 no caso do Facebook e 2015 no caso do Twitter.

Reunidos estes números, é possível verificar um efeito de agendamento nestas redes sociais?

Tal como em estudos anteriores realizados³² nas áreas da comunicação social, não é possível chegar a conclusões sem uma análise paralela dos media tradicionais. É possível verificar um volume de conteúdos significativos sobre o mesmo tema por parte das FDI: “*Media tell us what to think*” (McCombs e Shaw,1972) e um enquadramento desde o início das publicações, desde o rapto dos rapazes israelitas, aos rockets e túneis do Hamas: “*Media tells us how to think*” (Goffman, 1974). Para determinar com maior precisão o nível de agendamento nos media israelitas seria necessário fazer uma comparação entre as redes sociais e os media tradicionais como jornais, televisão e rádio por exemplo. O facto destas redes sociais também ter um alcance internacional, iria requerer obter dados acerca desse mesmo alcance nos países onde chegam. Dessa forma, pode-se afirmar que um efeito do agendamento dos media é inconclusivo no presente estudo, embora não se possa negar que as FDI obtiveram maior impacto mediático pelo menos online durante o período de tempo analisado correspondente à Operação Protective Edge.

³² Ver Capítulo 2.

4.4.1 Efeitos do processo de securitização nas audiências: Israel

Para analisar os efeitos do processo de securitização na sua terceira fase – efeitos nas interunidades após uma quebra de regras, ou seja até que ponto a audiência à qual o processo de securitização se destina é afetada – recorreu-se a inquéritos *online* sobre as taxas de aprovação da Operação Protective Edge, através dos dados disponibilizados pelo Index da Paz do *Israeli Democracy Institute*.

O inquérito realizado em julho de 2014 analisa as opiniões dos israelitas judeus, excluindo a população árabe ou de outras religiões (IID, 2014).

Selecionaram-se três perguntas do inquérito para entender melhor o impacto do uso da força nas opiniões dos israelitas judeus. O inquérito foi realizado entre três datas: 14 de julho (uma semana após o início da Operação “Protective Edge”, 16/17 de julho (início da invasão terrestre pelas FDI) e 23 de julho (uma semana após a invasão terrestre).

1- “Na sua opinião, a Operação “Protective Edge” é justificável?

	14/07	16-17/07	23/07
Completamente justificada	85,3%	71,4%	82,0%
Completamente não justificada	0,4%	1,4%	1,3%

Fonte: (IDI,2014)

2- Na sua opinião, o uso da força por parte das FDI até agora é excessivo, adequado ou insuficiente:

	14/07	16-17/07	23/07
Adequado	48,1%	36,7%	59,5%
Demasiado	3,1%	3,8%	3,7%
Pouco	44,9%	57,4%	33,4%

(IDI,2014)

3- Como avalia o governo no poder numa escala de 1 a 10 ?

	14/07	16-17/07	23/07
Muito Pobre 1 (negativo)	3,9%	6,0%	1,8%
Muito Bom 10 (positivo)	21,3%	13,1%	25,2%

(IDI,2014)

Olhando para os quadros deste estudo levado a cabo pelo *Israel Democracy Institute*, é possível concluir que a operação militar foi na sua maioria aprovada pela população judaica. De acordo com a Jewish Library a população judaica de Israel era de 6,103,200 em 2016, numa população total de 8,092,000 pessoas juntamente com outras religiões (Jewish Virtual Library, 2016).

Os dados sobre o grau de justificação da Operação Protective Edge mantiveram-se altos durante o período de inquérito, começando com 85,3% na primeira semana após o lançamento da ofensiva, para decrescer dois a três dias depois (71,4%) e voltar a subir após a invasão terrestre (82%).

A maioria da população considerava que após uma semana do início da Operação Protective Edge, o uso da força era adequado (48,1%) com uma porção significativa a achar que era pouco (48,1%). Durante os dias 16 e 17 de julho, há mais pessoas a considerarem que é “pouco” relativamente a “adequado” (57,4% para 36,7%) para na fase final, após a invasão terrestre a maioria considerar “adequado” (59,5%) contra 33,4% dos que selecionaram “pouco”.

O desempenho do executivo de Benjamim Netanyahu também vai demonstrar melhorias após o início da operação militar aérea com 21,3% da população a avaliar o seu desempenho com “Muito Bom”, para cair em 16 e 17 de julho para 13,1% e voltar a subir para 25,2% a 23 de julho.

Analisando os dados do desempenho do governo, permite-nos concluir que a popularidade talvez tenha aumentado pelos israelitas judeus primeiro considerarem que os ataques aéreos não estavam a ser suficientes para conter a ameaça para mais tarde a seguir à invasão terrestre já acharem que o nível de força utilizado contra o Hamas estava num nível mais adequado.

Já um estudo levado a cabo pelo *Channel 2* em Israel e feitas comparações pelo *Jerusalem Post* no dia 27 de agosto (um dia após o do final da Operação “Protective Edge”, indica que na primeira semana a taxa de aprovação de Benjamim Netanyahu era de 57%, obtendo um valor máximo a 23 de julho de 82% (após a invasão terrestre) para cair para 63% a 5 de agosto. No dia 25 do mesmo apenas 38% dos israelitas aprovavam o governo de Netanyahu contra 50% que se mostravam insatisfeitos. O jornal aponta

que esta queda se deve ao aumento das baixas israelitas no conflito e após a morte de uma criança de 4 anos, acontecendo na sequência do cessar-fogo (Jerusalem Post, 2014-08-27).

4.5 Conclusões

Ao tentar-se avaliar o efeito do processo de securitização na audiência, entende-se que houve uma aprovação maioritária da Operação Protective Edge. As redes sociais não foram, naturalmente, os únicos meios para divulgar a mensagem. Os media tradicionais cobriram igualmente o conflito durante o seu decorrer e o próprio Primeiro-ministro Benjamin Nentanyahu fez discursos que continham o mesmo tipo de linguagem que as FDI, tal como outros ministros do seu executivo.³³ Desta forma, as instituições governamentais estavam mobilizadas para um discurso securitário, que poderia ser analisado num novo estudo à parte do presente. A língua torna-se um entrave aqui, na medida em que os discursos feitos diretamente em hebraico dariam uma melhor perspectiva sobre as políticas domésticas.

Como afirmado no terceiro capítulo desta dissertação, Israel possui uma vasta rede de segurança em todos os setores estatais e da sua sociedade. Determinar o ponto em que o Hamas foi começado a ser percecionado como uma ameaça requeria analisar os discursos oficiais de 1987, data da sua criação. No entanto, pode-se afirmar que dentro deste conflito o terrorismo, os rockets e os túneis conseguiram obter bastante atenção enquanto ameaças mais específicas dentro de uma maior que era o Hamas. Isso reflete-se no estudo realizado pelo Israeli Institute of Democracy onde observamos o apoio da população judaica à Operação Protective Edge a aumentar após as FDI se mobilizarem para ataques aéreos e invasão terrestre para responder à ameaça dos túneis.

É certamente notório o sucesso mediático das FDI nas redes sociais comparativamente a outros anos de atividade nas três plataformas, conseguindo expandir exponencialmente o público das suas contas. Verifica-se que as FDI conseguiram sem dúvida ter o seu melhor desempenho *online* durante a cobertura das suas operações militares nos novos meios de comunicação social.

³³ Ver discursos de Netanyahu (IMFA, 2014-07-08); (IMFA, 2014-07-11)
Ver discursos do Ministro dos Negócios Estrangeiros Liberman (IMFA, 2014-07-16)

Conclusão

Nesta dissertação procurou-se analisar o impacto das redes sociais enquanto instrumento para a securitização da Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança em Relações Internacionais, mais especificamente o discurso securitário das IDI integradas numa estratégia de comunicação num mundo cada vez mais dominado por este tipo de tecnologias.

No caso de Israel, a guerra de Gaza de 2014 foi mais um episódio num conflito que já se prolonga desde a fundação do Estado em 1948. Mais um episódio com a particularidade de ser relatado em tempo real por um Estado inovador nas tecnologias e onde o setor da segurança e defesa tem pouca separação da esfera civil.

A dissertação teve como base analisar a construção do discurso securitário pelas FDI em três das suas redes sociais: Facebook, Twitter e Youtube. Para esse efeito, formulou-se a seguinte questão: **“De que forma é que as FDI utilizaram os novos meios sociais, em particular o Facebook, Twitter e Youtube, como plataforma para securitizar a ameaça, mobilizar a opinião pública e legitimar as ofensivas militares em Gaza no Verão de 2014?”**.

De forma a responder a esta pergunta, recorreu-se à Escola de Copenhaga de Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998), identificando as FDI como ator securitizador, o Hamas enquanto ameaça existencial, o Estado e população israelita como objeto referente. As redes sociais servem de meio de comunicação neste processo.

Realizando esta análise com base no mapa da Escola de Copenhaga para um processo de securitização bem-sucedido, dividiu-se o estudo em três etapas: 1) identificação de uma ameaça existencial; 2) ação de emergência; 3) efeitos nas interunidades após uma quebra de regras. Para a análise determinou-se um período que englobasse não só a estratégia de comunicação das FDI nas redes sociais em relação à guerra, mas que também permitisse analisar os conteúdos publicados conforme estes passos da Escola de Copenhaga. Analisaram-se publicações de Facebook, tweets e vídeos de Youtube de 7 de junho a 26 de setembro de 2014, precisamente um mês antes e depois da Operação “Protective Edge” (ação de emergência), a ofensiva militar que Israel levou a cabo em Gaza para responder às ameaças existenciais que identificou como sendo o Hamas, de acordo com os conteúdos analisados.

Para analisar a terceira etapa, que pretende estudar o impacto de um processo de securitização nas audiências alvo, recorreu-se à teoria do Agendamento em comunicação social (McCombs e Shaw, 1972), que nos afirma que os media ditam a agenda pública. Recorreu-se a esta teoria não só por a Escola de Copenhaga não dar tanta ênfase à parte dos efeitos de um processo de securitização nas audiências mas como se concentrar mais na construção do discurso securitário em si.

Ao analisar o estudo de caso em mais de 1718 tweets, 359 posts de Facebook e 182 vídeos do Youtube ao longo do período de análise, retiramos as seguintes conclusões:

- Foi registado um aumento de atividade online durante o período de análise relativo à “Operação Protective Edge” comparativamente ao período da Operação “Pillar of Defense” de 2012 e ao ano de 2013. Se olharmos para o número de volume de *tweets* publicados em 2014 em relação a outros anos, verifica-se que 2014 foi o ano que teve maior movimentação *online*. Isto reflete a aposta das FDI em intensificar a sua estratégia nas redes sociais como forma de expandir a sua estratégia militar ao mundo virtual. No estudo de caso de 2014, o aumento de atividade ao longo do período analisado, nomeadamente durante a intervenção militar também reflete esta aposta, revelando a necessidade de justificar e legitimar as suas ações militares ao longo do conflito.

- A aposta nas redes sociais permitiu às FDI concretizarem os seus objetivos de chegar a maiores audiências, e também ter liberdade total no tipo de conteúdos que queriam publicar (desde notícias, à imagens e vídeos), sem ter que passar por revisões editoriais. Como Leibovich evidenciou (CNBC, 2014-07-23) as redes sociais eram também uma “zona de guerra” para as FDI: houve uma aposta no poder das imagens, na receptividade por parte das audiências das mesmas. O mesmo aconteceu com o desafio de adaptação da linguagem militar à linguagem emocional das redes sociais, uma “oportunidade paradoxal de comunicação”, que foi claramente aproveitado pelas FDI em várias das suas publicações.

- O impacto mediático pretendido foi refletido no crescimento das páginas durante o período de análise, comparativamente à Operação “Pillar of Defense” de 2012 e ao ano sem intervenção militar de 2013. Embora o crescimento das páginas das FDI foi notório ao longo dos anos, em 2014 atingiu o seu maior valor durante a Operação “Protective Edge”. Não só as FDI ganharam mais fãs no Facebook, como conseguiram ter maior número de “gostos”, comentários e partilhas. No Youtube, o crescimento do número de subscritores e de visualizações de vídeos durante este período também evidencia essa tendência. Embora o Twitter não permita comparação com anos anteriores, o número de retweets e favoritos registado também foi alto. Não só as FDI conseguiram mais fãs, como colocaram mais pessoas a falar do conflito, incluindo os media tradicionais.

- Analisando os números dos inquéritos realizados pelo Israel Institute of Democracy, podemos concluir que existiu de alguma forma uma aprovação da securitização do Hamas relativamente a duas ameaças a ele associadas: os rockets e os túneis. A maioria dos israelitas judeus achou a Operação justificada no seu início (14 de julho de 2014) (85,3%), tal como após a operação terrestre por parte das FDI iniciada a 17 de julho (82%). Antes desta invasão terrestre, a maioria dos israelitas achava que as FDI não estavam a usar força militar suficiente contra o Hamas: 44,9% para passar a 57,4% no dia em que esta operação foi iniciada. As taxas de

aprovação do governo de Benjamim Netanyahu subiram durante a operação, atingido um pico de 82% durante a operação para depois caírem já no final com 50% dos israelitas a estarem não satisfeitos com o seu Executivo. Estes dados mostram-nos apoio da população às operações militares. Embora não possamos concluir que este apoio tenha derivado exclusivamente da estratégia de comunicação levada a cabo pelas FDI nas redes sociais, os dados sugerem que as redes sociais complementaram e reforçaram, de forma particularmente ativa, a legitimação da visão israelita do conflito. No entanto, a ideia do apoio popular à operação militar é reforçada pela reeleição de Benjamim Netanyahu para Primeiro-ministro de Israel em março de 2015 (Al Jazeera, 2015-03-18).

- Por fim, conclui-se que as redes sociais podem desempenhar um papel importante enquanto ferramentas ao dispor do Estado para fins de propaganda política e militar. O facto de permitir publicações instantâneas, oferecer liberdade de publicação de conteúdos, a sua interatividade e comunicação quase direta com o público-alvo, podem servir de uma ferramenta ao dispor do Estado para difundir as suas mensagens de forma rápida e direta. Pode também servir não apenas de complemento aos meios existentes como os media tradicionais, mas também como uma fonte original a onde estes podem ir buscar informação para construir as suas peças de notícias.

Esta dissertação visou a análise do papel das redes sociais enquanto um dos mais instrumentos ao dispor do Estado para realizar processos de securitização e para levar a cabo as suas agendas políticas e militares e dessa forma legitimá-las perante os seus públicos-alvo.

O caso de Israel foi um sucesso do ponto de vista mediático, no entanto, analistas consideram que os palestinianos ganharam a guerra do ponto de vista das redes sociais.³⁴ Ao as redes sociais permitirem a partilha por parte de cidadãos comuns, muitos foram os conteúdos que foram publicados não só pelo Hamas mas pelo público em geral a condenar as ações militares de Israel que resultaram em baixas muito maiores para o lado palestiniano. A estratégia de comunicação através das redes sociais também não ajudou em salvar-lhe de críticas por parte da comunidade internacional.

Em futuros conflitos, as redes sociais certamente serão mais uma vez utilizadas como ferramentas de propaganda militar. No caso do conflito israelo-palestiniano já demonstraram ser inovadoras em trazer o debate do conflito para o mundo *online*. Conseguirão no futuro levar o debate para a uma resolução pacífica do conflito?

³⁴ Ver Ashbrook, 2014; Mason, 2014-07-21 e Mashable, 2014-07-22.

6. Referências Bibliográficas

@IDFSpokesperson, (2012). Ahmed Jabari: Eliminated. [image] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson/status/268795866784075776>.

@IDFSpokesperson, (2012). Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson/status/268722403989925888>.

@IDFSpokesperson, (2014). Instead of teaching from this school compound... Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson/status/512125395257159680> [Accessed May 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). Israel is Under Fire. [image] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed 10 Jun. 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson/status/475885022621102080>.

@IDFSpokesperson, (2014). Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed 2 Jun. 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed 4 Jun. 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). What Can You do In 15 Seconds?. [image] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed 10 Jun. 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). What if it were your child?. [image] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed 5 Jun. 2015].

@IDFSpokesperson, (2014). When is a House a Home. [image] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson/status/489047478998540288> [Accessed Sep. 2014].

@IDFSpokesperson, (2014). "âœœREAD: Hamas terrorists admit to using civilian buildings...". Twitter. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt> [Accessed May 2015].

A-Zahar, (2015). The Hamas terror war against Israel. [online] Israel Minister of Foreign Affairs. Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Pages/Missile%20fire%20from%20Gaza%20on%20Israeli%20civilian%20targets%20Aug%202007.aspx>.

ABC News, (2014). Everything You Need To Know about the Israel-Gaza Conflict. [online] Available at: <http://abcnews.go.com/International/israel-gaza-conflict/story?id=24552237> [Accessed 28 Jan. 2016].

Amnesty International, (2014). Israel/Gaza: Attack on UN school in Gaza a potential war crime that must be investigated. [online] Available at: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/07/israelgaza-attack-un-school-gaza-potential-war-crime-must-be-investigated/> [Accessed 17 Jan. 2016].

Amnesty International, (2014). Stop US shipment of fuel to Israel's armed forces as evidence of Gaza war crimes mounts. [online] Available at: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/08/stop-us-shipment-fuel-israels-armed-forces-evidence-gaza-war-crimes-mounts/> [Accessed 17 Jan. 2016].

Arafat, Y. (1970). Understanding the Arab-Israeli Conflict. [online] Paulbogdanor.com. Available at: <http://www.paulbogdanor.com/israel/quotes.html>.

Aref, (1967). Six Day War - crucial quotes. [online] Sixdaywar.co.uk. Available at: http://www.sixdaywar.co.uk/crucial_quotes.htm.

Arian, A. (1999). Israeli Public Opinion on National Security 1999. Tel Aviv: Jaffee Center for Strategic Studies (JCSS).

Ayoob, M. (1983). Security in the Third World: The Worm about to Turn?. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), 60(1), p.41.

Ayoob, M. (1984). Security in the third world.

Baldwin, D. (1995). Security Studies and the end of the Cold War. *World Pol.*, 48(01), pp.117-141.

Baldwin, D. (1995). Security Studies and the end of the Cold War. *World Politics*, 48(01), pp.117-141.

Banham, C. (2013). Legitimising war in a changing media landscape. *Australian Journal of International Affairs*, 67(5), pp.605-620.

Barash, D. and Webel, C. (2014). *Peace and conflict studies*. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage Publications.

Barash, D. and Webel, C. (2014). *Peace and conflict studies*. Los Angeles [u.a.]: SAGE.

BBC Brasil, (2014). Palestinos e israelenses levam batalha para as redes sociais. [online] Available at: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140715_gaza_redes_lab.

BBC News, (2014). Gaza conflict: Israel and Palestinians agree long-term truce. [online] Available at: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-28939350>.

BBC News, (2014). Gaza-Israel conflict: Is the Fighting Over?. [online] Available at: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-28252155>.

- Beinin, J. and Hajar, B. (2014). Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict A Primer. [online] Middle East Research Project. Available at: [http://www.merip.org/sites/default/files/Primer_on_Palestine-Israel\(MERIP_February2014\)final.pdf](http://www.merip.org/sites/default/files/Primer_on_Palestine-Israel(MERIP_February2014)final.pdf).
- Best, J. (2012). Social problems. 2nd ed. New York: W.W. Norton & Co.
- Booth, K. (2005). Critical security studies and world politics. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Publishers.
- boyd, d. and Ellison, N. (2007). Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, [online] 13(1), pp.210-230. Available at: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full> [Accessed 23 Jul. 2015].
- Bratic, V. and Schirch, L. (2007). Why and when to use the media for conflict prevention and peacebuilding. Den Haag: European Centre for Conflict Prevention.
- Bulin, R. (2014). Israel's decades-long effort to turn the word "terrorism" into an ideological weapon. [online] *Mondoweiss*. Available at: <http://mondoweiss.net/2014/08/israels-terrorism-ideological> [Accessed 18 Jan. 2016].
- Buzan, B. (1983). *People, states, and fear*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Buzan, B. (1991). *New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century*. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), 67(3), p.431.
- Buzan, B. (1991). *People, states, and fear*. Boulder, CO: L. Rienner.
- BUZAN, B. (1997). *Rethinking Security after the Cold War*. *Cooperation and Conflict*, 32(1), pp.5-28.
- Buzan, B. and Hansen, L. (2009). *The evolution of international security studies*. Cambridge [U.K.]: Cambridge University Press.
- Buzan, B. and Wæver, O. (2003). *Regions and powers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B., Wæver, O. and Wilde, J. (1998). *Security*. Boulder [u.a.]: Rienner.
- Buzan, B., Wæver, O. and Wilde, J. (1998). *Security*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Pub.
- Byford, S. (2015). Apple shuts down Twitter analytics service Topsy. [online] *The Verge*. Available at: <http://www.theverge.com/2015/12/16/10272128/topsy-shut-down-apple-twitter-analytics> [Accessed 13 Jan. 2016].

Byman, D. (2012). Curious Victory: Explaining Israel's Suppression of the Second Intifada. *Terrorism and Political Violence*, 24(5), pp.825-852.

Caldow, J. (2004). E-Democracy: Putting Down Global Roots. [online] Washington DC: Institute for Electronic Government, IBM. Available at: <http://www-01.ibm.com/industries/government/ieg/pdf/e-democracy%20putting%20down%20roots.pdf>.

Cepoi, E. (2013). The Origins of Hamas: An offshot of Muslim Brotherhood, or a result of PLO's moral corruption?. In: International Conference on Scientific Papers Afases. [online] Available at: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj9zKXT38rKAhWJvhQKHetZAHIQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.afahc.ro%2Fro%2Fafases%2F2013%2Fsocio%2Fcepoi.pdf&usg=AFQjCNGrQbbL87Y6DeJPnSiz7FCmgFTKFA&sig2=wg_b844OOpb4iI5scNYXvA.

Chadwick, A. (2009). Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. *I/S: A JOURNAL OF LAW AND POLICY FOR THE INFORMATION SOCIETY*, [online] 5, pp.9-41. Available at: http://static1.1.sqspcdn.com/static/f/127762/17971662/1335910108743/Chadwick_Web_2.0_New_Challenges_for_the_Study_of_E-Democracy_I-S_2009.pdf?token=lr507GI7T1QsLo18H78jYopoo48%3D [Accessed 24 Jul. 2015].

Chadwick, A. (2009). Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational ExuberanceTM. *A Journal of Law and Policy for the Information Society*, 5(1), pp.9-41.

CNN, (2008). Israel uses YouTube, Twitter to share its point of view. [online] Available at: <http://edition.cnn.com/2008/WORLD/meast/12/31/israel.youtube/>.

Cohen, (2015). The Hamas terror war^Â against Israel. [online] Israel Ministry of Foreign Affairs. Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Pages/Missile%20fire%20from%20Gaza%20on%20Israeli%20civilian%20targets%20Aug%202007.aspx>.

Coleman, S. and Norris, D. (2005). A new agenda for e-democracy. In: OII Forum. [online] Available at: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1325255.

Cook, J. (2009). Israel's "Dahiya Doctrine" comes to Gaza. [online] The Electronic Intifada. Available at: <https://electronicintifada.net/content/israels-dahiya-doctrine-comes-gaza/8006> [Accessed 25 Jan. 2016].

Corrado, A. (1996). Elections in Cyberspace: Prospects and Problem. In: A. Corrado and C. Firestone, ed., *Elections in Cyberspace: Toward a New Era in American Politic*, 1st ed. Washington, D.C.: Aspen Institute.

- Coskun, B. (2007). Power of the Words: Securitisation of the "Other"™ in the Israeli Palestinian Conflict. In: Perspectives on Power. [online] Quest. Available at: <http://www.qub.ac.uk/sites/QUEST/JournalIssues/>.
- Dahlberg, L. (2001). The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. *Information, Communication & Society*, 4(4), pp.615-633.
- Daily Mail, (2014). International condemnation of Israel grows: 'Appalled' US and David Cameron condemn Gaza school air strikes and France decries the 'slaughter of civilians'. [online] Available at: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2715428/International-condemnation-Israel-grows-Appalled-US-David-Cameron-condemn-Gaza-school-air-strikes-France-decries-slaughter-civilians.html> [Accessed 17 Jan. 2016].
- Doty, R. (1998). Immigration and the politics of security. *Security Studies*, 8(2-3), pp.71-93.
- Drory, Z. (2014). Societal Values: Impact on Israel Security – The Kibbutz Movement as a Mobilized Elite. *Israel Studies*, 19(1), pp.166-188.
- Duque, M. (2009). O papel de sãntese da escola de Copenhague nos estudos de seguranã§a internacional. *Contexto Internacional*, 31(3).
- Elman, C. (2008). Realism. In: P. Williams, ed., *Security Studies*, 1st ed. London: Routledge, pp.15-18.
- ERIKSSON, J. (1999). Observers or Advocates?: On the Political Role of Security Analysts. *Cooperation and Conflict*, 34(3), pp.311-330.
- Eshkol, (1967). Six Day War - crucial quotes. [online] [Sixdaywar.co.uk](http://www.sixdaywar.co.uk/crucial_quotes.htm). Available at: http://www.sixdaywar.co.uk/crucial_quotes.htm.
- First, A. (1997). Television and The Construction of Social Reality: An Israeli Case Study. In: M. McCombs, D. Shaw and D. Waever, ed., *Communication and Democracy*, 1st ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, pp.41-50.
- Freedomhouse, (2014). Israel | Country report | Freedom of the Press | 2014. [online] Available at: <https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2014/israel> [Accessed 29 May 2015].
- Freeman, M. and Berger, L. (2011). The Issue of Relevance of Agenda-Setting Theory to the Online Community. *Meta-communicate*, [online] 1(1). Available at: <http://journals.chapman.edu/ojs/index.php/mc/article/view/267>.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), pp.167-191.

Gavin, D. (2011). Framing Theory. [online] Mass Communication Theory. Available at: <http://masscommtheory.com/theory-overviews/framing-theory/>.

Gentile, C. (2015). Israel - Media Landscape. [online] European Journalism Centre (EJC). Available at: http://ejc.net/media_landscapes/israel.

Gewirtz, J. (2014). Gaza Fighting:. CNBC. [online] Available at: <http://www.cnbc.com/2014/07/23/gaza-fighting-israel-hamas-and-the-social-media-weapon.html> [Accessed 13 Jan. 2016].

Ghanem, S. (1997). Filling in the tapestry: The second level of agenda setting. In: M. McCombs, D. Shaw and D. Waever, ed., *Communication and Democracy*, 1st ed. Mahwah, NJ: Erlbaum.

Ghanem, S., McCombs, M. and Chernov, G. (2009). Agenda Setting and Framing. 21st Century Communication: A Reference Handbook 21st century communication: A reference handbook, pp.516-524.

Gilbert, M. (1998). *Israel*. New York: Morrow.

IDF on Facebook (2016). <http://www.fanpagekarma.com/facebook/125249070831305/idfonline>. [online] Fanpagekarma. Available at: <http://www.fanpagekarma.com/facebook/Israel%20Defense%20Forces> [Accessed 3 Jan. 2016].

Go Israel, (2016). Languages in Israel. [online] Available at: http://www.goisrael.com/Tourism_Eng/Tourist%20Information/Discover%20Israel/Pages/Languages.aspx [Accessed 10 Jan. 2016].

Goffman, E. (1974). *Frame analysis*. New York: Harper & Row.

Goldenberg, R. (2015). Only 6% of Israelis have never used Facebook. [online] Globes. Available at: <http://www.globes.co.il/en/article-only-6-of-israelis-have-never-used-facebook-1001044443>.

Gordon, and George Lopez (2000) "Terrorism in the Arab-Israeli Conflict," in *Ethics in International Affairs: Theories and Cases*, edited by Andrew Valls. New York: Rowman and Littlefield Publishers, 2000, pp. 99-113.

Grzywinska, I. and Borden, J. (2012). The impact of social media on traditional media agenda setting theory. The case study of Occupy Wall Street Movement in USA. In: B. Dobek-Ostrowska and W. Wanta, ed., *Agenda Setting: Old and New Problems in Old and New Media*, 1st ed. [online] Wroclaw, pp.133-155. Available at: https://www.academia.edu/7484515/The_impact_of_social_media_on_traditional_media_agenda_setting_theory._The_case_study_of_Occupy_Wall_Street_Movement_in_US_A_in_B._Dobek-

Ostrowska_W._Wanta_ed._Agenda_Setting_Old_and_New_Problems_in_Old_and_Ne
w_Media_Wroclaw_2012_ss._133-155 [Accessed 19 Mar. 2015].

Hamas, (1988). Hamas Covenant.

Hansen, L. (2000). The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. *Millennium - Journal of International Studies*, 29(2), pp.285-306.

Harms, G. and Ferry, T. (2008). *The Palestine-Israel Conflict A Basic Introduction*. 2nd ed. London: Pluto Press.

Hartman, B. (2014). 50 days of Israel's Gaza operation, Protective Edge -by the numbers. *Jerusalem Post*. [online] Available at: <http://www.jpost.com/Operation-Protective-Edge/50-days-of-Israel's-Gaza-operation-Protective-Edge-by-the-numbers-372574>.

Herz, J. (1950). Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Pol.*, 2(02), pp.157-180.

Herz, J. (1950). Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, 2(02), pp.157-180.

Hoffman, A. (2012). Meet the Young Soldiers Who Pushed the IDF's Social Media Strategy. [online] *Tablet Magazine*. Available at: <http://www.tabletmag.com/jewish-news-and-politics/117235/the-kids-behind-idf-media>.

Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 23(1), p.171.

Huang, J. (2006). The Agenda-Setting Effects Exist on the Internet, McCombs Confirms. [online] *Online.journalism.utexas.edu*. Available at: <https://online.journalism.utexas.edu/detail.php?story=152&year=2006%20>].

Huang, J. (2015). The Agenda-Setting Effects Exist on the Internet, McCombs Confirms. [online] *Online.journalism.utexas.edu*. Available at: <https://online.journalism.utexas.edu/detail.php?story=152&year=2006> [Accessed 20 Mar. 2015].

HUYSMANS, J. (1998). Revisiting Copenhagen:: Or, On the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe. *European Journal of International Relations*, 4(4), pp.479-505.

IDF Blog, (2009). IDF Implementing Ceasefire, 18 Jan 2009, 00:56 IST. [online] Available at: <https://www.idfblog.com/blog/2009/01/18/idf-implementing-ceasefire-18-jan-2009-0056-ist/>.

IDF Blog, (2013). 2012 Operation Pillar of Defense - IDF Blog | The Official Blog of the Israel Defense Forces. [online] Available at: <https://www.idfblog.com/about-the-idf/history-of-the-idf/2012-operation-pillar-of-defense/> [Accessed 2016].

IDF Blog, (2013). IDF Spokesperson's Unit - IDF Blog | The Official Blog of the Israel Defense Forces. [online] Available at: <https://www.idfblog.com/about-the-idf/idf-spokespersons-unit/>.

IDF Blog, (2014). Hamas uses its vast tunnel network for... [image] Available at: <https://www.idfblog.com/blog/2014/07/31/everything-need-know-hamas-underground-city-terror/> [Accessed 15 Jan. 2016].

IDF Blog, (2014). Operation Protective Edge by the Numbers. [online] Available at: <https://www.idfblog.com/blog/2014/08/05/operation-protective-edge-numbers/>.

IDF on Facebook, (2014). Breaking News. [image] Available at: <http://www.facebook.com/israeldefenseforces> [Accessed 15 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Every Hamas tunnel is a school, a hospital, a library that will never be built. Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/photos/a.250335824989295.62131.125249070831305/828770807145791/> [Accessed 15 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/photos/a.250335824989295.62131.125249070831305/789012244454981/> [Accessed 14 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/785403638149175> [Accessed 13 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/786438111379061> [Accessed 13 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/787287024627503> [Accessed 13 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/789209211101951> [Accessed 14 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/792185707470968> [Accessed 15 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Hamas Violates International Law. Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/videos/816787158344156/>.

IDF on Facebook, (2014). It's True. We Strike Houses in Gaza that are used for terrorist purposes. Facebook. [online] Available at: <http://www.facebook.com/israeldefenseforces> [Accessed 16 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Palestinian Terrorists Fire in Gaza from the Vicinity of a UN School. [image] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/> [Accessed 18 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). Watch 12 Examples of Hamas firing from civilian places. Facebook. [online] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline/posts/824487790907426> [Accessed 17 Jan. 2016].

IDF on Facebook, (2014). What Did We Accomplish in Gaza?. [image] Available at: <https://www.facebook.com/idfonline> [Accessed 16 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). Close Up: The Mothers of Kidnapped Teenagers #EyalGiladNaftali. Youtube. [online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=xGI_nqzAwPw [Accessed 15 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). Dawa; Hamas' Brainwashing Strategy. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=7ykZQ-sosag> [Accessed 14 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). DF Special Forces Arrest Terrorist Suspects in Hebron 14/06/2014. Youtube. [online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=-HUKU_A0N6o.

IDF on Youtube, (2014). Hamas Official Praises Palestinians in Gaza for Sacrificing Themselves. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=numvXwTNY38> [Accessed 1 Feb. 2016].

IDF on Youtube, (2014). Hamas: We Place Civilians under the line of Fire. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=uzFgIhFKII8>.

IDF on Youtube, (2014). IDF aborts airstrike when civilians appear near target. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=gxC11QMMf9c> [Accessed 16 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). IDF Facilitation of the Red Cross In Gaza. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=tTVvTrrBrdg>.

IDF on Youtube, (2014). IDF Sets Up Hospital for Gazans. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=31ls3WpCmwk>.

IDF on Youtube, (2014). The Horrific History of Hamas Kidnappings. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=uOho37Riits> [Accessed 28 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). View from Israel: IDF Camera's Register Syrian Army Attack. Youtube. [online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=bbG0YAg6_II [Accessed 13 Jan. 2016].

IDF on Youtube, (2014). What does 15 Seconds Mean to You?. Youtube. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=gV6RKKfODfA> [Accessed 16 Jan. 2016].

IMEU, (2014). 50 Days of Death & Destruction: Israel's "Operation Protective Edge" | IMEU. [online] Available at: <http://imeu.org/article/50-days-of-death-destruction-israels-operation-protective-edge>.

IMFA, (2014). Statement by PM Netanyahu 8 July 2014. [online] Israel Ministry of Foreign Affairs. Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2014/Pages/Statement-by-PM-Netanyahu-8-July-2014.aspx>.

IMFA, (2015). The Hamas terror war against Israel. [online] Israel Ministry of Foreign Affairs: Rocket fire from Gaza and Palestinian ceasefire violations after Operation Cast Lead (Jan 2009). Available at: http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Pages/Palestinian_ceasefire_violations_since_end_Operation_Cast_Lead.aspx.

IMFA, (2015). The Hamas war against Israel: Statements by Israeli leaders. [online] Israel Minister of Foreign Affairs. Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Pages/The%20Hamas%20war%20against%20Israel-%20Statements%20by%20Israeli%20leaders.aspx>.

Inbar, E. (1999). Rabin and Israel's national security. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press.

Inbar, E. (1999). Rabin and Israel's national security. Washington: Woodrow Wilson Center.

Israel Defense Forces (IDF), (2015). Rocket Attacks on Israel from the Gaza Strip. [image] Available at: <https://www.idfblog.com/facts-figures/rocket-attacks-toward-israel/>.

Israel Defense Forces, (2015). OPERATION PROTECTIVE EDGE. [online] Available at: <https://www.idfblog.com/operationgaza2014/>.

Israel Ministry of Foreign Affairs (IMFA), (2014). FM Liberman holds diplomatic meetings on situation. [online] Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2014/Pages/FM-Liberman-holds-diplomatic-meetings-on-situation-15-Jul-2014.aspx> [Accessed 17 Jan. 2016].

Israel Ministry of Foreign Affairs (IMFA), (2014). PM Netanyahu on the fourth day of Operation Protective Edge. [online] Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2014/Pages/PM-Netanyahu-on-the-fourth-day-of-Operation-Protective-Edge-11-Jul-2014.aspx> [Accessed 17 Jan. 2016].

Israel Ministry of Foreign Affairs (IMFA), (2014). Statement by PM Netanyahu. [online] Available at: <http://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/2014/Pages/Statement-by-PM-Netanyahu-8-July-2014.aspx> [Accessed 17 Jan. 2016].

Israel Security Agency, (2009). Spotlight on Hamas – Ideology and Involvement in Terror. ISA, pp.1-2.

Israeli Democracy Institute (IDI), (2014). The Peace Index: July 2014. [online] Available at: http://peaceindex.org/files/Peace_Index_Data_July_2014-Eng.pdf [Accessed 2 Jan. 2016].

Jackson, R. (2005). Writing the war on terrorism. Manchester: Manchester University Press.

Jerusalem Post, (2014). Gaza cease-fire between Israel, Hamas goes into effect. [online] Available at: <http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/Palestinian-sources-Gaza-cease-fire-to-be-announced-on-Tuesday-evening-372386> [Accessed 16 Jan. 2016].

Jerusalem Post, (2014). Netanyahu's approval ratings in a free-fall in light of latest Gaza cease-fire. [online] Available at: <http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/Netanyahus-approval-ratings-in-a-free-fall-in-light-of-latest-Gaza-cease-fire-372448> [Accessed 17 Jan. 2016].

Jewish Virtual Library, (2014). Jewish Population of the World | Jewish Virtual Library. [online] Available at: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/jewpop.html> [Accessed 10 Jan. 2016].

Jewish Virtual Library, (2016). Defining "Terrorism" | Jewish Virtual Library. [online] Available at: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Terrorism/terrordef.html> [Accessed 18 Jan. 2016].

Jewish Virtual Library, (2016). Latest Population Statistics for Israel | Jewish Virtual Library. [online] Available at: http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/newpop.html [Accessed 18 Jan. 2016].

Kacowicz, (2004). Case Study Methods in International Security Studies. In: Sprinz and Wolinsky-Nahmias, ed., Models, Numbers and Cases: Methods for Studying International Relations, 1st ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, pp.107-128.

Keohane, R. (1986). Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press.

Kissinger, H. (1957). Nuclear weapons and foreign policy. New York: Published for the Council on Foreign Relations by Harper.

Kuntsman, A. and Stein, R. (2015). Digital militarism.

Laub, Z. (2014). Hamas. [online] Council on Foreign Relations. Available at: <http://www.cfr.org/israel/hamas/p8968>.

Lenhart, A., Madden, M. and Hitlin, P. (2005). Teens and Technology :Youth are leading the transition to a fully wired and mobile nation. [online] Washington: Pew Internet and American Life Project. Available at: http://www.pewinternet.org/files/old-media/Files/Reports/2005/PIP_Teens_Tech_July2005web.pdf.pdf [Accessed 26 Jan. 2016].

Libel, T. (2013). From the people's army to the Jewish people's army: the IDF's force structure between professionalization and militarization. *Defense & Security Analysis*, 29(4), pp.280-292.

Library of Congress, (2015). Israel: 2013 Government Composition and Coalition Agreements. [online] Available at: <http://www.loc.gov/law/help/israel-govenment-comp-agreements/israel.php>.

Lippmann, W. (1922). Public opinion. <http://www.gutenberg.org/ebooks/6456>.

Lippmann, W. (1922). Public opinion. New York: Macmillan.

Livesey, C. (2011). Defining Social Media. [online] Sociology. Available at: http://www.sociology.org.uk/media_defined.pdf.

Livesey, C. (2011). Media Defined. [online] Sociology Central. Available at: http://www.sociology.org.uk/media_defined.pdf [Accessed 11 Jan. 2015].

Livini, (2015). The Hamas war against Israel: Statements by Israeli leaders. [online] Israel Ministry of Foreign Affairs. Available at: <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/terrorism/pages/the%20hamas%20war%20aga-inst%20israel-%20statements%20by%20israeli%20leaders.aspx>.

Long, B. (2010). The Hamas Agenda: How Has It Changed?. *Middle East Policy*, [online] 17(4). Available at: <http://www.mepc.org/journal/middle-east-policy-archives/hamas-agenda-how-has-it-changed?print>.

Lupovici, A. (2014). The Limits of Securitization Theory: Observational Criticism and the Curious Absence of Israel. *Int Stud Rev*, 16(3), pp.390-410

Lupovici, A. (2014). The Limits of Securitization Theory: Observational Criticism and the Curious Absence of Israel. *Int Stud Rev*, 16(3), pp.390-410.

Lynch, J. and McGoldrick, A. (2007). Peace Journalism. In: J. Galtung and C. Webel, ed., *Handbook of Peace and Conflict Studies*, 1st ed. New York: Routledge.

Matei, S. and McDonald, D. (2015). Does agenda setting theory still apply to social media?. [online] Matei.org. Available at: <http://matei.org/ithink/2010/07/28/does-agenda-setting-theory-apply-to-social-media/> [Accessed 20 Mar. 2015].

- Maxwell, M. and Evatt, D. (1995). Los temas y los aspectos: explorando una nueva dimensi3n de la agenda setting. *Comunicacion y Sociedad*, [online] 8(1), pp.7-32. Available at: <http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/8401/1/20091107003314.pdf> [Accessed 23 Jul. 2015].
- McCombs, M. (2005). A Look at Agenda-setting: past, present and future. *Journalism Studies*, 6(4), pp.543-557.
- McCombs, M. and Evatt, (1995). Los temas y los aspectos: explorando una nueva dimension de la agenda setting. *Comunicacion y sociedad*, [online] 8(1), pp.7-32. Available at: <http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/8401/1/20091107003314.pdf>.
- McCombs, M. and Shaw, D. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), p.176.
- McCombs, M., Shaw, D. and Weaver, D. (1997). *Communication and democracy*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- McDonald, M. (2008). Constructivism. In: P. Williams, ed., *Security Studies*, 1st ed. London: Routledge, pp.59-72.
- McDonald, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, 14(4), pp.563-587.
- McGoldrick, A. and Lynch, J. (2000). Peace Journalism: What is it, How to do it. [online] Available at: https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf [Accessed 27 Jan. 2016].
- Mcsweeney, B. (1996). Identity and security: Buzan and the Copenhagen school. *Review of International Studies*, 22(01), p.81.
- McSweeney, B. (1999). *Security, identity, and interests*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- Mearsheimer, J. (1994). The False Promise of International Institutions. *International Security*, 19(3), p.5.
- Meraz, S. (2009). Is There an Elite Hold? Traditional Media to Social Media Agenda Setting Influence in Blog Networks. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(3), pp.682-707.
- Metzel, J. (2002). Defining Information Intervention: An Interview with Jamie Metzl. In: M. Thompson and E. Monroe, ed., *Forging Peace*, 1st ed. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, pp.41-68.
- Michael, K. (2012). Israel, Palestine and the benefits of waging war through Twitter. [online] *The Conversation*. Available at: <http://theconversation.com/israel-palestine-and-the-benefits-of-waging-war-through-twitter-10932>.

Miller, E. (2014). Hamas denies responsibility for teens' death; warns against Israeli strike. The Times of Israel. [online] Available at: <http://www.timesofisrael.com/hamas-denies-responsibility-for-teens-death-warns-against-israeli-strike/> [Accessed 15 Jan. 2016].

Miller, S. (2014). Growing pessimism, dip in job approval, complicate Netanyahu's path forward. The Times of Israel. [online] Available at: <http://www.timesofisrael.com/growing-pessimism-dip-in-job-approval-complicate-netanyahus-path-forward/>.

Moghadam, A., Berger, R. and Beliakova, P. (2014). Say Terrorist, Think Insurgent: Labeling and Analyzing Contemporary Terrorist Actors. *Perspectives on Terrorism*, 8(5).

Morris, D. (1999). *Vote.com*. Los, Angeles, CA.: Renaissance Books.

Muñoz, F. (2012). Identidad y seguridad en la competición por el poder en Israel. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, [online] 97-98, pp.305-324. Available at: <http://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/download/252842/339580>.

Netanyahu, B. (2012). PM Benjamin Netanyahu's Statement on Operation Pillar of Defense, 15 November 2012. [online] YouTube. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=KnT_O2qRUMI.

Netanyahu, B. (2014). Netanyahu's AIPAC Speech: The Full Transcript. Haaretz.

Nossek, H. and Limor, Y. (2001). Fifty Years In A "Marriage Of Convenience": News Media And Military Censorship In Israel. *Communication Law and Policy*, 6(1), pp.1-35.

O'Donnel, C. (2016). New study quantifies use of social media in Arab Spring | UW Today. [online] University of Washington. Available at: <http://www.washington.edu/news/2011/09/12/new-study-quantifies-use-of-social-media-in-arab-spring/>.

O'Reilly, T. (2011). Web 2.0: Compact Definition? - O'Reilly Radar. [online] Radar.oreilly.com. Available at: <http://radar.oreilly.com/2005/10/web-20-compact-definition.html> [Accessed 23 Jul. 2015].

O'Sullivan, T., Dutton, B. and Rayner, P. (1998). *Studying the media*. 2nd ed. London: Edward Arnold.

Oberschall, A. (2014). The 2014 Gaza war and the elusive peace in Palestine. *CJSSP*, 5(2), pp.115-130.

Olmert, (2015). The Hamas war against Israel: Statements by Israeli leaders. [online] Israel Ministry Of Foreign Affairs. Available at:

<http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Pages/The%20 Hamas%20war%20against%20Israel-%20Statements%20by%20Israeli%20leaders.aspx>.

Oxford Dictionaries, (2015). social media - definition of social media in English from the Oxford dictionary. [online] Available at:

Pan, Z. and Kosicki, G. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political Comm.*, 10(1), pp.55-75.

Price, M. and Thompson, M. (2002). *Forging peace*. Bloomington: Indiana University Press.

Puddephatt, A. (2006). *Voices of war: Conflict and the role of the media*. [online] Denmark: International Media Support. Available at: <http://www.mediasupport.org/wp-content/uploads/2012/11/ims-voices-of-war-2006.pdf>.

Radio Cairo, (1967). *Six Day War - crucial quotes*. [online] Sixdaywar.co.uk. Available at: http://www.sixdaywar.co.uk/crucial_quotes.htm.

Rudoren, J. (2014). *Military Censorship in Israel*. *New York Times*. [online] Available at: <http://www.nytimes.com/times-insider/2014/08/04/on-censors-and-gag-orders-in-israel/>.

Santos, N. (2011). *Agendamento e Sites de Redes Sociais: Um Novo Lugar para o Cidadão?*. In: *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. [online] Salvador. Available at: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307749647_ARQUIVO_ninasantos_conlab.pdf.

Santos, S. (2010). *Media para a paz e peacebuilding: uma crítica à intervenção internacional*. *Univ. Rel. Int., Brasília*, 8(2), pp.137-162.

Santos, S. (2010). *Media para a paz e peacebuilding: Um mimetismo das dissonâncias da ajuda internacional?. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC.*, 4.

Sayre, B., Bode, L., Shah, D., Wilcox, D. and Shah, C. (2010). *Agenda Setting in a Digital Age: Tracking Attention to California Proposition 8 in Social Media, Online News and Conventional News*. *Policy & Internet*, [online] 2(2), pp.7-32. Available at: <http://matei.org/ithink/2010/07/28/does-agenda-setting-theory-apply-to-social-media/> [Accessed 20 Mar. 2015].

Schelling, T. (1960). *The strategy of conflict*. Cambridge: Harvard University Press.

Schelling, T. (1966). *Arms and influence*. New Haven: Yale University Press.

Shamir, E. (2015). *The 2014 Gaza War: Rethinking Operation Protective Edge*. *Middle East Quarterly*, [online] 22(2). Available at: <http://www.meforum.org/5084/rethinking-operation-protective-edge>.

- Shamir, S. (2009). Twitter Revolutionized Israeli Diplomacy' read more: <http://www.haaretz.com/news/twitter-revolutionized-israeli-diplomacy-1.278260>. Haaretz. [online] Available at: <http://www.haaretz.com/news/twitter-revolutionized-israeli-diplomacy-1.278260>.
- Shang, T. (2001). SJIR: The Palestinian Intifada as Bargaining Signal. [online] Web.stanford.edu. Available at: https://web.stanford.edu/group/sjir/3.1.03_shang.html [Accessed 10 Dec. 2015].
- Shang, T. (2001). The Palestinian Intifada as Bargaining Signal. Stanford Journal of International Relations, [online] 3(1). Available at: https://web.stanford.edu/group/sjir/3.1.03_shang.html [Accessed 10 Dec. 2015].
- Sheffer, G. and Barak, O. (2013). Israel's security networks.
- Sibilla, C. (n.d.). Broken Bones, Broken Dreams, Broken Homeland: The First Intifada, 1987 | Association for Diplomatic Studies and Training. [online] Adst.org. Available at: <http://adst.org/2014/07/broken-bones-broken-dreams-broken-homeland-the-first-intifada-1987/> [Accessed 10 Dec. 2015].
- Singh, R. (2012). The Discourse and Practice of "Heroic Resistance"™ in the Israeli-Palestinian Conflict: The Case of Hamas. *Politics, Religion & Ideology*, 13(4), pp.529-545.
- Smith, S. (2005). The Contested Concept of Security. In: K. Booth, ed., *Critical Security Studies and World Politics*, 1st ed. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Smith, S. (2005). The Contested Concept of Security. In: K. Booth, ed., *Critical security studies and world politics*, 1st ed. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Snyder, G. (1961). *Deterrence and defense*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Socialblade, (2016). idfnadesk Monthly YouTube Statistics - Socialblade.com. [online] Available at: <http://socialblade.com/youtube/user/idfnadesk/monthly> [Accessed 3 Jan. 2016].
- Spencer, D. (2007). Dehumanization and Demonization of the Enemy. [online] [dustiespencer](https://sites.google.com/site/dustiespencer/dehumanization-and-demonization-of-the-enemy). Available at: <https://sites.google.com/site/dustiespencer/dehumanization-and-demonization-of-the-enemy>.
- Spolsky, B. and Shohamy, E. (1999). *The languages of Israel*. Clevedon [UK]: Multilingual Matters.
- Statsmonkey, (2015). Israel Social Media Usage Statistics Using Mobile. [online] Available at: <https://www.statsmonkey.com/sunburst/21378-israel-mobile-social-media-usage-statistics-2015.php>.

Statsmonkey, (2015). Social Network Usage Statistics Using Desktop in Israel. [online] Available at: <https://www.statsmonkey.com/sunburst/21611-israel-desktop-social-network-usage-statistics-2015.php>.

Stein, R. (2014). How Israel militarized social media. [online] Mondoweiss. Available at: <http://mondoweiss.net/2014/07/israel-militarized-social>.

Stone, M. (2009). Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis. [online] Paris: GROUPE D'ÉTUDES ET D'EXPERTISE SECURITE ET TECHNOLOGIES. Available at: http://www.geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf [Accessed 17 Jul. 2015].

Stone, M. (2009). Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis. Groupe de Etudes et d'Expertise "Securite et Technologies", [online] 1. Available at: http://www.geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf.

Storify, (2012). Alqassam Brigades updates on Twitter (with images, tweets) · rappler. [online] Available at: <https://storify.com/rappler/alqassam-brigades-updates-on-twitter>.

Swift, P. (2015). Social Media A New Military Battleground. [online] Cloudtweaks.com. Available at: <http://cloudtweaks.com/2015/06/social-media-a-new-military-battleground/> [Accessed 9 Jan. 2016].

Takeshita, T. (1997). Exploring the Media's Role in Defining Reality: From Issue-Agenda Setting to Attribute-Agenda Setting. In: M. McCombs, D. Shaw and D. Waever, ed., *Communication and Democracy*, 1st ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Tanno, G. (2003). A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, 25(1).

Taureck, R. (2006). Securitization theory and securitization studies. *J Int Relat Dev*, 9(1), pp.53-61.

The Guardian, (2014). Gaza school attack denounced as 'criminal act' by UN chief. [online] Available at: <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/03/israel-air-strike-un-school-gaza-rafah> [Accessed 17 Jan. 2016].

The Guardian, (2014). Gaza's only power plant destroyed in Israel's most intense air strike yet. [online] Available at: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/29/gaza-power-plant-destroyed-israeli-airstrike-100-palestinians-dead> [Accessed 18 Jan. 2016].

The Guardian, (2014). Israeli strike on Gaza school kills 15 and leaves 200 wounded. [online] Available at: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/24/israeli-strike-un-school-gaza-kills-women-children> [Accessed 17 Jan. 2016].

Thomas, C. (1987). *In search of security*. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books.

- Thompson, J. (1995). *The media and modernity*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Topsy.com, (2014). Use Search on your iPhone, iPad, or iPod touch - Apple Support. [online] Available at: <http://www.topsy.com> [Accessed 1 May 2015].
- Tweetchup, (2016). Twitter analytic tool | Tweetchup. [online] Available at: <http://tweetchup.com/#/profiles> [Accessed 3 Jan. 2016].
- Tweetstats, (2016). TweetStats :: Graphin' Your Stats. [online] Available at: <http://www.tweetstats.com/> [Accessed 3 Jan. 2016].
- Twimemachine, (2016). TwimeMachine - Read and search your old tweets.. [online] Available at: <http://www.twimemachine.com/> [Accessed 10 Jan. 2016].
- Twitter.com, (2015). @IDFSpokesperson. [online] Available at: <https://twitter.com/idfspokesperson?lang=pt>.
- UN News Centre, (2014). Gaza: Ban condemns latest deadly attack near UN school as 'moral outrage and criminal act'. [online] Available at: http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=48396&Kw1=Gaza&Kw2=Ban&Kw3=Israel#.Vq9N_NKLTrc [Accessed 18 Jan. 2016].
- UN's Navi Pillay warns of Israel Gaza 'war crimes'. (2014). [online] Available at: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-28437626> [Accessed 16 Jan. 2016].
- Ungerleider, N. (2012). Inside The Israeli Military's Social Media Squad. [online] Fast Company. Available at: <http://www.fastcompany.com/3003305/inside-israeli-military-social-media-squad>.
- UNOCHA, (2014). Occupied Palestinian Territory: Gaza Emergency. [online] Available at: http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_sitrep_04_09_2014.pdf [Accessed 14 Apr. 2015].
- Vermelho, (2014). Israel tenta emendar relaÃ§Ãµes com AmÃ©rica Latina apÃ³s massacre em Gaza. [online] Available at: <http://www.vermelho.org.br/noticia/249457-9> [Accessed 18 Jan. 2016].
- Waeber, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In: R. Lipschutz, ed., *On Security*, 1st ed. [online] New York: Columbia University Press. Available at: <http://legacy.ciaonet.org/book/lipschutz/lipschutz13.html> [Accessed 20 Jul. 2015].
- Waeber, O. (2016). Securitization and Desecuritization. In: R. Lipschutz, ed., *On Security*, 1st ed. [online] New York: Columbia University Press. Available at: <http://legacy.ciaonet.org/book/lipschutz/lipschutz13.html> [Accessed 25 Jun. 2015].
- Walt, S. (1991). The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, 35(2), p.211.

Waltz, K. (1979). *Theory of international politics*. Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co.

Wanta, W. (2016). *The Messenger and The Message: Differences Across News Media*. In: *Communication and democracy*, 1st ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, pp.137-154.

Washington Post, (2014). The U.N. says 7 in 10 Palestinians killed in Gaza were civilians. Israel disagrees. [online] Available at: https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/the-un-says-7-in-10-palestinians-killed-in-gaza-were-civilians-israel-disagrees/2014/08/29/44edc598-2faa-11e4-9b98-848790384093_story.html [Accessed 18 Jan. 2016].

Wayne, W. (1997). *The Messenger and The Message: Differences Across News Media*. In: M. McCombs, D. Shaw and D. Waever, ed., *Communication and democracy*, 1st ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Wendt, A. (1992). *Anarchy is what states make of it*.

Wendt, A. (1995). *Constructing International Politics*. *International Security*, 20(1), p.71.

Williams, M. (2003). *Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics*. *Int Studies Q*, 47(4), pp.511-531.

Williams, P. (2008). *Security studies*. London: Routledge.

Wolfsfeld, G. (2004). *Media and the path to peace*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wolfsfeld, G., Segev, E. and Sheaffer, T. (2013). *Social Media and the Arab Spring: Politics Comes First*. *The International Journal of Press/Politics*, 18(2), pp.115-137.

Yaghi, M. (2006). *Understanding the Hamas Agenda*. *Policy Focus*, 53, pp.10-12.

Yaron, O. (2011). *Israelis lead world in social network use, U.S. study shows*. [online] Haaretz.com. Available at: <http://www.haaretz.com/israel-news/israelis-lead-world-in-social-network-use-u-s-study-shows-1.402981> [Accessed 27 Jan. 2016].

YnetNews, (2014). *Operation Protective Edge in Numbers*. [online] Available at: <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4564678,00.html> [Accessed 13 Jan. 2016].

Youtube, (2014). *IDF Transfers Medical Supplies and Food into Gaza*. [online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=rIm_hf-fG3E [Accessed 14 Jan. 2016].

Youtube, (2014). *IDF Transfers Medical Supplies and Food into Gaza*. [online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=rIm_hf-fG3E [Accessed 15 Jan. 2016].

Zubi, M. (1967). Six Day War - crucial quotes. [online] Sixdaywar.co.uk. Available at: http://www.sixdaywar.co.uk/crucial_quotes.htm.